

Secretaria de
Educação



DIRETRIZES ORIENTADORAS DA
POLÍTICA EDUCACIONAL DO

ENSINO FUNDAMENTAL



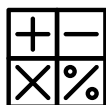
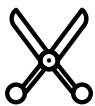
2020



Secretaria de
Educação



**DIRETRIZES ORIENTADORAS DA
POLÍTICA EDUCACIONAL DO
ENSINO
FUNDAMENTAL**





ALEXIS JOSÉ FERREIRA DE FREITAS

PREFEITO

WILLIAM VIEIRA BATISTA

VICE-PREFEITO

contagem.mg.gov.br |  /PrefeituraContagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA: SUELI MARIA BALIZA DIAS

SUBSECRETÁRIA DE ENSINO: DAGMÁ BRANDÃO SILVA

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E OPERAÇÕES: SÉRGIO MENDES PIRES

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO

CRISTIANA CHAVES DE OLIVEIRA

DAGMÁ BRANDÃO SILVA

EUNICE MARGARET COELHO

EQUIPE TÉCNICA/REDAÇÃO

CLÁUDIA MÁRCIA FERREIRA

DANIELA CARLA RAMOS DE MENEZES

GLÁUCIA ROSA DA SILVA

NEUSA MARIA MALDONADO

REVISÃO TÉCNICA

JERUSA DE PINHO TAVARES SILVA

EQUIPE TÉCNICA

CAMILA PEREIRA LIMA

DANIEL GUSTAVO DE OLIVEIRA

DENISE BETONICO NEIVA

FRANKLIN MANRIQUE CANUTO

JAQUELINE AGUIAR DOS SANTOS

JOSÉ ADAILTON TEIXEIRA PEGO

MARIA DE FÁTIMA ERSE SOARES

NÁDIA ELISA CAMPOS

SOPHIA DE MATTOS CAMARGO
GROSSMANN

SORAIA APARECIDA LIMA FLAUSINO

TATIANE MARIA BRAGA NASCIMENTO
TEIXEIRA

VALÉRIA GONÇALVES DA SILVA
BATISTA CARDOSO

WASHINGTON GOMES MIRANDA

REVISÃO:

JAQUELINE DE SOUSA LOPES

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/
SEDUC

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CONTAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz
Industrial - Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

Escola é

*...o lugar onde se
encoraja o voo!*

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

(Rubem Alves)

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 9

ENSINO FUNDAMENTAL 11

2. Parte I - Ensino Fundamental: Conceitos e organização 12

2.1. Ciclos da Aprendizagem..... 13

2.2. 1º Ciclo 17

- O Ciclo da Alfabetização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) 17

2.3. 2º ciclo do ensino fundamental 24

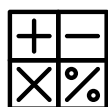
- O Ciclo da convivência (3º., 4º. e 5º. Anos do Ensino Fundamental) 24

2.4. 3º Ciclo 28

- O Ciclo de ampliação e construção do pensamento abstrato (6º e 7º anos do Ensino Fundamental) 28

2.5. 4º Ciclo 33

- O Ciclo do pensamento crítico, de análise reflexiva da realidade e desenvolvimento do senso crítico (8º e 9º anos do Ensino Fundamental)..... 33



3. Parte II- Ações de formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e Programa de Biblioteca e Leitura..... 37

- 3.1. Formação no Ensino Fundamental: Rede de formação e Carteira de Projetos.....37
- 3.2. Instrumentos de Monitoramento 44
 - Monitoramento da Frequência..... 44
 - Desempenho dos estudantes 45
 - Quadro nível de escrita..... 47
 - Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem..... 47
 - Planejamento 48

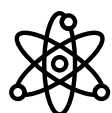
PROGRAMA DE BIBLIOTECA E LEITURA ‘CONTAGEM DAS LETRAS’ 85

4. INTRODUÇÃO 86

- 4.1. EIXO 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO 98
- 4.2. EIXO 2 - Processo Contínuo de Formação de Sujeitos Leitores .. 99
- 4.1. EIXO 3 – Políticas de Promoção de Práticas Leitoras102

4. REFERÊNCIAS 110

5. Anexos 115



CARTEIRA DE PROJETOS117

1. Apresentação 121

PROJETOS INSTITUCIONAIS SEDUC123

2. Laboratório de Ensino de Matemática (LEM).....124

3. Rádio Educativa Coruja126

4. Projeto Camaleão: arte na escola.....128

5. Laboratório de Ciências.....129

6. Clubes de Leitura 130

7. Jogos Matemáticos.....132

8. Projeto Escola Sem Fronteiras.....133

9. Projetos dos Educartes135

10.Projeto Mediação de Conflitos136

11. Articulação Comunitária.....137

PROJETOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....139

12. Educação Conectada..... 140

13. Escola do Adolescente..... 141

14. Programa Novo Mais Educação142

**15. Procon Mirim: Programa Estadual de Proteção e Defesa do
Consumidor de Contagem (Procon-MG) – MP..... 144**

16. Programa Forças no Esporte (PROFESP) 146

17. – Programa Contagem Livre das Drogas147

18. – Programa Saúde na Escola.....148

PROJETOS DESENVOLVIDOS COM EMPRESAS PRIVADAS..... 149

19. Belgo Bekaert Fundação ArcelorMittal..... 150

20. Grupo Arcor Brasil.....155

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM..... 157

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM - PDA ENSINO
FUNDAMENTAL158**



1. APRESENTAÇÃO

Prezados profissionais da Educação Municipal,

O trabalho desenvolvido pela SEDUC é pautado nos princípios e diretrizes previstos na legislação educacional brasileira e nos documentos orientadores do Município, tendo como foco a construção de uma Política Pública de Educação consistente e coerente com a realidade de Contagem.

Para que o acompanhamento pedagógico às escolas pela equipe técnica da SEDUC, reflita o contexto real de aprendizagem do Ensino Fundamental, a Secretaria baseia o seu trabalho no tripé: Formação-Assessoria/Acompanhamento-Monitoramento, sistema de retroalimentação que fornece dados sobre o contexto educacional do Município, apoiando as equipes gestoras – da Secretaria e escolares, na tomada de decisões pedagógicas para que os estudantes tenham condições de se desenvolver integralmente.

Tal escolha metodológica parte do pressuposto que o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem requerem de modo acessível e consequente, um acompanhamento contínuo das práticas pedagógicas, bem como da realidade de aprendizado dos estudantes.

Acreditamos que, a partir da interação SEDUC-Escola e do diálogo permanente sobre os processos de gestão institucional e de sala de aula, avançaremos na tomada de decisões pedagógicas mais conscientes e assertivas, mantendo como foco das ações a aprendizagem efetiva de todos os estudantes.

Este documento está estruturado em duas partes que se articulam na pers-

pectiva da construção de uma política de ensino comprometida com o direito de aprender dos estudantes.

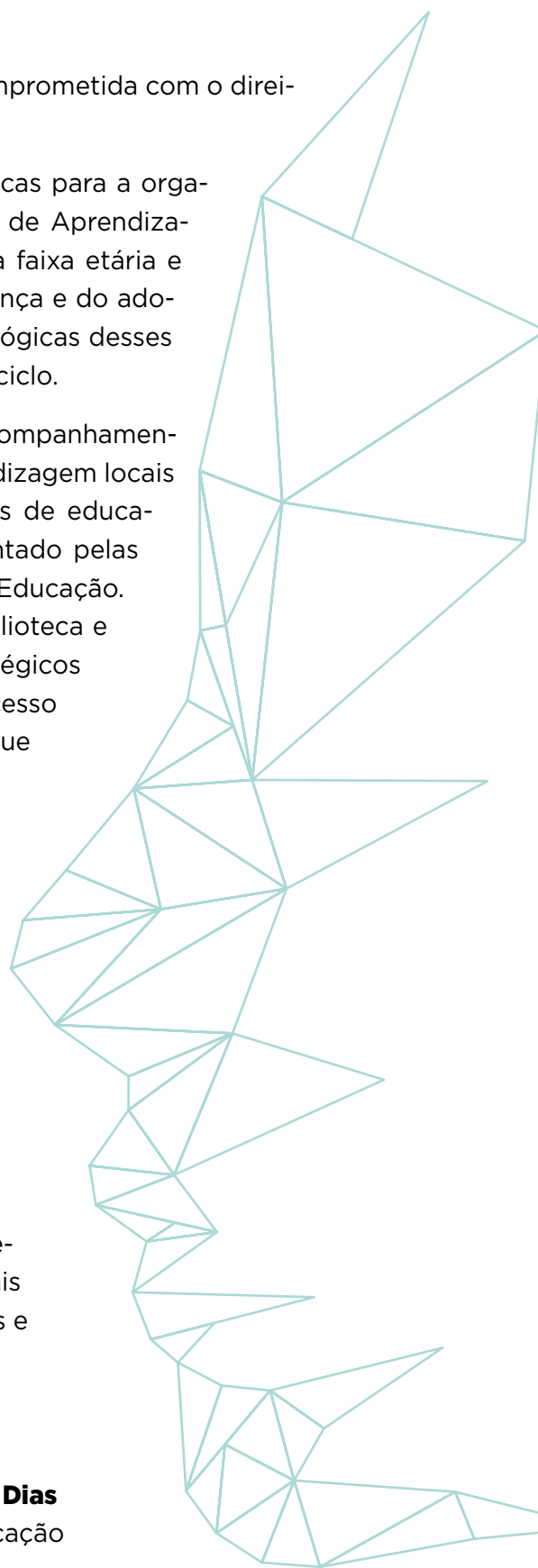
Na parte I, são apresentadas as diretrizes pedagógicas para a organização do Ensino Fundamental Regular em Ciclos de Aprendizagem. Elas buscam aproximar os critérios relativos à faixa etária e às características gerais do desenvolvimento da criança e do adolescente, com o apontamento de implicações pedagógicas desses princípios para o ensino e a aprendizagem em cada ciclo.

Na parte II, são apresentadas ações de formação, acompanhamento pedagógico e avaliação dos indicadores de aprendizagem locais e externos, visando o fortalecimento dos processos de educação escolar na cidade, fruto de trabalho experimentado pelas equipes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação. Ainda apresentamos nesta parte o Programa de Biblioteca e Leitura da SEDUC, explicitando os três eixos estratégicos de atuação, sendo: Políticas de acesso à leitura, processo contínuo de formação de sujeitos leitores, políticas que promovam práticas leitoras.

A partir do diálogo permanente, formação, acompanhamento dos processos pedagógicos e monitoramento dos resultados, pretendemos enquanto comunidade educacional, fomentar a formulação de propostas pedagógicas, metodologias e processos avaliativos que contemplem a realidade educacional da cidade de Contagem. Acreditamos que por meio de um ambiente de confiança mútua e de reciprocidade, construiremos mais oportunidades para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Este documento se propõe a nortear as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições municipais de ensino de Contagem, respeitadas as necessidades e especificidades próprias de cada uma delas.

Sueli Maria Baliza Dias
Secretária Municipal de Educação



ENSINO FUNDAMENTAL



2. Parte I - Ensino Fundamental: Conceitos e organização

O Ensino Fundamental Regular da Rede Municipal de Educação de Contagem é organizado em quatro ciclos de aprendizagem e prevê duração total de nove anos, assegurando às crianças e adolescentes oportunidades de convívio na escola com maiores oportunidades de aprendizagem, de desenvolvimento global, na interação com seus pares de idade e respeitando as características gerais de cada faixa etária e o ritmo de aprendizagem dos estudantes.

A Lei Nº 11274/2006, PL 144/2005, Lei 11.114/2005, Parecer CNE/CEB Nº 6/2005, Resolução CNE/CEB Nº 3/2005, Parecer CNE/CEB Nº 18/2005. O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, através da RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE AGOSTO DE 2005, define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos.

Para garantir o compromisso firmado, de acordo com a Lei Orgânica do Município, art.141 o ensino de Contagem é ministrado nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- IV. Gratuidade da educação básica em estabelecimento da rede municipal e das fundações públicas municipais;
- V. Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI. Gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade;
- VII. Garantia de padrão de qualidade, com provimento das escolas de material didático pedagógico necessário.

2.1. Ciclos da Aprendizagem

A possibilidade de organizar o Ensino Fundamental em ciclos, foi uma das mudanças propostas pela Nova LDB (Lei nº9394/96), propondo-se assim o “regime de progressão continuada”, cujas normas são de competência de cada sistema de ensino (artigo 32, parágrafos 1º ao 2º da Lei n. 9394/96)¹.

No contexto histórico do município de Contagem, a política de ciclos foi implantada a partir do Decreto 10.454 de 2000, inicialmente com o Ciclo de Formação Humana. Tal organização exigia, prioritariamente, o respeito aos ritmos de cada estudante, o que podia deixar subentendido uma extensão de tempo e espera pela aprendizagem de cada um.

Contrapondo essa concepção, em 2017 optou-se por implantar **Ciclos de Aprendizagem** na perspectiva de respeitar o tempo do estudante, porém propondo situações pedagógicas necessárias para o avanço “tão adequado quanto possível” e “dar o tempo justo / propício / compatível / oportuno a todos”, quanto possível. Não significa, portanto, “*dar mais tempo para os mais fracos*”, mas, antes disso, dar o tempo adequado a todos.

No Brasil, as propostas denominadas Ciclos de Aprendizagem surgiram a

¹ A LDB torna facultativa a adoção do regime de progressão continuada, desde que não haja prejuízo à avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

partir do final da década de 1990, quando algumas redes de ensino adotaram essa modalidade como as redes municipais de Vitória da Conquista-BA (1998), Curitiba-PR (1999), Belo Horizonte (2000), Ponta Grossa-PR (2001), Recife-PE (2001), São Luís-MA (2005), Telêmaco Borba-PR (2005), Salvador-BA (2008).

Segundo Perrenoud (2004), a organização da escolaridade em Ciclos de Aprendizagem é uma alternativa para enfrentar o fracasso escolar para garantir a aprendizagem dos estudantes, por meio da progressão das suas aprendizagens. Institui-se, assim, em Contagem, a portaria 48 de 2017, no artigo 7º:

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, será organizado em quatro etapas denominadas CICLOS DE APRENDIZAGEM, visando estruturar o trabalho educativo de modo a garantir as aprendizagens básicas dos estudantes no âmbito de uma proposta educacional que reconhece a pluralidade econômica e sociocultural da população de Contagem, as características e particularidades das diferentes fases do desenvolvimento humano, bem como as especificidades curriculares de cada etapa e ano escolar.

Os ciclos correspondem aos anos iniciais (1º e 2º ciclos) e aos anos finais (3º e 4º ciclos).

Denomina-se 1º CICLO DE APRENDIZAGEM a etapa correspondente ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

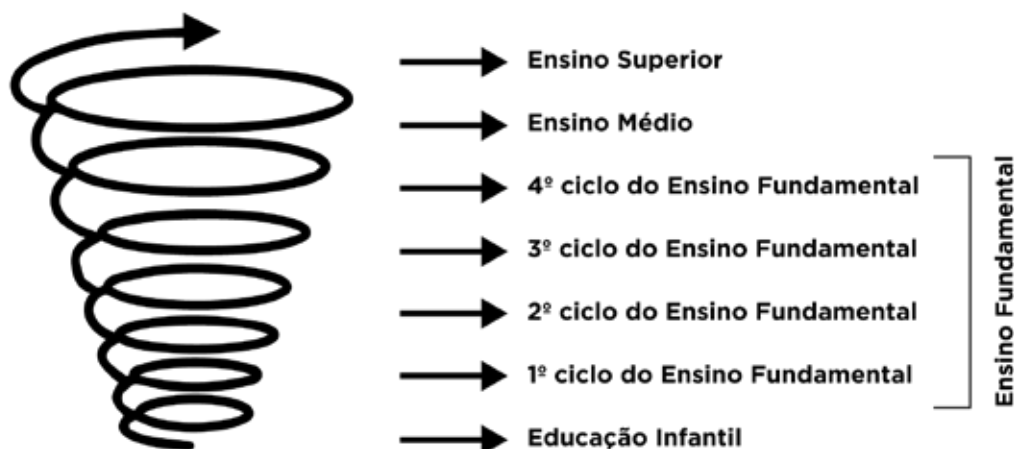
Denomina-se 2º CICLO DE APRENDIZAGEM a etapa correspondente ao 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Denomina-se 3º CICLO DE APRENDIZAGEM a etapa correspondente ao 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.

Denomina-se 4º CICLO DE APRENDIZAGEM a etapa correspondente ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Na concepção de Ciclos de Aprendizagem, entendemos ser o espiral a melhor representação imagética, por ser expansivo, aberto, dinâmico e não linear, coerente com os movimentos contínuos, incompletos e inacabados do

processo de aprendizagem. Nesse espiral consideramos desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, pois pensar o processo de aprendizagem do sujeito implica incluir todos os níveis de ensino.



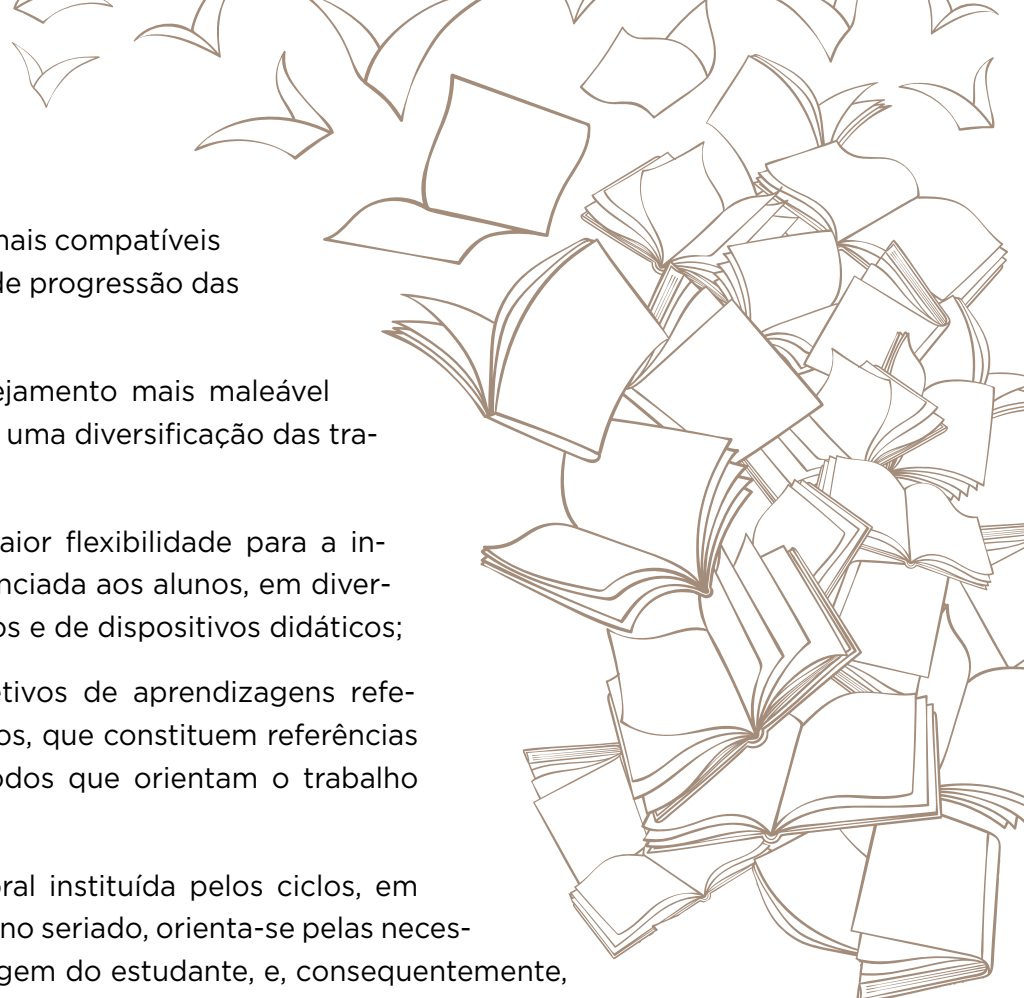
Há de se pensar que cada ciclo possui suas características próprias e deve considerar o:

(...) desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso, não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. (GADOTTI, 2000, p. 10)

Trataremos aqui, como foco, os quatro ciclos do Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica. A pertinência de uma organização desse nível por ciclos plurianuais, pode ser justificada por não restringir a aprendizagem a um único ano letivo, numa tentativa de garantir tempo hábil para a consolidação de habilidades próprias a cada faixa etária, buscando tornar a escola mais justa e eficaz.

Desta forma, a implantação de Ciclos de Aprendizagem constitui-se em uma oportunidade de construir um novo tipo de escola, baseada na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de alunos.

Em um de seus trabalhos (Perrenoud, 2004), propõe uma argumentação completa evocando particularmente cinco razões para desenvolver ciclos plurianuais:

- 
- Definir as etapas mais compatíveis com as unidades de progressão das aprendizagens;
 - Permitir um planejamento mais maleável das progressões e uma diversificação das trajetórias;
 - Favorecer uma maior flexibilidade para a incorporação diferenciada aos alunos, em diversos tipos de grupos e de dispositivos didáticos;
 - Perseguir os objetivos de aprendizagens referentes a vários anos, que constituem referências essenciais para todos que orientam o trabalho dos professores.

A nova lógica temporal instituída pelos ciclos, em contraposição ao ensino seriado, orienta-se pelas necessidades de aprendizagem do estudante, e, conseqüentemente, o tempo escolar passa a ser organizado em fluxos mais flexíveis, mais longos e mais adequados às metas propostas pelo currículo escolar.

Um projeto curricular organizado por Ciclos de Aprendizagem deve, necessariamente, propor metas educacionais e blocos de conteúdos culturais que possam contribuir da melhor maneira possível com uma socialização integral dos indivíduos. Propõe-se uma ação educacional que ofereça aos estudantes e a toda a comunidade escolar, uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, conceitos, procedimentos e costumes.

Pelas suas características, portanto, a escola organizada em Ciclos de Aprendizagem amplia os espaços educativos para além dos muros da instituição escolar, reformula a noção de currículo, de processo ensino/aprendizagem e de avaliação, e repropõe, com argumentos consistentes, a continuidade da trajetória escolar do aluno sem as restrições da medida de tempo característica da seriação, cujo foco restringe-se aos resultados acumulados ao final de cada ano letivo, sem considerar os avanços ao longo do processo de aprendizagem.

Consistindo numa estratégia favorável à democratização da educação nos termos descritos, o ciclo dá sustentação às oportunidades de formação do educando como sujeito de direitos, tendo seu processo de formação e ritmo

de aprendizagem espeitados ao longo desse processo. Entretanto, a implantação dos ciclos não garante, por si só, a democratização da educação se a escola não incorpora, como próprio, o papel político de garantir um ensino da melhor qualidade possível para todos. Isso implica, em princípio, a anulação dos controles de seletividade e exclusão daqueles alunos que apresentam maiores dificuldades para aproximar-se dos padrões escolares idealizados.

No próximo item **discutiremos cada um dos quatro ciclos do Ensino Fundamental** e suas características, especificidades e proposições.

2.2. 1º Ciclo

O CICLO DA ALFABETIZAÇÃO (1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

Considerado o Ciclo da Alfabetização, busca inserir a criança de forma mais qualificada possível na cultura escrita e na organização escolar, garantindo sua plena alfabetização como sujeito ativo. Este ciclo está estruturado em tempo sequencial de dois anos, sem interrupções, por considerar a complexidade da alfabetização, posto

(...) que raramente as crianças conseguem construir todos os saberes fundamentais para o domínio da escrita alfabética em apenas um ano letivo. Logo constitui-se como um período com inúmeras possibilidades para que toda criança em processo de alfabetização possa construir conhecimentos de forma contínua e progressiva. (SILVA, 2014, p.50)

Historicamente, os chamados ciclos de alfabetização foram criados pelo Ministério da Educação (MEC) entre 2004 e 2006, quando da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos em todo o país, por meio da Lei 11.274 de 2006. Com essa ampliação, as crianças passaram a ingressar no Ensino Fundamental obrigatório aos seis anos, sendo que algumas delas chegavam sem qualquer vivência escolar. Às escolas estava posto um novo desafio: acolher essas crianças em sua idade de formação e, ao mesmo tempo, garantir seu acesso qualificado ao mundo da escrita e da cultura letrada.

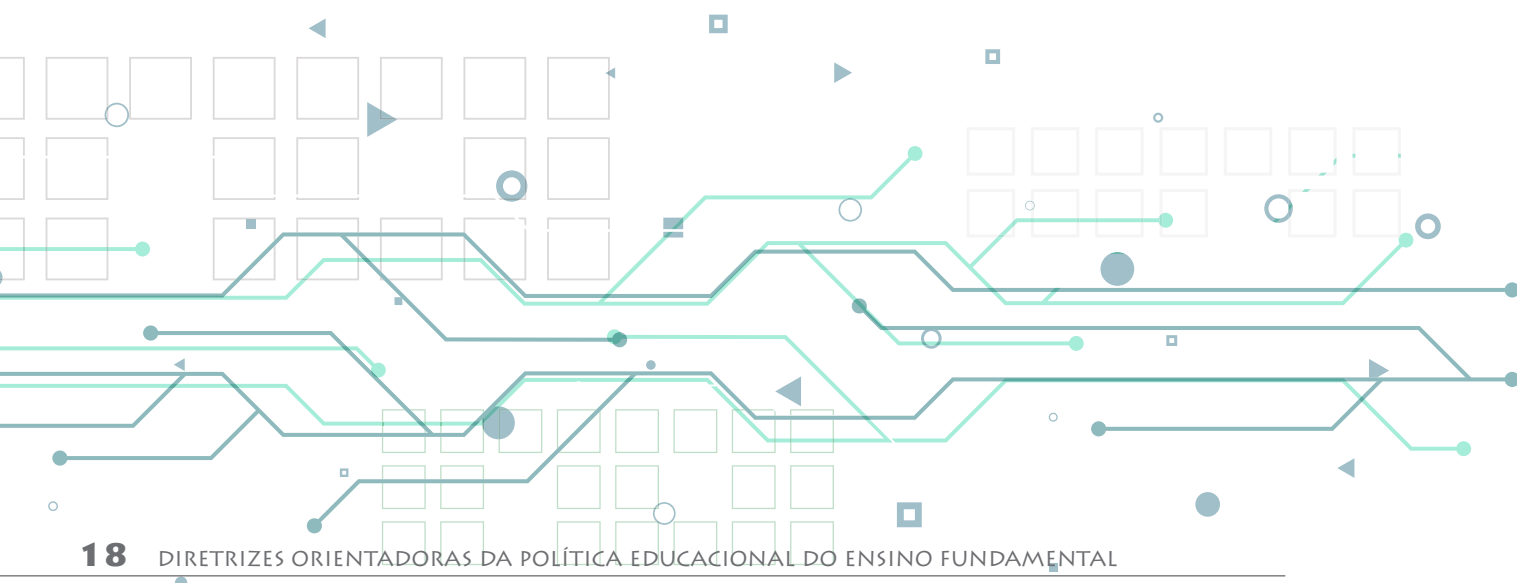
O 1º ciclo configura-se como o ciclo da integração e continuidade dos processos educativos da Educação Infantil, garantido, ao mesmo tempo, os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças dessa etapa, cujo foco é o processo de alfabetização.

OS SUJEITOS

O primeiro ciclo é constituído de crianças na faixa etária de 6 a 7 anos. Segundo dados levantados na Rede Municipal de Contagem, 80% dessas crianças são oriundas da Educação Infantil e possuem experiências anteriores com relação ao ambiente escolar, interações com adultos, com crianças pares de idade e de outras faixas etárias, bem como das rotinas vivenciadas nas instituições de ensino. Como “sujeitos de direito”, precisam ter espaço para o posicionamento das suas opiniões, da expressão de seus desejos e sentimentos, bem como oportunidades lúdicas para o aprendizado.

Queremos deixar claro que reflexões e ações voltadas para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental são imprescindíveis para um trabalho pedagógico de qualidade, pois a criança não altera a sua estrutura cognitiva pelo simples fato de passar de uma modalidade de ensino para outra. Crianças dessa faixa etária apreciam experimentar coisas novas, manipular objetos, brincar, serem ouvidas, respeitadas e estimuladas por atividades lúdicas que levem a seu desenvolvimento.

Segundo Wallon, a criança nesse estágio desenvolve suas capacidades de memória e atenção voluntária “seletiva”, começando a abstrair concretos, portanto tais vivências são fundamentais a seu processo de construção do conhecimento. Entendemos que, para que a criança aprenda, é necessário que atribua sentido ao que está sendo trabalhado.



O CURRÍCULO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento que determina os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica no Brasil, possui 10 Competências Gerais que operam como um “fio condutor” durante todo o percurso escolar de crianças, jovens e adultos do país, permeando cada um dos componentes curriculares, das habilidades e das aprendizagens essenciais especificados no documento da BNCC, além daqueles que serão inseridos nos currículos locais.

Segundo a BNCC (2018), são essas as **competências gerais**:

1. Conhecimento

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Pensamento científico, crítico e criativo

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Repertório cultural

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Comunicação

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Cultura digital

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas

sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Trabalho e projeto de vida

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentação

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Autoconhecimento e autocuidado

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Empatia e cooperação

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Responsabilidade e cidadania

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

No caso do município de Contagem, todo trabalho pedagógico deve ser organizado e a partir dessas competências, já contemplados no documento “Matrizes de Referência Curricular de Contagem”.

O Currículo do Ciclo de Alfabetização leva em consideração as práticas so-

ciais vividas pelas crianças, a inter-relação entre as várias disciplinas e as temáticas transversais.

No que diz respeito ao processo de alfabetização e letramento, acreditamos que devem acontecer de forma prazerosa, de maneira indissociável, em situações reais do uso da língua.

O PLANEJAMENTO

O planejamento é um instrumento extremamente importante para a estruturação de metas de aprendizagem, de metodologias diferenciadas, do estabelecimento de rotinas, bem como das formas de acompanhamento sistemático do trabalho, e, portanto, se apresenta de forma indissociável da avaliação.

As formas deste acompanhamento constituem o monitoramento das aprendizagens, que se configura através de instrumentos, como as planilhas de acompanhamento por estudante por um período determinado, os quadros de turma, portfólios, entre outros. Tais instrumentos são utilizados pelo professor com o propósito de avaliar o que a turma aprendeu e se o trabalho proposto foi significativo e de fato garantiu aprendizagens. Por meio destes registros, o professor pode retomar os conteúdos e/ou reorganizar o trabalho, caso seja necessário.

AS METODOLOGIAS

Os estudos acerca do desenvolvimento psicológico das crianças, trazem implicações diretas para o trabalho pedagógico, pois evidenciam a forte relação do desenvolvimento das funções psíquicas da criança com os processos educativos. Além disso, entendemos que o trabalho pedagógico, neste ciclo, especificamente direcionado para a alfabetização de todas as crianças, considera a importância da ludicidade e as características psíquicas próprias dessa idade.

Para que as metas estabelecidas para o 1º. Ciclo possam ser concretizadas, é necessário um trabalho pedagógico que leve em conta os ritmos diferenciados de aprendizagem e que parta do pressuposto de que todas as crianças podem aprender. Sabendo-se que as funções psíquicas superiores têm gênese fundamentalmente cultural e não biológica, torna-se evidente que o ensino não deve basear-se na expectativa da maturação espontânea dessas funções, nem tomar tal maturação como condição prévia para as aprendizagens, visto

que, ao contrário, as aprendizagens é que são propulsoras de desenvolvimento (Vygotsky, 1995).

Torna-se, então, evidente que o desenvolvimento dessas funções só poderá acontecer em plenitude se forem proporcionadas as condições educativas adequadas a esse desenvolvimento.

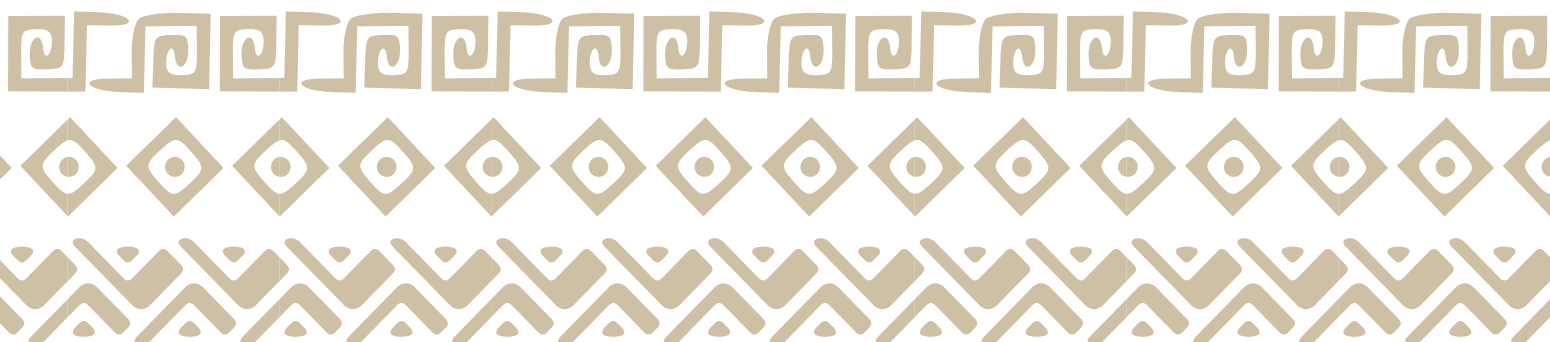
De tal forma, as práticas de ensino precisam ser adequadas à turma e à especificidade de cada criança, ou seja, são necessárias metodologias diferenciadas que possibilitem a aprendizagem de cada uma delas.

Segundo os autores Santos e Soares, 2011, o desenvolvimento tecnológico, juntamente com as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, faz com que a estrutura organizacional da escola atual não atenda às necessidades reais dos estudantes, provocando falta de interesse pela instituição, pelos conteúdos e pelas formas como os professores conduzem suas aulas.

Dessa maneira, há a necessidade de “envolver o aluno enquanto protagonista de sua aprendizagem, desenvolvendo ainda o senso crítico diante do que é aprendido, bem como competências para relacionar esses conhecimentos ao mundo real” (PINTO et al., 2012, p.78).

AVALIAÇÃO

A avaliação no Ciclo de Alfabetização caracteriza-se em um processo contínuo e formativo, que pressupõe a utilização de estratégias de acompanhamento e intervenção constantes junto às crianças para assegurar-lhes o direito de aprender, o que significa oferecer a elas diferentes formas, metodologias e possibilidades de exercer esse direito. Considera seus avanços e necessidades, o que já sabe e o que precisa aprender. Compara a criança com ela mesma, considerando seu processo de construção de habilidades e competências.



Não apresenta um caráter punitivo ou de denúncia. Apresenta-se sempre como um instrumento de análise, pesquisa, proposições de intervenções e mediações necessárias à consecução dos objetivos propostos para a aprendizagem de cada uma delas.

Para tal, sugere-se o uso de instrumentos de registro avaliativos periódicos, que possam historicizar o processo de construção da leitura e escrita e seus avanços, bem como de outras áreas de conhecimento.

Neste contexto a avaliação busca monitorar o processo de aprendizagens e é usada, principalmente, para a redefinição de um planejamento contínuo, servindo para que os professores programem intervenções que atendam à diversidade de necessidades pedagógicas de sua turma.

PERFIL DOS PROFESSORES

A alfabetização pensada como direito traz como pressuposto formas de trabalho diferenciadas e o domínio, por parte do profissional, de vários conhecimentos relevantes sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, bem como o processo de construção da leitura e escrita.

São, portanto, características que devem nortear as indicações dos profissionais responsáveis pela regência no Ciclo de Alfabetização, segundo Teberosky, (2003):

- Ter habilidades para interagir com as crianças, dinamizando o processo pedagógico e promovendo situações lúdicas de aprendizagem;
- Ser assíduo e pontual, evidenciando compromisso com os processos pedagógicos;
- Ter sensibilidade para lidar com a diversidade social, cultural, de gênero e etnia;
- Ter domínio dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do ensino da leitura e da escrita na perspectiva do letramento.

2.3. 2º ciclo do ensino fundamental

O CICLO DA CONVIVÊNCIA (3º., 4º. E 5º. ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

OS SUJEITOS

O 2º. Ciclo de Aprendizagem, na organização proposta pela Secretaria Municipal de Educação de Contagem, atende a crianças de 8, 9 e 10 anos.

Os estudantes desse ciclo apresentam características específicas que os distinguem dos demais. Via de regra, já construíram a base alfabética e matemática, apresentam certa autonomia para outras aprendizagens.

Apresentam ainda características de transição entre a infância e a pré-adolescência. São capazes de se organizar individualmente e em grupos e dão muita importância às opiniões de seus pares.

A organização desse ciclo busca garantir a continuidade do trabalho pedagógico, bem como o rompimento da fragmentação entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Nesse segundo ciclo, faz-se extremamente necessário ampliar a aquisição da tecnologia do sistema de escrita e das habilidades leitoras, bem como ampliar os saberes matemáticos referentes à numeração, tratamento da informação e geometria e ainda conhecimentos específicos das demais áreas de conhecimento.

Nesse sentido, a proposta pedagógica deve garantir a construção crescente dessas capacidades, buscando a formação de sujeitos que se implicam em sua formação educacional.



O CURRÍCULO

A organização em Ciclos de Aprendizagem propicia possibilidades para o trabalho dos profissionais junto aos estudantes em busca de uma educação que esteja em constante reflexão sobre as diversidades presentes na sociedade contemporânea.

Nesse ciclo é necessário considerar as necessidades dos estudantes dessa faixa etária, focando o trabalho na construção curricular nos sujeitos e não apenas nos conteúdos, respeitando a diversidade, garantindo a inclusão social e dos estudantes com deficiência.

Para efetivação da proposta pedagógica, os educadores têm como prioridade, despertar o interesse do estudante, envolvê-los no processo, valorizar os conhecimentos prévios e as experiências que trazem e, a partir delas, desenvolver o trabalho de ampliação, qualificando o trabalho.

Os educadores, nessa perspectiva, são responsáveis em promover situações significativas para as aprendizagens, buscando novas áreas de interesse e articulando o conhecimento, conectando o novo ao que o estudante já consolidou. Isso é significar dar sentido às descobertas e aos conhecimentos de leitura e de escrita, matemáticos, espaciais, temporais, entre outros, específicos da cultura escolar (Vygotsky, et al.,1991).

No segundo ciclo, é de suma importância desenvolver uma postura positiva, de desenvolvimento das capacidades, habilidades e atitudes iniciadas no primeiro ciclo, e ao mesmo tempo, avançar para novos patamares, investindo na formação dos estudantes.

Assim como no 1º. Ciclo, as propostas pedagógicas devem ser organizadas a partir das 10 competências gerais da BNCC, já contempladas no documento “Matrizes Referenciais de Contagem” e nas experiências vivenciadas pelas crianças dessa faixa etária.



O PLANEJAMENTO

Para os estudantes do segundo ciclo é necessário ter um planejamento prioritariamente focado no aprimoramento das habilidades de leitura, interpretação e produção de textos, em todas as disciplinas, de forma a ampliar o repertório, o raciocínio lógico-matemático, a capacidade de concentração e toda a ação pedagógica deve ser pensada de modo a propiciar a consolidação do processo de escolarização.

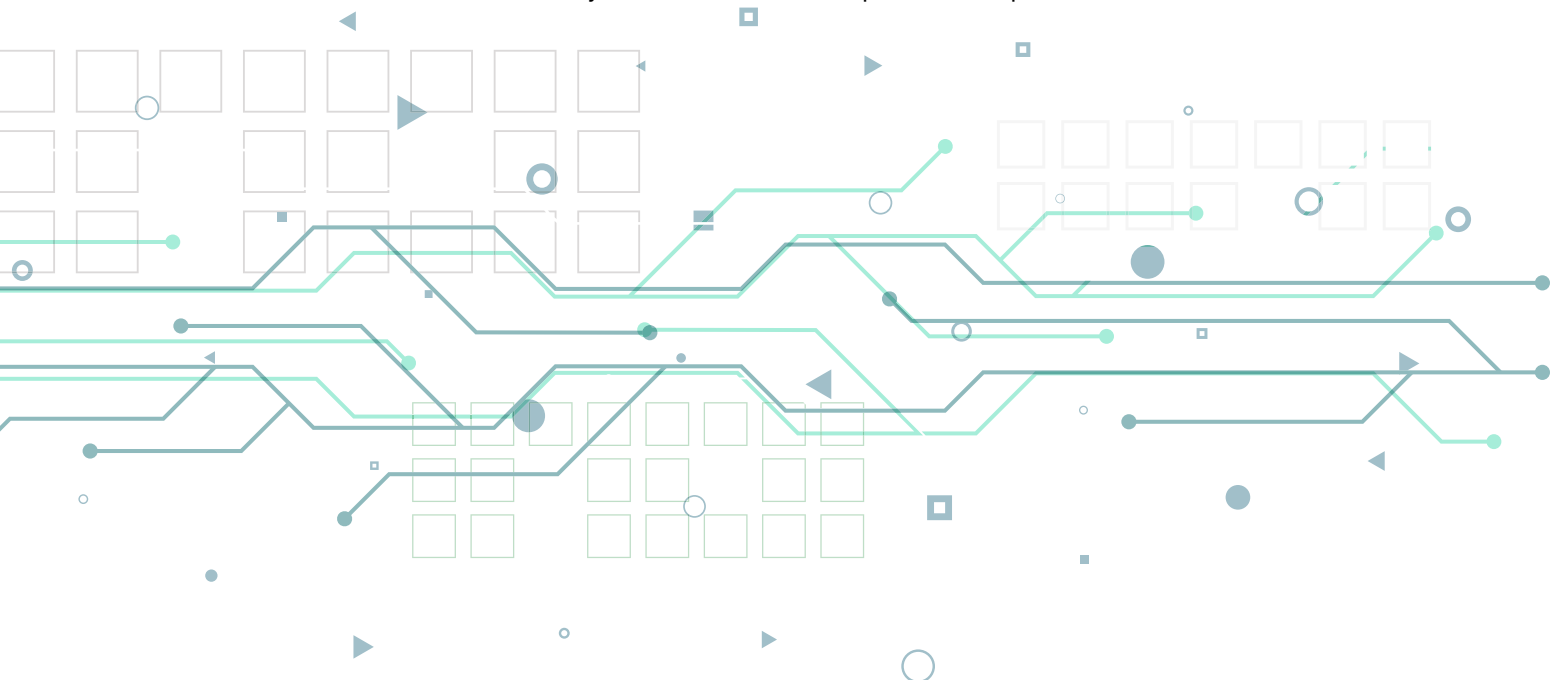
Planejar, portanto, é considerar sobre o que já foi trabalhado, o que é necessário trabalhar e onde se pretende chegar, com o objetivo de desenvolver capacidades previstas para o ciclo, de acordo com os documentos anteriormente citados, a idade e o centro de interesse dessas crianças.

Pensar primeiramente nas necessidades desses estudantes, no seu desenvolvimento integral, nas suas vivências, de modo a complementar o trabalho do 1º ciclo e consolidar os processos de aprendizagem, promovendo um clima de cooperação, de troca de experiência e gosto pelo conhecimento acadêmico.

AS METODOLOGIAS

Para um trabalho efetivo com os estudantes do segundo ciclo, é necessário que o coletivo de profissionais tenha uma postura de investigação e de estudo, criando práticas metodológicas que instiguem a curiosidade, que estimulem o pensar, que favoreçam a aprendizagem.

Dada a diversidade dos sujeitos é necessário que se busquem diferentes ma-



neiras de ensinar, com materiais diversos, pois os estudantes ainda precisam do referencial concreto, utilizando recursos didáticos adequados à abordagem de cada assunto.

Há de se pensar ainda que o diálogo, a valorização de suas experiências, a compreensão e o respeito ao tempo de cada um, são imprescindíveis a esse trabalho.

Dessa forma, a metodologia utilizada precisa levar em conta as especificidades desses estudantes, seu desenvolvimento físico e emocional, criando uma prática reflexiva que vai além da mera transmissão de conhecimento, que respeite os sujeitos e suas construções.

AVALIAÇÃO

Partindo do pressuposto de que o conhecimento se faz em espiral e que os sujeitos são protagonistas do processo de aprendizagem, a avaliação processual e contínua deve ser significativa para o estudante, proporcionando a ele a possibilidade de se perceber no processo avaliativo, a partir da auto avaliação, revendo seus pontos frágeis e aprendendo a valorizar suas conquistas, desenvolvendo autonomia e responsabilidade por sua aprendizagem. E para o professor, é um indicativo do que de fato construído pelo estudante, para subsidiar a ação/reflexão/ação sobre a construção do conhecimento, objetivando a retomada, quando necessário, e o avanço no planejamento.

Nessa perspectiva, os instrumentos de registro e observação de cada aluno ou da classe, utilizados pelo grupo de profissionais que atuam na turma, são importantes, pois permitem mapear as aprendizagens, as dificuldades, a forma como lidam com os conhecimentos, as formas de interação com o ambiente escolar, subsidiando a construção e revisão dos planejamentos pedagógicos.

PERFIL DOS EDUCADORES DO SEGUNDO CICLO

O segundo ciclo de formação é constituído por professores PEB I e professores PEB II, de Arte, Educação Física e Inglês.

Cabe a esse coletivo conhecer as especificidades educativas, cognitivas, sociais e culturais dos estudantes; elaborar, coordenar, desenvolver, avaliar, planejar e replanejar a proposta pedagógica, a fim de adequá-la às necessidades da faixa etária, de acordo com as diretrizes do município; desenvolver traba-

lho articulado com a comunidade escolar, planejar e replanejar a proposta pedagógica; propor estratégias metodológicas adequadas a cada um dos sujeitos envolvidos no processo; escolher material didático adequado; socializar as experiências exitosas e projetos desenvolvidos por turmas ou anos do ciclo, além de participar de redes de trocas e formação.

2.4. 3º Ciclo

O CICLO DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ABSTRATO (6º E 7º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

Considerado o ciclo de ampliação e construção do pensamento abstrato, onde o estudante se apropria das diversas áreas do conhecimento e das suas linguagens, aprofundando nos conhecimentos e desenvolvendo maior autonomia no seu processo de aprendizagem.

Nesta etapa, os pré-adolescentes conseguem realizar tarefas mais complexas, pois acontece um amadurecimento cerebral que lhes confere um grau maior de autonomia, o que lhes permite começar a lidar com abstrações. Os estudantes podem reconhecer suas habilidades, e as habilidades de seus pares, estão preparados para atividades desafiadoras e precisam de reconhecimento quando conseguem executá-las.

Nesta fase, os estudantes têm percepção de seu sucesso ou fracasso na vida acadêmica e precisam da aprovação do grupo. Segundo Wallon, é o período de lidar com as frustrações, entendendo que muitas vezes é necessário a mediação dos educadores e colegas para obter bons resultados.

OS SUJEITOS

Os estudantes do 3º ciclo são capazes de organizar ideias, eventos e objetos, imaginando e pensando dedutivamente sobre eles. Nesta fase há um grande salto em termos qualitativos, quando os pré-adolescentes apresentam uma capacidade de raciocinar sobre o mundo de uma forma mais lógica e racional embora ainda estejam desenvolvendo habilidades de realizar essas opera-

ções extrapolando o concreto, ou seja, ainda operam mentalmente, vendo, pegando, experimentando.

Todo esse processo é gradual, mas o ambiente deve oportunizar situações sistemáticas e organizadas para que isso aconteça. Um aspecto peculiar nesta etapa é que ela comporta uma das transições mais marcantes na trajetória escolar da maioria dos estudantes: a transição dos anos iniciais para os anos finais.

O 6º ano sempre traz desafios adicionais para a escola, na medida em que ele se configura como um momento de ruptura na rotina do trabalho pedagógico (aumento do número de professores, organização diferenciada dos conteúdos, dos processos pedagógicos, do ritmo dos estudos e das exigências escolares), provocando sentimentos de angústia e insegurança para o estudante, num momento em que ele já vivencia alterações físicas, emocionais, psicológicas e cognitivas importantes.

Por essa razão, é fundamental preparar o ambiente escolar e os professores para essa transição, minimizando seus efeitos nas aprendizagens e no desenvolvimento dos estudantes e proporcionando uma adaptação mais tranquila. Para isso, a escola pode desenvolver as seguintes ações:

1. Orientar os alunos quanto às novas rotinas escolares, explicando-lhes as diferenças em relação à etapa anterior e o que se espera deles nessa nova fase escolar. Esse trabalho deve ser planejado com antecedência e pode envolver as seguintes atividades: conversas com a turma para apresentar as novas rotinas escolares e dar esclarecimentos; organização de visitas dos professores dos anos finais às classes de 5º ano para que se apresentem e desenvolvam uma atividade com a turma (uma oficina, por exemplo); integração dos estudantes do 5º ano com os estudantes dos anos finais por meio de apresentação de trabalhos ou pesquisas; análise dos portfólios ou registros de avaliação das turmas de 5º ano pelos professores dos anos finais para fins de conhecimento das classes e planejamento das atividades pedagógicas iniciais;
2. Fortalecer a participação da família na vida escolar do estudante, promovendo debates, oficinas, palestras, rodas de conversa sobre as características da adolescência e seus impactos na escolarização, bem como para orientar as famílias quanto à nova forma de organização e rotinas escolares;
3. Organizar as atividades curriculares numa perspectiva interdisciplinar, de modo a reduzir o caráter fragmentado das disciplinas, ainda presente nos anos finais do Ensino Fundamental;

4. Promover trabalhos coletivos, com diferentes formatos de equipes, estimulando os estudantes a desenvolverem a responsabilidade e a organização, a atitude de cooperação, a capacidade argumentativa e de comunicação, o compartilhamento de ideias e conhecimentos, além de outras habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Nessa etapa de grandes desafios para o estudante, o trabalho em equipe desperta maior interesse e entusiasmo no desenvolvimento das atividades.

O CURRÍCULO

O currículo é estruturado a partir de eixos norteadores, especificados por áreas de conhecimento, que se pautam por uma perspectiva integradora. O coletivo de professores deve ser constituído para cada ciclo. Os docentes devem analisar os referenciais curriculares básicos de acordo com as diretrizes do sistema educacional de ensino e planejar coletivamente, elegendo os objetivos e as capacidades a serem desenvolvidas pelos estudantes nos dois anos, 6º ano e 7º ano, considerando o conhecimento dos anos anteriores e buscando a atualização dos conhecimentos prévios, relacionando-os com os novos conhecimentos que se pretende alcançar.

Como já mencionado nesse documento, as propostas pedagógicas devem ser organizadas a partir das 10 competências gerais da BNCC, já contempladas no documento “Matrizes Referenciais de Contagem” e nas experiências vivenciadas pelos adolescentes.

O PLANEJAMENTO

O ato de planejar está associado à organização de uma determinada ação. No âmbito das atividades escolares, o planejamento é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e para o bom funcionamento da escola, pois é imprescindível para orientar a ação educativa de acordo com as necessidades e possibilidades de cada instituição.

Ao realizar seu planejamento, a escola define qual o tipo cidadão pretende formar, organiza as etapas do trabalho a ser realizado e o que servirá de eixo condutor aos professores de diferentes componentes curriculares. O planejamento também é um momento de reflexão sobre a ação pedagógica e de tomada de decisões sobre as estratégias que serão utilizadas bem como as formas de avaliação que serão aplicadas no decorrer do processo de ensino. Daí a importância de se elaborar o planejamento anual/trimestral, retomando

as metas estabelecidas pela escola.

O plano curricular ou de ensino constitui-se no referencial com os fundamentos de cada disciplina. Nele devem estar expressos as expectativas de aprendizagem, os conteúdos previstos e as propostas de avaliação para cada ano. No município de Contagem o plano curricular está definido e consolidado através do Referencial Curricular de Contagem.

Os educadores devem planejar observando as necessidades dos estudantes, desafiando-os com situações problema que os levem a revisar seus conhecimentos, criando relações estruturais que fazem sentido para os estudantes. A reflexão e a análise sobre o processo de aprendizagem devem levar os estudantes a perceberem a generalização de conceitos aprendidos, a identificação das mudanças que ocorreram em seu conhecimento e o contraste com as ideias iniciais.

AS METODOLOGIAS

O estudante é o protagonista do seu processo de aprendizagem, ou seja, a educação não é uma simples transmissão de conhecimento. Ela vai além, tornando-se um processo que dá suporte e permite ao estudante criar e experimentar o conhecimento e o aprendido.

Dessa maneira, o conteúdo e o ensino se tornam guias e ferramentas para que os estudantes construam o seu conhecimento por meio da resolução de problemas e formulação de hipóteses, valorizando assim os conteúdos e vivências anteriores de cada um. Nessa perspectiva, o estudante aprende a pensar sobre o que já conhece, a pesquisar, a analisar, a tirar conclusões. Aprende a aprender com seus pares e com os mediadores. Os educadores



precisam conhecer os estudantes, suas vivências, suas famílias como parceiras da construção do conhecimento escolar, seus interesses, para que as dimensões sociais, culturais, de diversidade e inclusão sejam contempladas.

Para que os estudantes adquiram autonomia, é necessário que conheçam os recursos de aprendizagem de que dispõem e em quais são mais competentes, bem como dominem técnicas sobre como e onde podem obter informações e continuar aprendendo. O coletivo de educadores, engajados nesta construção do conhecimento, apoia os estudantes e oferece condições para que eles avancem.

A AVALIAÇÃO

O processo de avaliação deve contemplar a observação, o registro, as atividades formais em situações desafiadoras para que os adolescentes aprimorem as capacidades de pensar, organizar informações, atribuir significados e ampliar os conhecimentos; problematizar a realidade observada e vivida; compreender os fenômenos naturais e sociais, contextualizando a realidade histórica, econômica e cultural; utilizar o conhecimento aprendido para pensar e transformar a si próprio e a realidade em seu contexto.

PERFIL DOS PROFESSORES

Para realização de um trabalho qualificado com os estudantes do 3º ciclo, há de se considerar as peculiaridades dos sujeitos, entendendo que os pré-adolescentes precisam de situações desafiadoras e de valorização de sua cultura e de suas necessidades pessoais.

Os educadores precisam considerar as características dos estudantes, compreendendo suas necessidades de aprendizagem, a construção da identidade, da autonomia e da alteridade. Reconhecer o desenvolvimento da percepção cultural e da capacidade de análise, intervindo sobre a realidade do estudante e do seu grupo, bem como problematizando e investigando suas dificuldades e potencialidades.

Além disso, apresentar domínio dos referenciais teóricos e metodológicos que envolvem os processos de ensino e aprendizagem das diversas áreas do conhecimento, sendo capazes de incorporar a lógica interdisciplinar em sua prática pedagógica.

2.5. 4º Ciclo

O CICLO DO PENSAMENTO CRÍTICO, DE ANÁLISE REFLEXIVA DA REALIDADE E DESENVOLVIMENTO DO SENSO CRÍTICO (8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

Considerado como o ciclo do pensamento crítico, de análise reflexiva da realidade e desenvolvimento do senso crítico, esse período, marcado pelas mudanças advindas da adolescência, abre oportunidades e contatos com experiências que viabilizam maior posicionamento frente às questões sócio culturais, promovendo a inserção afetiva e intelectual dos adolescentes em debates e reflexões sobre a sociedade em geral e sobre o mundo do trabalho.

Nessa etapa, os jovens se posicionam de forma mais exigente quanto às atividades apropriadas para sua idade e identificam quais são consideradas “infantis”, sendo essa uma importante questão...a ser considerada na elaboração do planejamento das ações pedagógicas para atendimento a esse público.

A adolescência é um período da vida caracterizado, em geral, pela simultaneidade de descobertas, conflitos e prazeres, através do qual o sujeito constitui a sua identidade enquanto indivíduo em uma sociedade.

Precisam encontrar um equilíbrio entre o que esperam de si mesmos e o que o seu ambiente social espera deles. Para Erikson, importante teórico da área de desenvolvimento humano, concluir esta etapa com sucesso significa concluir a construção de uma base sólida e saudável para a vida adulta.

OS SUJEITOS

Atendendo a adolescentes de 13 a 14 anos, aproximadamente, esse ciclo apresenta inúmeros desafios e possibilidades de trabalho educativo.

Dadas as importantes mudanças físicas e emocionais que acontecem com o sujeito nessa fase, os adolescentes podem apresentar sentimentos de incômodo ou descontentamento com a nova aparência, o que traz desdobramentos psicológicos e nas relações pessoais.

Pesquisas recentes² demonstram que a agressividade, a rebeldia e a falta de interesse pelas aulas, que tanto preocupam pais e professores, não se explicam apenas por explosões hormonais. Nessa fase, o cérebro também passa por um processo delicado: as conexões entre os neurônios se desfazem para que surjam novas, fenômeno conhecido como “poda de neurônios”. Isso faz com que ora pareçam estar no “mundo da lua”, ora com “pane no sistema”.

Nessa idade, é comum os jovens apresentarem comportamentos e reações que independem da vontade deles. Portanto, nem sempre palavras ditas de maneira agressiva ou arrogante são fruto da falta de respeito ou desconsideração. Para quem convive diariamente com turmas dessa faixa etária, a alternativa é agir de forma firme, mas respeitosa.

A adolescência é marcada pela expansão das experiências sociais e culturais, o fortalecimento da noção de pertencimento ao grupo, a autoafirmação e a busca da autonomia, aspectos que têm profundas implicações para a construção da identidade.

O CURRÍCULO

A construção da identidade apresenta-se como um dos aspectos centrais da educação do adolescente, uma vez que ela expande sua visão para além da família, da escola e da comunidade.

A ampliação das aprendizagens que promovem as capacidades de resolução de problemas, leitura, escrita, oralidade e expressão em múltiplas linguagens também é um dos objetivos nesse ciclo.

Nesse período, o mundo do trabalho se faz presente nas preocupações do adolescente e deve ser considerado no âmbito do trabalho educativo.

Assim como nos ciclos anteriores, as propostas pedagógicas devem ser organizadas a partir das 10 competências gerais da BNCC, já contempladas no documento “Matrizes Referenciais de Contagem” e nas experiências vivenciadas pelos adolescentes.

A proposta pedagógica deve ser organizada e estruturada a partir das habilidades e objetos de conhecimentos propostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplados nas Matrizes de Referência Curricular de Contagem, considerando as experiências de vida desses estudantes

² Carlson (2000)

O PLANEJAMENTO

Para elaboração dos planejamentos no 4º. Ciclo, além do trabalho com as habilidades e objetos de conhecimentos propostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplados nas Matrizes de Referência Curricular de Contagem, se faz necessário ter conhecimento das especificidades da adolescência como uma totalidade que afeta o processo de construção de conhecimento, dos valores, das identidades e que interferem no processo de ensino aprendizagem.

Também há se de compreender que a proposta pedagógica deve ser articulada com os demais ciclos e entre as disciplinas, garantindo a continuidade dos processos já iniciados, acolhendo as formas de convivência juvenil nas práticas escolares, para que a escola se torne um espaço significativo para os adolescentes e estimulem o seu protagonismo.

AS METODOLOGIAS

Essa etapa da vida caracteriza-se pelo desenvolvimento do pensamento formal, pela capacidade de formular pensamentos abstratos.

Tal libertação da referência do concreto permite ao adolescente operar com o pensamento hipotético-dedutivo, com formas mais flexíveis e versáteis de abordar situações-problema, abrindo possibilidades de uso de variadas operações cognitivas e de aquisição de novas habilidades e competências.

Desde o ciclo anterior, os estudantes têm professores especializados para cada uma das áreas do conhecimento. Como consequência dessa estrutura, os adolescentes são instigados a desenvolver formas mais autônomas de gerenciar seu aprendizado, uma vez que o espaço para tirar suas dúvidas se apresenta reduzido pela maior rotatividade dos professores.

A pesquisa, as experimentações, os projetos de trabalho, o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação são metodologias privilegiadas para o trabalho pedagógico com esse público.

AValiação

Avaliar o estudante nesta faixa etária deve levar em conta não apenas o rendimento escolar e as dificuldades de aprendizagem que se apresentam, mas também aspectos contextuais que possam estar impactando o processo de

aprendizagem deste adolescente.

Fatores internos e externos devem ser considerados, como déficits e presenças na cognição, relações familiares e sociais, vida laboral, o ambiente de aprendizagem do qual o adolescente faz parte e as oportunidades educativas ofertadas, bem como características específicas do período que está sendo vivido.

PERFIL DOS PROFESSORES

O professor para trabalhar com esse público tão heterogêneo e diverso, precisa ter conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de manter-se em permanente atualização, apresentando-se como um “eterno aprendiz”. Isso garante a ele a possibilidade de colocar-se na posição de aprendiz e, portanto, do estudante.

Deve estar consciente das singularidades dos estudantes e de seus processos de aprendizagem, assim como aperfeiçoar o conhecimento específico, conhecer teorias pedagógicas e técnicas didáticas bastante variadas. É preciso estar disposto a entrar em contato com o conhecimento em geral, ser um “generalista”, além de ser um especialista em sua área específica de atuação, estar disposto a ouvir, entender e articular ao currículo as demandas trazidas pelo aluno, conhecendo melhor sua realidade.

Evidentemente, todas essas habilidades apresentadas podem não estar presentes nas pessoas, mas certamente podem ser desenvolvidas, construídas, podem se estabelecer na convivência dialógica do ambiente escolar.





3. Parte II- Ações de formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e Programa de Biblioteca e Leitura

3.1. Formação no Ensino Fundamental: Rede de formação e Carteira de Projetos

No ano de 2019, a Prefeitura de Contagem, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, apresentou para a Rede de Ensino Pública Municipal uma **ampla Rede de Formação**, que se propôs a articular os ciclos, numa referência cotidiana para o trabalho de professores, coordenadores e diretores, com foco na melhoria dos níveis de aprendizagem dos estudantes.

Essa Rede de Formação **qualificou mais de seis mil servidores e prestadores**

de serviços da Educação nos **42 cursos ofertados**³, auxiliando esses profissionais na incorporação prática das intencionalidades educativas previstas no Currículo para todos os estudantes.

Os cursos oferecidos foram concebidos de modo a propiciar vivências didáticas que articulam os conhecimentos teóricos referentes aos processos de ensino, avaliação, planejamento e intervenção pedagógica.

A política de formação dos profissionais da educação deve propiciar um espaço de discussão permanente, tendo em vista a necessidade de interagir os diversos campos da escola e de articular os fazeres, as ações, os ciclos; todos com um único objetivo: **garantir a todo estudante uma educação de qualidade**.

Uma escola democrática e participativa tem forte componente do coletivo, somente possível com a integração das políticas públicas com as comunidades, num processo de interação e empoderamento das pessoas e dos lugares.

Dada a importância da formação dos profissionais da educação, em 2020 teremos a continuidade da Rede de formação, na certeza de que a **formação fortalece a ação pedagógica** nas escolas municipais.

Carteira de Projetos

A Carteira de Projetos⁴ se deu como uma proposta de ações diversas e foi protagonizada por diferentes atores.

Foram desenvolvidos, no ano de 2019, vinte e um projetos. Alguns deles nasceram nas Escolas Municipais e, por alcançarem uma avaliação positiva por parte da comunidade escolar, ampliou-se a possibilidade de experimentação pelas demais unidades escolares da Rede Municipal.

Para desenvolver alguns desses projetos, foram realizadas parcerias com empresas públicas e privadas. Houve também a utilização de ambientes alternativos, como os **Educartes**, espaços da Educação Integral voltados para o atendimento aos estudantes no período do contra turno escolar e a toda a comunidade, a fim de criar lastro em outros espaços. Somam-se a esses os projetos da SEDUC, que foram apresentados com o propósito de dialogar com os as equipes pedagógicas das escolas.

Tais **projetos objetivam contribuir com a ação dos professores e estudan-**

³ Ver Caderno Rede de Formação 2019: Conhecimentos, Experiências, Práticas e Diálogos

⁴ Ver Carteira de projetos em anexo.

tes ao propor um conjunto de práticas pedagógicas que visam promover o desenvolvimento das habilidades previstas nos Referenciais Curriculares de Contagem, bem como a interação de professores e estudantes para que tenham sentido e força na potencialização da função primeira da escola que é a aprendizagem.

Estrutura da Carteira de Projetos

Cada projeto apresentado funcionou com uma coordenação definida que realizou encontros mensais nas escolas participantes com o objetivo de potencializarem a formação de coletivos de professores para a ação na escola, fortalecendo a Rede e apoiando os grupos diversos em torno de uma temática.

A indicação do profissional para coordenar os projetos foi de responsabilidade da equipe de gestão das escolas, podendo participar os seguintes profissionais: professores com resíduos na sua carga horária semanal, professor da disciplina específica para o trabalho no tempo regular da aula, seja PEB I, PEB II ou PEB III; professores em readaptação funcional ou outro servidor que demonstrou interesse e foi aprovado pela equipe gestora.

Há também projetos em parceria com o Ministério da Educação - MEC e outros, em parceria com a iniciativa privada, que apresentam suas especificidades e uma estrutura e cronograma de trabalho definidos.

Assessoria/ Acompanhamento e Monitoramento das aprendizagens

Com o objetivo de ampliar as ações de acompanhamento dos processos pedagógicos das escolas de Ensino Fundamental, a SEDUC vem trabalhando a partir do **conceito de monitoramento das aprendizagens**.

De acordo com a literatura educacional, essa estratégia, quando adotada de forma sistemática e contínua, contribui para que as escolas desenvolvam uma ação pedagógica que promova, além do desenvolvimento das capacidades, a formação de sujeitos capazes de atuar no mundo letrado com consciência e proatividade.

O monitoramento tem como meta melhorar a qualidade do ensino de modo a assegurar uma educação integral, que valorize a diversidade e a pluralidade étnica e cultural. Nesse sentido, monitorar significa olhar para detalhes e especificidades do processo educacional, de tal forma que haja compreensão

de seu funcionamento e de sua relação com os resultados, garantindo assim a maior efetividade das ações.

Monitorar e avaliar são práticas inerentes à gestão que possibilitam maior garantia da realização dos objetivos educacionais propostos. As ações de monitoramento quando realizadas de forma participativa e colaborativa produzem conhecimentos claros e objetivos sobre as necessidades e demandas educacionais e por isso, seus processos e contribuições devem ser compartilhados, possibilitando um ambiente de crescimento e desenvolvimento que emancipa a todos os envolvidos pela ação crítica e reflexiva assumida coletivamente.

Em geral, esse trabalho é mediado pelo **Plano de desenvolvimento da aprendizagem**, documento que delineia a organização do trabalho que se pretende realizar na instituição em um determinado período e tem como foco a melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem para garantir a todos o direito de aprender.

Em linhas gerais, destacamos alguns aspectos que orientam o trabalho de assessoria/acompanhamento pedagógico nas escolas:

- Apoio às equipes gestora e pedagógica quando da elaboração dos objetivos e metas de aprendizagem para cada etapa/ciclo de aprendizagem, tendo como base os Referenciais Curriculares de Contagem;
- Acompanhamento do diagnóstico dos níveis de escrita do 1º ciclo;
- Acompanhamento dos Planejamentos e Processos de avaliação das etapas/ciclos de aprendizagem;
- Apoio na organização de propostas de intervenções pedagógicas para atendimento aos estudantes com dificuldades no percurso.

Objetivos do Monitoramento

O Monitoramento baseia-se nos pilares: **conhecer, planejar, intervir e avaliar**, tendo como foco de suas ações o aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem. Nas visitas in loco, a equipe de Monitoramento Sistemático das Aprendizagens da Secretaria Municipal de Educação de Contagem pretende alcançar, com o coletivo da escola, os seguintes objetivos:

- Acompanhar a construção coletiva do Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem - PDA;

- Verificar se as propostas metodológicas e didáticas estão coerentes com as habilidades especificadas nos Referenciais Curriculares de Contagem e Currículo de Minas Gerais, considerando-se a BNCC;
- Acompanhar as atividades para educação das relações étnico-raciais;
- Acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos alunos com deficiência;
- Acompanhar os planejamentos trimestrais e por períodos elaborados pelo coletivo dos professores;
- Acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em cada ano/ciclo;
- Monitorar a execução dos planos de estudos dos estudantes em defasagem escolar;
- Acompanhar e analisar os resultados obtidos nas avaliações trimestrais após tabulação dos dados;
- Orientar as possíveis intervenções pedagógicas que garantam a aprendizagem dos estudantes;
- Acompanhar e orientar na elaboração dos planejamentos dos Estudos Orientados;
- Analisar os resultados obtidos após os Estudos Orientados;
- Analisar os resultados das avaliações externas e se estão compatíveis com os resultados internos;
- Monitorar as práticas pedagógicas e propor ações de superação à equipe da SEDUC e ao coletivo da escola, quando necessário.

Atribuições da equipe de monitoramento

São atribuições da equipe de monitoramento:

- Acompanhar a construção e a execução do Plano de Desenvolvimento de Aprendizagem;
- Orientar as escolas na análise dos resultados das Avaliações Sistemáticas, contribuindo para que sejam percebidas como ferramentas de apoio à prática pedagógica da escola;
- Incentivar e possibilitar a participação de toda comunidade escolar na Rede de Formação;

- Auxiliar as escolas nos processos de construção, desenvolvimento, avaliação e reconstrução do Projeto político-pedagógico, se necessário;
- Analisar os processos de ensino e aprendizagem, as metodologias e intervenções pedagógicas da escola, de modo a torná-los mais adequados e significativos;
- Auxiliar professores, pedagogos e dirigentes escolares na elaboração do planejamento pedagógico;
- Acompanhar o processo de discussão sobre a avaliação escolar e as diversas formas de registro;
- Assegurar que os documentos de referência curricular sejam conhecidos e utilizados no planejamento pedagógico;
- Analisar o rendimento escolar (taxas de aprovação, retenção e abandono) e contribuir para a discussão sobre as possíveis estratégias de intervenção pedagógica, quando necessário;
- Diagnosticar demandas e necessidades da escola nos âmbitos pedagógicos;
- Acompanhar as entregas das Avaliações Sistêmicas nas escolas;
- Apurar denúncias;
- Quando necessário, participar de reuniões da escola/comunidade;
- Acompanhar o desenvolvimento dos Projetos e de Programas Institucionais com o objetivo de articulá-los com o trabalho pedagógico da escola, além do encaminhamento de registros das atividades para a Diretoria do Ensino Fundamental,
- Orientar e acompanhar as escolas na consolidação do trabalho pedagógico, baseado nos Direitos de Aprendizagem, Matrizes de Referência Curricular do Município de Contagem e Expectativas de Aprendizagem;

- Participar de eventos socioculturais das escolas e da SEDUC;
- Observar em tempo real a situação de aprendizagem e o progresso do estudante, por ano, por turma e por disciplina;
- Acompanhar estratégias de atendimento aos estudantes que apresentam ritmos diferenciados de aprendizagem;
- Avaliar os impactos da intervenção pedagógica e da assistência adicional aos estudantes mais vulneráveis em sua aprendizagem;
- Registrar, em instrumentos próprios, cada visita às unidades escolares e encaminhar para a diretoria da SEDUC, em no máximo 48 horas;
- Participar das agendas de formação mensais ofertadas pela SEDUC;
- Desenvolver tarefas correlatas atribuídas pela Diretoria do Ensino Fundamental;
- Atender às convocações executando outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.

Para realizar a ação de acompanhamento às escolas, cada monitor assume 7 escolas, de acordo com um cronograma definido pela Diretoria de Ensino Fundamental e disponibilizado no **Caderno de Monitoramento** – documento orientador das ações da equipe, atualizado continuamente, a partir dos dados levantados e analisados das 70 escolas de Ensino Fundamental – 68 escolas e 2 anexos.

As visitas são acompanhadas pela SEDUC por meio de instrumentos específicos. Após cada encontro, os monitores preenchem os links de avaliação do trabalho, via e-mail, em até 48h. Esses links são direcionados à Diretoria do Ensino Fundamental, responsável pela análise e consolidação dos dados.

Durante o ano, foram previstas reuniões quinzenais com a Diretoria do Ensino Fundamental para alinhamento do trabalho de acompanhamento às escolas e apresentação da próxima pauta a ser trabalhada nas escolas.

3.2. Instrumentos de Monitoramento

MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA

A Educação é um direito da criança e do adolescente assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela determina que os dias letivos devem ser cumpridos, sendo responsabilidade das instituições de ensino oferecer o atendimento educacional e dos estudantes fazerem sua parte, garantindo a frequência.

Em cumprimento ao disposto acima e considerando que o acompanhamento da frequência escolar é constitucionalmente atribuído à escola como critério a ser observado para a promoção do estudante é que apresentamos o instrumento de levantamento de dados em nível da Rede de Ensino e de cada Unidade escolar. Esse instrumento **auxilia na compreensão do contexto de infrequência da escola, possibilitando a tomada de decisões para o restabelecimento da frequência, minimizando possíveis evasões no decorrer do ano letivo.**

Realizando o comparativo entre o primeiro e o segundo trimestres do ano de 2019, constatamos o aumento de 0,8% no número total de estudantes infrequentes, o que corrobora com pesquisas promovidas pelo Ministério da Educação que evidenciam altos índices de infrequência escolar no Ensino Fundamental e que aumentam conforme os estudantes avançam nos anos/ciclos.

O quadro a seguir demonstra os dados apresentados pela Rede, quanto ao monitoramento de frequência, nos dois trimestres de 2019:

RESULTADOS DA REDE – MONITORAMENTO DE FREQUÊNCIA – 1º E 2º TRIMESTRES

Secretaria de Educação PREFEITURA CONTAGEM MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE CONTAGEM										
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	TOTAL REDE
1º TRIMESTRE (70 ESCOLAS)	14,1%	12,8%	10,3%	10,6%	9,6%	11,3%	14,4%	14,4%	15,7%	12,4%
2º TRIMESTRE (70 ESCOLAS)	14,4%	13,6%	12,5%	13,0%	12,1%	12,1%	14,3%	12,8%	14,4%	13,2%
3º TRIMESTRE (70 ESCOLAS)										

Para além das orientações do **Ofício nº 135/2019**, encaminhado pela Superintendência de Funcionamento escolar sobre frequência escolar, que apresenta sugestões de ações de combate à evasão e infrequência, orientamos as equipes gestora e pedagógica sobre a elaboração coletiva de ações contínuas de acompanhamento da frequência que contemplem toda a comunidade escolar.

Apresentamos a seguir sugestões para o acompanhamento da frequência escolar que poderão contribuir com a compreensão do contexto de infrequência e a definição das estratégias para o restabelecimento da frequência.

- Estabelecer rotina de monitoramento contínuo da frequência para mapear as justificativas de faltas dos estudantes e promover ações de enfrentamento às causas identificadas;
- Estar sempre atento ao comportamento dos estudantes infrequentes para identificar padrões recorrentes de faltas;
- Promover momentos para escuta dos estudantes. Essa ação deve possibilitar o entendimento dos motivos das faltas;
- Manter contato mais dinâmico e efetivo com os responsáveis. A tecnologia pode ser uma grande aliada para esse fim;
- Estabelecer diálogo permanente com a Rede de Proteção.

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

No mesmo instrumento de acompanhamento da frequência é disposto um campo para preenchimento dos dados sobre o desempenho escolar dos estudantes. Esses dados são tratados, consolidados analisados e retornam às escolas para estudos e encaminhamentos.

Os resultados gerais são apresentados, de forma automática, na planilha de desempenho de estudantes abaixo da média, na aba “resultados do desempenho dos estudantes”, quando de seu preenchimento pela unidade escolar.

Após análise dos resultados da Rede, foram apresentadas às escolas de Ensino fundamental, **algumas estratégias de superação das dificuldades identificadas**, sugeridas por especialistas e apontadas pelas escolas da Rede – dados do monitoramento do mês de junho/2019:

- Acompanhamento e avaliação diagnóstica;
- Reuniões periódicas com os docentes para avaliação e replanejamento das ações, se necessário;
- Grupos produtivos flexíveis;
- Conversa com as famílias;
- Grupos de apoio e reforço no contra turno;
- Projetos especiais;
- Reforço escolar;
- Aulas compartilhadas e partilhadas;
- Atendimentos a pequenos grupos.

A partir da análise comparativa do primeiro e do segundo trimestre de 2019, na perspectiva de Rede de Ensino, constou-se redução no índice geral de estudantes abaixo da média nas disciplinas de Língua Portuguesa e Ciências, de 0,6% e 1,9%, respectivamente, e o aumento da porcentagem nas demais disciplinas. Esse resultado precisa ser estudado considerando a Rede Municipal e cada unidade escolar, dadas as especificidades de cada instituição.

Nesse contexto, é válido que cada unidade escolar mensure os resultados gerais das turmas, atendo-se aos pontos de dificuldade de aprendizagem identificadas em cada etapa e que a direção/equipe pedagógica estabeleça com o coletivo de professores **ferramentas de avaliação de desempenho dos estudantes**, comparando os resultados obtidos nas turmas, acompanhando sua evolução.

Diagnósticos frequentes auxiliam na tomada de decisões pedagógicas que possibilitem traçar estratégias de ensino ainda mais eficientes e de acordo com o perfil da turma.

Monitoramento da frequência da Rede Municipal de Contagem

Referência: 5 faltas consecutivas ou 10 faltas alternadas por ano

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	TOTAL REDE
1º TRIMESTRE (70 ESCOLAS)	14,1%	12,8%	10,3%	10,5%	9,6%	11,3%	14,4%	14,4%	15,7%	12,4%
2º TRIMESTRE (DADOS PARCIAIS - 66 ESCOLAS)	14,5%	13,6%	12,5%	13,3%	12,2%	11,8%	14,4%	12,8%	14,3%	13,3%

Secretaria de
Educação



QUADRO NÍVEL DE ESCRITA

O instrumento, Quadro de Registro do Nível de Escrita – 2º ano, busca acompanhar os avanços na aquisição da base alfabética. A unidade escolar, junto a equipe de monitoramento, foi orientada a realizar o acompanhamento dos registros durante quatro momentos, conforme cronograma:

- Até o dia 18/03/2019: Avaliação Inicial;
- Entre 19/03/2019 a 17/05/2019 [1º Trimestre;
- Entre 18/05/2019 a 31/08/2019 [2º Trimestre;
- Entre 01/09/2019 a 10/12/2019 [3º Trimestre.

Vale ressaltar que a sondagem do nível de escrita foi ampliado e será realizado também no primeiro ano, considerando que o primeiro ciclo é denomina

NÍVEL DE ESCRITA DA REDE MUNICIPAL DE CONTAGEM PÚBLICO-ALVO: 2º ANO						
Nível de escrita que se encontram	AVALIAÇÃO INICIAL (Avaliação de 18/02 a 18/03)		1º TRIMESTRE (Avaliação de 19/03 a 17/05)		2º TRIMESTRE (Avaliação de 18/05 a 31/08)	
	Quantidade de estudantes	Porcentagem de estudantes	Quantidade de estudantes	Porcentagem de estudantes	Quantidade de estudantes	Porcentagem de estudantes
Pré-silábico	702	14%	377	8%	231	5%
Silábico	937	19%	647	13%	374	8%
Silábico-alfabético	1098	22%	891	18%	583	12%
Alfabético	2.274	45%	3.050	61%	2.340	47%
Ortográfico	Não avaliado	Não avaliado	Não avaliado	Não avaliado	1.436	29%
Total	5.011	100%	4.965	100%	4.964	100%
Estudantes Alfabetizados	45%		61%		76%	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

O Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem – PDA⁵ refere-se a um conjunto de ações discutidas e elaboradas pelas equipes escolares que têm como foco a melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem, para garantir a todos o direito de aprender.

⁵ Ver Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem em anexo.

Consiste, basicamente, na adequação do planejamento do ensino e da organização do trabalho escolar às necessidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes ao longo de suas trajetórias escolares, detectadas por meio das diversas avaliações internas (realizadas pelos professores no cotidiano escolar) e externas (Proalfa, Proeb, Prova Brasil).

Ao elaborá-lo, as escolas municipais preveem ações de intervenção pedagógica para todos os ciclos do ensino fundamental.

No ano de 2019, as ações previstas no PDA foram avaliadas pela equipe de monitoramento em conjunto com as escolas, em documento próprio elaborado pela Diretoria do Ensino Fundamental e seus resultados foram mensurados na perspectiva de potencializar e evidenciar as propostas de intervenção pedagógica sugeridas pelo coletivo da escola. Esse instrumento se apresenta como um documento “vivo” que deve refletir o plano de gestão-ação da escola e ser acessível à comunidade escolar, responsável pelo acompanhamento e apoio na execução das atividades propostas, no decorrer do ano letivo.

PLANEJAMENTO

O ato de planejar está associado à organização de uma determinada ação. No âmbito das atividades escolares, o planejamento é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e para o bom funcionamento da escola, pois é imprescindível para orientar a ação educativa, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada instituição.

Ao realizar seu planejamento, a escola define qual o tipo de cidadão pretende formar, organiza as etapas do trabalho a ser realizado e o que servirá de eixo condutor aos professores dos diferentes componentes curriculares.

O planejamento também é um momento de reflexão sobre a ação pedagógica e de tomada de decisões sobre as estratégias que serão utilizadas, bem como as formas de avaliação que serão aplicadas no decorrer do processo de ensino. Daí a importância de se elaborar o planejamento anual/trimestral, retomando as metas estabelecidas pela escola.



O plano curricular ou de ensino constitui-se no referencial, com os fundamentos de cada disciplina. Nele devem estar expressas as expectativas de aprendizagem, os conteúdos previstos e as propostas de avaliação para cada ano.

No município de Contagem, o plano curricular está definido e consolidado através do Referencial Curricular de Contagem (Ver Blog Estuda Contagem; Atalho – Programa de Formação; Ensino Fundamental; Referenciais Curriculares - <http://programadeformacao.azurewebsites.net/referenciais-curriculares/>). A partir dele, dos resultados das Avaliações Diagnósticas e do Perfil Inicial da Turma, o professor define o planejamento referente à sua disciplina/turma.

Nesse sentido, cabe principalmente ao pedagogo acompanhar esse planejamento, ao longo do ano letivo, retornando sempre ao Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem e observando as especificidades da escola. Para tanto, é importante que o profissional utilize instrumentos que possam acompanhar o planejamento visando consolidar as habilidades e os registros dos conteúdos contidos no Diário Escolar.



O Referencial Curricular de Contagem foi elaborado durante os encontros de formação em serviço realizados pela SEDUC, ao longo de 2017, com pedagogos de todos os ciclos e professores especialistas (PEBII e PEBIII) e pelas equipes das escolas, pedagogos e professores PEBI, em cada unidade escolar.

Planejar o processo educativo significa, portanto, organizar, racionalizar e coordenar a ação docente, tendo em vista a articulação entre os programas curriculares (oficiais), a prática da sala de aula e as realidades inerentes ao contexto social e cultural onde cada instituição está inserida.

Nesse sentido, quanto maior a clareza do docente no que diz respeito ao conceito de planejamento e ao ato de planejar propriamente dito, maior liberdade e autonomia serão aplicadas no processo de ensino e aprendizagem.

Planejar, portanto, requer:

1. Mapear todas as situações observadas a partir dos dados

A análise dos dados levantados nas avaliações diagnósticas permitirá ao pedagogo e ao professor observar e construir o perfil da turma, estruturando possíveis planos de ação para que o estudante tenha o seu direito de aprender garantido, considerando os aspectos relacionados ao grau de dificuldade nos conteúdos nas disciplinas com maior incidência de erros e nas turmas que necessitam de maior atenção.

2. Socializar os resultados

É preciso socializar os resultados obtidos para que eles circulem por toda a comunidade escolar. Assim, além de se tornar objeto de conhecimento da escola, possibilita maior participação dos envolvidos.

3. Planejar os próximos passos para melhorar o contexto de aprendizagem

Ao identificar uma dificuldade torna-se necessário desenvolver um plano de ação, com objetivos claros e responsáveis diretos, potencializando a continuidade da ação proposta.

4. Acompanhar o desenvolvimento das ações definidas

Cada atividade pode ser desenvolvida por um profissional da Educação. Diante disso, cabe acompanhar o processo de desenvolvimento para garantir não apenas que as ações sejam planejadas, mas que sejam realizadas e que tenham seus resultados analisados para saber quais ações funcionam melhor em cada circunstância. Daí a importância do cronograma de trabalho e do plano de ação para não perder o foco.

5. Não tomar os direcionamentos iniciais como definitivos

A cada etapa concluída é muito importante rever, retomar e replanejar ações para garantir que as necessidades dos estudantes sejam atendidas. Vale fazer um novo levantamento e realizar análises com o coletivo para identificar os avanços e dificuldades, aquelas já minimizadas e outras que ainda necessitam de atenção ao longo do ano letivo. Os registros são de suma relevância nesse processo.

Práticas de planejamento **contribuem para uma rotina que favoreça a aprendizagem significativa**, a partir das condições e dificuldades observadas no contexto escolar, visando um trabalho consistente e que auxilie, de fato, a prática do professor em sala de aula.

Avaliação

A avaliação é parte do processo ensino/aprendizagem e deve ser desenvolvida no sentido de propor intervenções para estudantes de diferentes ritmos de aprendizagem.

A avaliação só faz sentido quando acontece de forma contínua, com vistas à reflexão crítica sobre a prática e não apenas configurada por uma classificação. Ela deve acontecer por diferentes instrumentos (avaliação escri-

ta, observação, trabalhos, pesquisas, projetos) e em diversos momentos do processo de aprendizagem, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante e possibilitando a consolidação das habilidades no tempo escolar.

Segundo Luckesi (1994), a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

A avaliação educacional pode ser identificada a partir de duas dimensões: uma interna – avaliação da aprendizagem realizada, sobretudo, pelo professor, como parte do seu fazer pedagógico, cujo objetivo é verificar se o estudante aprendeu e outra externa – avaliação do desempenho escolar em larga escala, com o objetivo de verificar o que o estudante aprendeu em determinado período da etapa da educação básica.

Assim, vale ressaltar que os dados obtidos (interna e externamente) auxiliam a tomada de decisão, não somente do professor, mas de todo o coletivo da escola.

Avaliação Interna

A avaliação interna é realizada pelo professor, nos diversos espaços da unidade escolar. Busca verificar a aprendizagem do estudante e é determinada em conformidade com o Planejamento escolar, o Plano de trabalho docente e o Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem - PDA.

Para avaliar e acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas planejadas pelo professor e as habilidades consolidadas pelo estudante é fundamental que a equipe pedagógica utilize instrumentos de registro, tais como, gráficos, relatórios, entre outros.

As análises desses resultados bem como os momentos de Conselho de Classe possibilitarão uma reflexão a respeito dos resultados alcançados e mensurados, a partir de instrumentos encaminhados pela SEDUC: Quadro do nível de escrita – 2º ano, das fichas de diagnóstico de Língua Portuguesa e Matemática – 3º ao 9º anos, entre outros; para a efetivação no trabalho de intervenção e/ou reestruturação do planejamento.

Apresentamos a seguir dados da Rede Municipal, observados (ou coletados) nas avaliações diagnósticas iniciais das crianças do 2º ano do 1º ciclo da Rede, em 2019, que foram analisados pelas equipes gestoras e nortearam as ações de formação continuada e monitoramento durante todo o ano.

Nível de escrita que se encontram	Porcentagem de crianças	Quantidade de crianças
Pré-silábico (icônico/ garatuja)	0,52%	23
Pré-silábico	13,4%	598
Silábico	17,92%	800
Silábico-alfabético	21,62%	965
Alfabético	46,54%	2077
Total	100%	4.464

A partir da análise desses dados, estas orientações foram encaminhadas às unidades escolares.

Sobre as crianças que apresentaram hipótese Icônica/garatuja de escrita:

Após um ano de escolarização julgamos muito difícil que a criança que recebeu as intervenções necessárias ao processo de alfabetização, apresente a hipótese de escrita icônica/garatuja (0,52% das crianças da Rede Municipal), salvo em casos de deficiências.

Foi sugerido às equipes pedagógicas a análise criteriosa destas crianças, no sentido de investigar seu histórico escolar, se frequentou a Educação infantil; se apresenta alguma deficiência; se possui laudo médico; se frequenta algum atendimento especializado e quais seus comprometimentos. Após essa análise, é preciso avaliar a necessidade de encaminhamentos dessas crianças a outros equipamentos do município para acompanhamento.

Alertamos também sobre a necessidade de se observar o perfil da professora alfabetizadora, seus saberes e fazeres.

A título de orientações gerais, foram feitos alguns apontamentos pedagógicos de intervenções e sugestão de atividades consideradas necessárias às crianças que se apresentaram no nível da hipótese pré-silábica/garatuja.

Desafios cognitivos:

- Distinção entre letras, números e símbolos;
- Introdução dos aspectos sonoros, por meio das iniciais de palavras significativas;

- Distinção entre imagem e escrita;
- Reconhecimento das letras como constituintes da palavra (texto);
- Introdução à distribuição espacial do texto e orientação das frases.

Atividades (Procedimentos didáticos)

- Contato com variado material de leitura: livros de história, revistas, livros de pesquisa, jornais, etc.
- Agrupar, na folha, letras e numerais.
- Manipulação intensa de alfabeto móvel.
- Jogos com alfabeto móvel: cobrir nomes com as letras, formar o nome ou colegas tendo como suporte o crachá.
- Planejamento da rotina da sala.
- Dominó de desenhos e palavras.
- Avaliação dos trabalhos do dia.
- Relatório oral das experiências. Jogos de atenção.
- Reconto e reescrita de histórias

Sobre a crianças que apresentaram a hipótese pré-silábica, com percepção de letra, na escrita:

Pelos dados apresentados nas avaliações diagnósticas, no início do ano de 2019, 598 crianças do 2º ano do Ensino Fundamental já utilizavam letras para escrever, porém ainda não haviam construído a pauta sonora, imprescindível para a apropriação da base alfabética.

Orientamos sobre a importância da percepção de que escrevemos com letras e que elas podem ocupar diferentes posições no interior da palavra pelas crianças em processo de alfabetização e lembramos que essa criança ainda não descobriu a pauta sonora ou, em outras palavras, não percebeu que escrevemos o que falamos na ordem em que falamos (erro construtivo) e que as atividades devem ser voltadas para esse aspecto.

Para isso, sugerimos o trabalho com os textos que se sabe de cor, como can-

tiga, parlenda, poema, quadrinha, lidos e apontados pela professora, como textos privilegiados para se fazer o ajuste entre o oral e o escrito e, conseqüentemente, se aprender a ler e escrever.

Sugerimos ainda, como atividades e procedimentos didáticos para o nível apresentado:

- Trabalho intenso com os nomes das crianças, destacando as letras iniciais _ atividades variadas com fichas, crachás e alfabeto móvel;
- Contato com farto e variado material escrito _ revistas, jornais, cartazes, livros, jogos, rótulos, embalagens, textos do professor e dos alunos, músicas, poesias, parlendas, entre outros;
- Observação de atos de leitura e escrita;
- Audição de leitura com imagem: notícias, propagandas, histórias, cartas, bilhetes;
- Atividades de escrita espontânea: listas e relatórios, etc.;
- Caixa com palavras ou nomes de cada aluno da classe;
- Reflexão sobre palavras ou nomes que começam com a mesma letra, palavras grandes e pequenas;
- Jogos diversos;
- Bingos de letras, de iniciais de nomes, de nomes e outros;
- Memória de letras, nomes, desenhos;
- Dominós associando nomes e iniciais, desenhos, letras;
- Baralho de nomes, figuras;
- Quebra-cabeças variados com gravuras, nomes, letras;
- Pescaria de nomes, letras iniciais ou de letras do alfabeto;
- Jogos com cartões;
- Parear cartões com nomes iguais;
- Parear cartões com letras;
- Jogos com o alfabeto móvel;
- Elaborar fichas ou crachás;

- Formar o próprio nome e os dos colegas à vista do modelo;
- Separar e agrupar letras iguais;
- Álbuns de rótulos e embalagens, de nomes e retratos ou autorretrato, de história de vida da criança;
- Jogos e brincadeiras orais com rimas, adivinhações, telefone sem fio, recados orais, jornal falado;
- Leitura de poesias e quadrinhas, parlendas, músicas;
- Planejamento da rotina do dia;
- Avaliação dos trabalhos do dia;
- Relatório oral de experiências;
- Histórias mudas;
- Produção de texto – coletivos e individuais, tendo a professora como escriba ou espontâneos;
- Conversa informal;
- Correio;
- Etiquetagem de objetos;
- Estudo e interpretação de gravuras;
- Jogos de atenção;
- Análise e síntese de palavras;
- Interpretação oral de texto;
- Reescrita com representação por meio de desenhos do texto trabalhado;
- Reconto e reescrita das histórias.

Sobre as crianças que apresentaram a hipótese silábica de escrita:

Apresentando a hipótese de escrita silábica, foram observadas 800 crianças, 17,92% das crianças matriculadas no 2º ano da Rede Municipal que utilizavam uma letra/marca para representar cada som.

Tal número pareceu nos deixar confortável, porém questionamos sobre as intervenções realizadas na alfabetização dessas crianças, ao longo de um ano letivo anterior.

Como analisado anteriormente, a construção da pauta sonora é condição imprescindível para a construção da base alfabética da escrita. A criança, na fase silábica, já percebeu que as palavras possuem partes menores, porém, para cada emissão sonora ou sílaba, marca apenas uma letra que pode corresponder à palavra escrita, convencionalmente ou não.

No caso da fase silábica sem valor sonoro, as atividades de intervenção necessárias são a análise do som, ou conhecer o nome da letra e, principalmente, o som das letras, fazer a relação grafema (letra) e fonema (som), no caso a percepção da vogal ou consoante.

No segundo caso, na fase silábica com valor sonoro, a proposta é levar à reflexão sobre a necessidade de sílaba, registrar mais de um som (percepção fonêmica).

As intervenções pedagógicas sugeridas para estudantes com hipótese silábica sem valor sonoro foram identificação dos sons e sua representação escrita e para estudantes com hipótese silábica com valor sonoro, a percepção de que a sílaba é composta de mais de uma letra (caso usem vogal, reflexão sobre a mudança do som com o ajuntamento das consoantes; caso usem consoante, reflexão sobre o som da mesma sem a vogal). As atividades, procedimentos didáticos, sugeridos foram o desmembramento oral e escrito dos nomes e das palavras em sílabas (pedacinhos), pronúncia pausada das palavras, solicitando ao aluno a contagem e também:

- Atividades para trabalhar com rimas, sons iniciais, finais e medianos das palavras;
- Dicionário ilustrado com desenhos e escrita dos respectivos nomes do jeito da criança.
- Comparação de palavras escritas pelo estudante com palavras escritas pela professora.
- Encontrar palavras dentro da palavra. Ex: SAPATO – PATO
- Trocar a primeira letra da palavra, mudando o sentido desta. Ex: GATO, RATO, PATO, MATO, SAPO, etc.

Sobre a crianças que apresentaram a hipótese silábico-alfabética de escrita:

Os dados do diagnóstico inicial demonstraram que 965 crianças, 21,62% do total da Rede, apresentavam-se nesse nível. O estudante silábico-alfabético já percebeu a pauta sonora e que as sílabas são formadas por unidades menores e representadas com mais de uma letra. Esse estudante está em conflito entre o nível silábico e o alfabético, portanto utiliza, ora uma letra pra cada sílaba, ora as sílabas completas, privilegiando as sílabas consoante-vogal (CV-canônica). Aos poucos vai consolidando que é necessário utilizar mais de uma letra para representar a maior parte das sílabas.

Desse modo, segundo Moraes, quanto mais tal aprendizado avança, mais curto é o “processo de transição”. Por isso, costumamos dizer que as crianças que atingem a hipótese silábico-alfabética já estão, quase em sua totalidade, a salvo do fracasso escolar que gera analfabetismo. Porém, as intervenções devem ser planejadas e de acordo com as necessidades dos estudantes.

Características do nível:

- Ora compõe sílabas completas, ora utiliza apenas uma letra por sílaba, na mesma palavra;
- Faz maior uso de consoantes;
- Acredita que algumas consoantes se bastam para a composição da sílaba.
Ex: B= BE
- Prioriza a escrita de sílabas canônicas

Intervenção necessária:

Percepção de que a maior parte das sílabas é formada por duas ou mais letras.

As atividades, procedimentos didáticos, indicados para esse nível são :

- Jogos e atividades variadas com alfabeto móvel e sílabas móveis;
- Caça – palavras;
- Cruzadinhas;
- Jogos de memória, bingo, dominós diversos;
- Leitura e interpretação oral de diferentes textos, poesias, músicas, parlen-

das, textos do aluno e do professor, notícias, reportagens, etc.

- Produção de textos coletivos e individuais;
- Montagem e escrita de pequenas estruturas linguísticas;
- Adivinhações, trava-línguas, quadrinhas, anedotas;
- Relatório oral e escrito de experiências vivenciadas;
- Escrita de cartas, bilhetes, listas, anúncios e propagandas;
- Análise e síntese de palavras significativas;
- Leitura de livros de literatura, jornais e revistas (em grupo ou individual);
- Jogos e atividades orais que permitam à criança brincar e recriar com a linguagem (rimas, poesias, entre outros...);
- Oficinas de histórias: reconto e reescrita;
- Construção de relatos e descrições;
- Diálogos, entrevistas e reportagens surgidas nas situações cotidianas;
- Transcrição de receitas, brincadeiras, piadas;
- Recorte de figuras ou palavras para montagem de álbuns ou dicionários.

Sobre as crianças que apresentaram a hipótese alfabética de escrita:

Tivemos, no início de 2019, 2077 crianças matriculadas no 2º ano que apresentavam o nível alfabético de escrita, isso equivalente a 46,54% das crianças matriculadas na Rede Municipal.

O estudante alfabético compreendeu o funcionamento do sistema de escrita alfabético. Segundo os teóricos da alfabetização, ele venceu a barreira do código, ou seja, grafa todos os sons emitidos com letras, porém, ainda não venceu a barreira da língua, que apresenta arbitrariedades ortográficas, semânticas, etc.

Orientamos ser esse o momento certo de iniciar as discussões ortográficas, uma vez que nos níveis anteriores, as crianças têm outras questões cognitivas a serem respondidas como, por exemplo, qual a letra representa determinado som, como usá-la, em que ordem colocá-la, entre outras.

Além da ortografia, devem ser analisadas as questões do discurso oral e escrito, pontuação segmentação, paragrafação e, principalmente, entender as especificidades da modalidade oral e escrita da língua.

São características desse nível, entre outras, escrever compondo sílabas foneticamente corretas, desconsideração da segmentação entre palavras; hipercorreção: exagero no uso de acentos e pontuação, que indicam o trabalho a ser desenvolvido com o estudante.

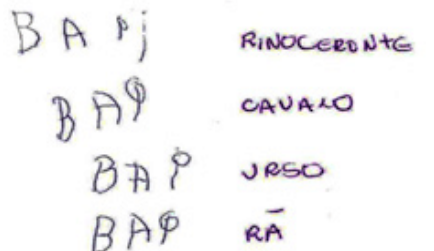
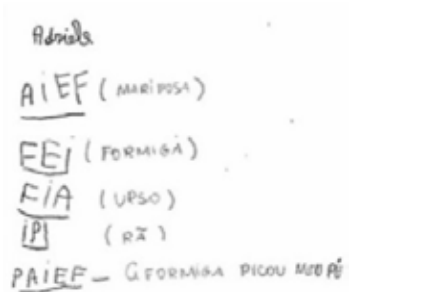
As intervenções necessárias são referentes à percepção das questões do uso da língua: e irregularidades ortográficas, pontuação, paragrafação, segmentação das palavras, uso de letras maiúsculas e minúsculas, tempos verbais, acentuação gráfica, entre outras; referentes à produção textual, em situações de uso real da língua.

Sugerimos como atividades, os procedimentos didáticos:

- Oficinas ortográficas de reflexão sobre a língua;
- Quadro de regularidades ortográficas;
- Uso do dicionário para verificar as palavras;
- Distribuição espacial do texto e orientação das frases;
- Produção de textos e revisão destes:
- Trabalho com os diferentes estilos discursivos, considerando pontuação, ortografia, coesão textual e criatividade, adequação da linguagem.
- Trabalho com diferentes gêneros textuais, analisando sua função social, interlocutores reais, formas e características peculiares;
- Segmentação de pequenos textos (parlendas, quadrinhas, etc.);
- Jogos e atividades que permitem a criança brincar e recriar com a linguagem (acróstico, rimas, entre outros);
- Produção de livros de acordo com os temas trabalhados em sala (Os Animais, Alimentação Saudável, Os Planetas, Os Dinossauros, etc.);
- Produção de histórias;
- Reconto e reescrita de uma vivência, reportagem ou relatórios;
- Transcrição de diálogos e descrições;
- Transcrição de receitas, brincadeiras e piadas;

- Produção de um jornal com reportagens.

Objetivando oferecer um instrumento prático e conciso de consulta e acompanhamento dos níveis de escrita dos estudantes em processo de alfabetização, foi elaborado um quadro-síntese das principais ideias apresentadas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky em seus estudos de como se dá a gênese do processo de construção da escrita pelos indivíduos, intitulado *Psicogênese da Língua Escrita*, que apresentamos a seguir:

NÍVEL DE ESCRITA (HIPÓTESE)		DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCRITA	EXEMPLOS	
PRÉ-SILÁBICA: Não estabelece correspondência entre o oral e a escrita.	ICÔNICA/ GARATUJA	Supõe que a escrita é uma forma de desenhar os objetos. Representa a escrita com marcas gráficas que imitam a escrita cursiva.	 	
	ESCRITA COM LETRAS	Escreve usando as letras do seu repertório, aleatoriamente.		
	VARIAÇÃO DE LETRAS PARA A ESCRITA DE PALAVRAS DIFERENTES	Já percebeu que para escrever palavras diferente é necessária uma variação de letras / palavras diferentes se escreve diferente.		

NÍVEL DE ESCRITA (HIPÓTESE)	DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCRITA	EXEMPLOS
SILÁBICO: Percebe que a escrita é a representação da fala/ pauta sonora.	SILÁBICA SEM VALOR SONORO A escrita do estudante supõe que basta uma marca (símbolo/letra) para representar uma sílaba que compõe a palavra. Demonstra ainda não conhecer o valor sonoro convencional das letras.	
	SILÁBICA COM VALOR SONORO A escrita do estudante supõe que basta apenas uma letra para representar cada sílaba que compõe a palavra. Demonstra conhecimento do valor sonoro convencional das letras porque, em geral, faz uso de vogais ou consoantes presentes na palavra.	

NÍVEL DE ESCRITA (HIPÓTESE)	DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCRITA	EXEMPLOS
SILÁBICA-ALFABÉTICA 	Escrita em que o estudante ora usa uma letra para representar sílaba, ora usa mais do que letra para representá-la. Estas escritas apresentam o valor sonoro convencional, ainda que com erros.	
ALFABÉTICA 	Escrita correta das palavras ainda que com erros ortográficos e eventualmente algum tipo de troca de letras. O estudante descobriu que as letras representam os fonemas e não as sílabas.	

Outra ação realizada pela Diretoria do Ensino Fundamental em 2019, relacionada ao processo de alfabetização e letramento, a pedido das unidades escolares do município, foi a elaboração do documento “**Orientações para aplicação das avaliações do nível de escrita do 2º ano do Ensino Fundamental**”, apresentado a seguir:

Atividades de escrita: Listas – gênero textual

Para avaliação até 17/05/19	Para avaliação até 31/08/19	Para avaliação até 10/12/19
Lista de animais preferidos da turma	Lista de objetos que encontramos na sala de aula	Lista de itens para nossa festa de despedida
BORBOLETA	LAPISEIRA	REFRIGERANTE
CACHORRO	CADERNO	BRIGADEIRO
MACACO	CANETA	PIPOCA
GATO	LAPIS	BOLO
RÃ	GIZ	BIS

A escolha metodológica por listas de palavras de um mesmo campo semântico, foi motivada por se tratar de um tipo de texto simples e por possibilitar que os estudantes pensem mais na escrita das palavras (que letras usar, quantas usar, comparar outras escritas etc.).

Esclarecemos que a escrita de listas de palavras que começam com a mesma letra ou outras similares são inadequadas, pois descaracterizam a função social desse texto. Listas são textos formados por palavras ou pequenos enunciados, dispostos um embaixo do outro, que definem um campo semântico e têm uma função social de sentido real. Por exemplo: uma lista de compras, dos livros do acervo da classe, dos ingredientes para uma receita, etc.

Para realização dessa atividade sugeriu-se que o docente propusesse a escrita de listas que fizessem sentido para os estudantes. Por exemplo: escrever a lista dos contos lidos, a lista dos animais que foram estudados e dos que ainda pretendem estudar, lista dos personagens preferidos etc.

Esclarecemos ainda que quando propomos a escrita de textos em que não há um destinatário específico, em situação de avaliação diagnóstica, em qualquer momento do processo de construção, é fundamental aceitar as hipóte-

ses e não interferir diretamente nas produções: não se deve corrigir, escrever embaixo ou coisa do tipo.

Para a escolha das palavras é necessário observar a quantidade mínima de letras reconhecidas pelos estudantes, apresentando palavras na ordem de polissílabas, trissílabas, dissílabas e monossílabas.

É preciso, portanto, saber o que se pode propor aos estudantes em cada caso.

Ainda na perspectiva de ampliar as possibilidades de reflexão e ação nos processos de alfabetização e letramento, firmamos parceria com o **Programa Mais Alfabetização do Governo Federal** que apresenta instrumentos avaliativos e proposições pedagógicas para auxiliar as equipes de gestão e pedagógica nas tomadas de decisão para melhores alternativas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem.

Avaliação Externa: histórico e perspectivas

As avaliações externas ou em larga escala, tem por objetivo realizar um diagnóstico da realidade de aprendizado das Redes de Ensino, público e privado, nos níveis nacional e internacional, subsidiando instâncias governamentais na formulação, implementação, monitoramento e aprimoramento de políticas públicas para a área educacional, com o intuito de disponibilizar informações sobre a qualidade do ensino às unidades federativas e instituições escolares.

O levantamento dessas informações vem sendo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Destacamos duas ações do Instituto sobre a Educação Básica: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb e Pisa, uma ação internacional que tem como objetivo produzir indicadores sobre a aprendizagem na Educação Básica.

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)

Um dos exames de responsabilidade do Inep é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

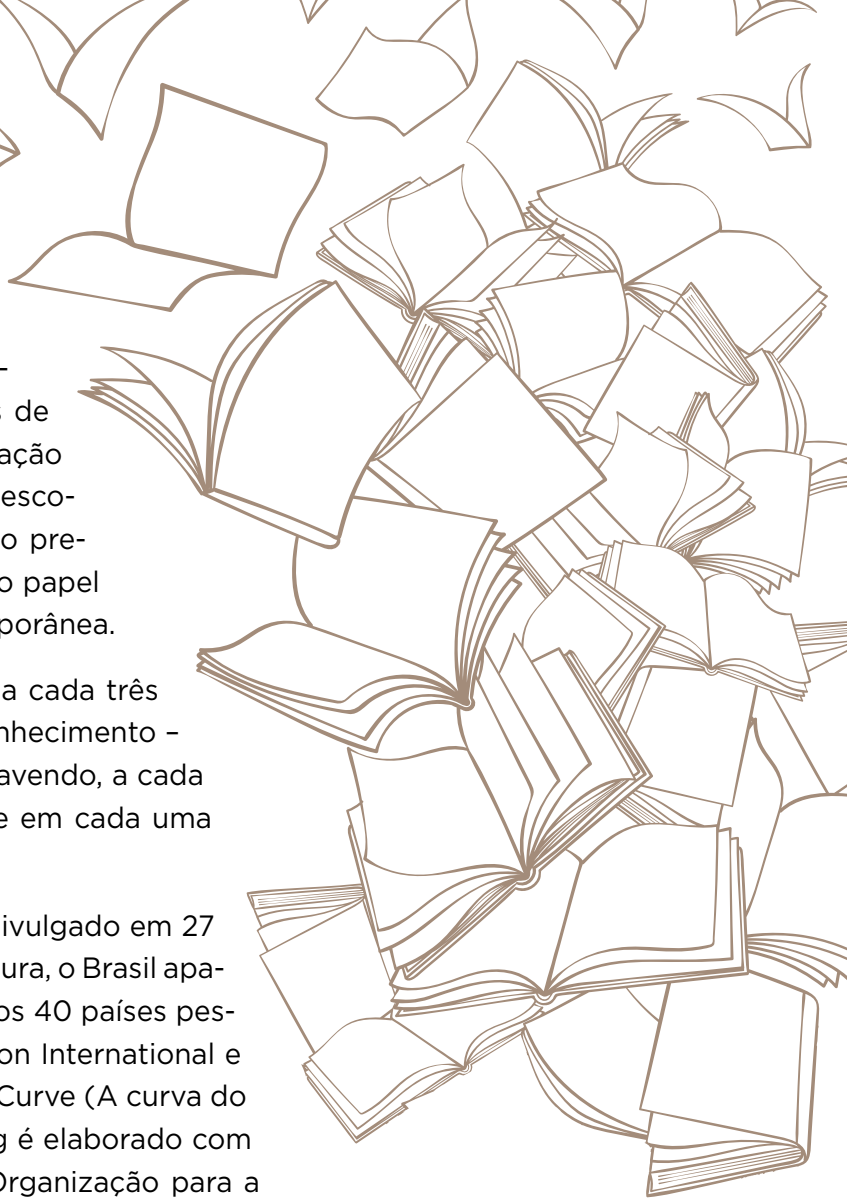
O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas.

No ranking da avaliação do Pisa, divulgado em 27 de maio de 2019, com ênfase na leitura, o Brasil aparece em penúltima posição, entre os 40 países pesquisados. A lista pertence à Pearson International e faz parte do projeto The Learning Curve (A curva do aprendizado, em inglês). O ranking é elaborado com base em dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir dos resultados de três testes internacionais, aplicados a alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental: Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA), Tendências Internacionais nos Estudos de Matemática e Ciência (Timms) e avaliações do Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização e Leitura (PIRLS).

No topo da lista aparecem Finlândia e Coreia de Sul. Na 39ª posição, o Brasil fica na frente apenas da Indonésia. Analisando os dados de variações de notas que o Brasil obteve ao longo de mais de uma década no Pisa (conforme quadro abaixo), constatamos que mesmo que o país tenha avançado (exceto em Matemática) entre os anos de 2000 e 2012, em 2015 houve uma queda nas três áreas avaliadas. A análise desses resultados reflete a necessidade de investimento macro no campo da Educação Básica Brasileira. Em nível micro, Municipal, torna-se necessário capacitar os estudantes que apresentam baixo desempenho, bem como melhorar a qualidade do ensino.

Outro exame de responsabilidade do Inep é o Sistema de Avaliação da Edu-



cação Básica (Saeb), composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Uma das avaliações do Saeb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da Educação: Fluxo Escolar e as Médias de Desempenho nas Avaliações.

O IDEB é calculado a partir dos dados sobre a aprovação, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho na Prova Brasil.

Anos iniciais

PROFICIÊNCIA		Nota Padronizada	TAXA DE APROVAÇÃO				
MATEMÁTICA	226,75	6,36	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
LÍNGUA PORTUGUESA	221,77	6,28	98,0	98,9	89,8	99,1	98,4
APRENDIZADO		6,32	FLUXO 0,97				
IDEB		6,1					

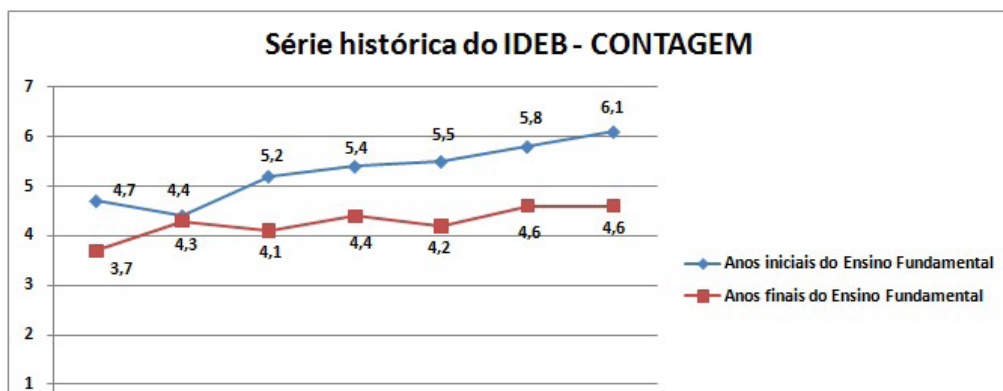
Planilha de Cálculo IDEB – Referência Cristine Dantas

A Educação Brasileira atualmente apresenta os índices de 5,8 e 4,7 no 5º e 9º anos, respectivamente, e tem como meta chegar a 6,0 e 5,5 em 2021. Esses números são resultados da pontuação dos países que ficam na faixa intermediária do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), como Luxemburgo, Noruega e Alemanha. Mas 6 e 5,5 são a média geral.

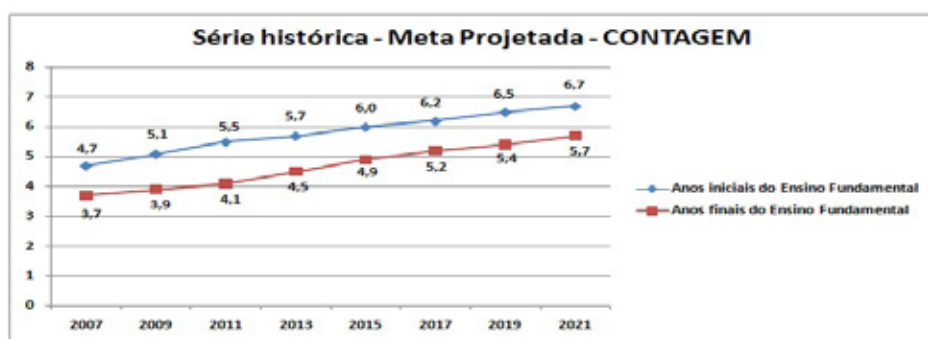
Cada um dos municípios brasileiros tem sua meta própria, baseada na nota atual do IDEB e nas condições de cada local. Contagem tem como desafio sair de 6,1 e 4,6 e alcançar 6,5 e 5,4 em 2021.



Anos finais do Ensino Fundamental	3,7	4,3	4,1	4,4	4,2	4,6	4,6
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----



	IDEB META PROJETADA - CONTAGEM							
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Anos finais do Ensino Fundamental	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7



Em um recorte de 10 anos, o Município de Contagem, assim como no âmbito nacional, avançou de maneira mais consistente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conforme avançamos nas etapas da escolarização, vamos diminuindo a evolução do IDEB. Independentemente de se tratar do PISA, da Prova Brasil ou de qualquer outro exame, o país apresenta baixos indicadores (com alguns focos regionais e locais de bons resultados). Porém, na grande média nacional, caminhamos lentamente.

Para levantamento dos dados de 2019, o Ministério da Educação publicou inovações sobre o processo.

A edição de 2019 do SAEB foi composta das seguintes provas:

- A. Para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, provas de Língua Portuguesa e de Matemática compostas de itens de resposta objetiva e de itens de resposta construída, elaborados em consonância com as Matrizes de Referência já alinhadas à Base Nacional Comum Curricular publicada

conforme a Resolução nº 02/2017, do Conselho Nacional de Educação;

- B. Para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, provas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas compostas de itens de resposta objetiva e de itens de resposta construída, elaborados em consonância com as Matrizes de Referência já alinhadas à Base Nacional Comum Curricular publicada conforme Resolução nº 02/2017, do Conselho Nacional de Educação;
- C. Para estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª e 4ª séries do Ensino Médio, provas de Língua Portuguesa e Matemática compostas de itens de resposta objetiva, com Matrizes de Referência que permitem a manutenção da série histórica de resultados do Saeb e, consequentemente, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Abaixo diretriz:

Público-alvo	Abrangência	Formulação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
Creche e pré-escolas da Educação Infantil	Escolas públicas – Amostral (Estudo piloto)	BNCC	
2º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – Amostral Escolas privadas – Amostral	BNCC	Língua Portuguesa e Matemática
5º e 9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – Censitário Escolas privadas – Amostral	Matriz de Referência	Língua Portuguesa e Matemática
9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – Amostral Escolas privadas – Amostral	BNCC	Ciências da Natureza e Ciências Humanas
3ª e 4ª série do Ensino Médio	Escolas públicas – Censitário Escolas privadas – Amostral	Matriz de Referência	Língua Portuguesa e Matemática

Inovações

A avaliação da alfabetização será realizada no 2º ano do Ensino Fundamental de forma amostral.

Começa a avaliação da Educação Infantil, em caráter de estudo piloto, com aplicação de questionários eletrônicos exclusivamente para professores e diretores.

Amostra de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental para avaliar Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passa a ser referência na formulação dos itens do 2º ano (Língua Portuguesa e Matemática) e do 9º ano (Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Secretários municipais e estaduais também responderão a questionários eletrônicos.

Considerando a realidade educacional do Município de Contagem, apresentamos a seguir algumas reflexões para a melhoria dos processos de aprendizagem.

Reflexões sobre possíveis estratégias de intervenções pedagógicas

Considerando o histórico do IDEB no Município, entende-se ser importante o estudo de possibilidades de intervenções pedagógicas que permitam a superação dos desafios para uma aprendizagem significativa, de modo a incorporar tais ações no contexto do Projeto Político Pedagógico e nos Planos de Desenvolvimento da Aprendizagem de cada unidade escolar.

As escolas precisam incorporar, de maneira mais efetiva, e em todas as disciplinas, práticas pedagógicas que desenvolvam a capacidade leitora e de raciocínio lógico-matemático. Ler, escrever, interpretar, raciocinar, resolver problemas, enfim, articular essas situações não deve ser encarado como uma especificidade das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Uma vez que essas competências fazem parte de um universo de possibilidades, além daquelas preconizadas nos referenciais curriculares da Língua Portuguesa e da Matemática; a leitura de gráficos, tabelas e mapas são habilidades presentes em todas as disciplinas curriculares. Portanto, precisam de um investimento de tempo e estratégias pedagógicas, para que o estudante consiga se desenvolver e aplicar esses conhecimentos no seu dia-a-dia.

Mas, como despertar o interesse para os diferentes tipos de leitura? Além de ensinar a ler e escrever, é importante que o professor apresente possibilidades reais de usos sociais da língua escrita, os estudantes precisam experimentar cotidianamente práticas de leitura e escrita significativas e contextualizadas. O gosto pela leitura deve partir do interesse do estudante, do seu conhecimento, com atividades planejadas, que tenham intencionalidades pedagógicas.

É fundamental que os estudantes sejam protagonistas do seu processo de conhecimento, pois, quando o estudante não é envolvido em todo o processo pedagógico, não apresenta o desejo de aprender. A relação professor-estudante-objeto de conhecimento deve se dar de forma harmônica.

Segundo Isabel Solé (1998): “Ler é compreender e compreender é, sobretudo, um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender”. É um processo que envolve ativamente o leitor, à medida que a compreensão que realiza não deriva da recitação do conteúdo em questão.

Por isso, é importante que o professor desenvolva estratégias que motive e oriente o estudante a uma leitura crítica tais como: identificar o gênero textual, sua função social ou lócus de circulação, sua forma, estruturas textuais e

modalidade discursiva (de acordo com a situação sócio comunicativa – onde, com quem, para que o texto foi produzido?).

As habilidades de Língua Portuguesa de ler com autonomia e interpretar diferentes tipos de textos são evidenciadas nos referenciais curriculares de Contagem e estão presentes no currículo do Saeb, isto porque são habilidades mínimas que são previstas, em graus diferentes de complexidade, em todos os anos do Ensino Fundamental, e em todas as disciplinas. Saber fazer bem o uso da língua significa saber interagir, por meio de textos orais e escritos, em diversas situações de comunicação, e, portanto, deve ser um ponto de atenção da escola, quando da elaboração do plano de desenvolvimento da aprendizagem.

Sobre o ensino da Matemática, torna-se necessário planejar a prática pedagógica de forma contextualizada, significativa, considerando situações reais de vivência dos estudantes. Tal como o letramento corresponde às práticas sociais de leitura e escrita, o numeramento deve trazer elementos que auxiliem o estudante em suas práticas sociais e nos desafios de seu cotidiano. Quanto mais o estudante se percebe parte do processo, mais ele se envolve, e por consequência, mais ele aprende.

Essa discussão é o eixo central do trabalho desenvolvido pelos projetos Laboratório de Ensino da Matemática – LEM, Jogos Matemáticos e Clubes de Leitura, da Carteira de Projetos.

Atenção ao processo de construção do conhecimento

A partir de um estudo sobre o histórico das escolas que atingem um bom índice no IDEB, constatou-se que várias delas apresentam como elemento central do seu trabalho, um olhar diferenciado ao aprendizado do estudante. Há um olhar diferenciado para o como o estudante aprende, tendo como consequência o planejamento e acompanhamento de atividades extracurriculares dentro e fora da escola.

Dono da maior média entre as escolas públicas no Brasil em 2011, com nota 8,1, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CApU-FPE) se focou no relacionamento entre professores e alunos e tenta mostrar aos estudantes a utilidade do aprendizado em diversas áreas da vida. A Escola Classe 03, no Paranoá, uma das regiões mais carentes de Brasília, conseguiu nota 6,7 no IDEB em 2013 com método semelhante: em vez de só colocar a matéria no quadro, os professores despertam nos alunos o desejo de aprender.

Olhar cuidadoso com os processos avaliativos

O processo avaliativo deve permitir um replanejamento das ações que considere considerando as dificuldades identificadas pelo professor, e auxilie na construção de alternativas de ensino para que todos os estudantes consigam se desenvolver no tempo previsto.

O processo de avaliação interno, em sintonia com as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação, corrobora para que o estudante conheça e se aproprie da linguagem, do formato, da estrutura das avaliações externas que têm como eixo central, a verificação do conhecimento das habilidades previstas no currículo mínimo.

A Escola Municipal Adolpho Bartsch, em Joinville (SC), atribui a nota de 8,8 no IDEB em 2013 a um simulado de Língua Portuguesa e Matemática realizado a cada 15 dias. A Escola Estadual Doutor Kyrillos, segunda colocada da rede estadual pública de São Paulo no IDEB em 2013, também realiza simulados duas vezes ao ano.

Ensinar de forma criativa

Manter os estudantes atentos e interessados em aprender é um desafio e, portanto, exige reflexões constantes sobre o processo de ensino-aprendizagem e estudos sobre outras possibilidades de práticas pedagógicas inovadoras.

Recentemente, a Prefeitura Municipal de Contagem, investiu na compra e disponibilização de lousas digitais para todas as escolas do Ensino fundamental da Rede. Esse investimento visa facilitar o ensino, de forma criativa e significativa, e se for bem planejado, pode contribuir para que os estudantes aprendam.

Entre as proposições realizadas pela SEDUC, no sentido de desenvolver possibilidades criativas de práticas pedagógicas está a instituição da Carteira de Projetos em 2019, que vem com o objetivo de estimular o diálogo e a troca de experiências exitosas entre as escolas, por meio do coletivo de professores. Os projetos institucionais apresentados na Carteira foram resultados de um bom trabalho desenvolvido nas escolas de Contagem e que, historicamente tem contribuído para a efetivação do processo da aprendizagem, de forma criativa.

A Escola Estadual Duque de Caxias, primeira colocada em Belo Horizonte

(MG) nas últimas três edições do IDEB, sempre com melhoras: obteve 7,5 em 2009, 7,7 em 2011 e 7,9 em 2013, investe, além da atenção integral ao aprendizado dos alunos, em atividades como Projetos de leitura e aulas diferentes, como as da professora Marise de Oliveira Rodrigues, que usa um relógio, uma maçã e a história da Branca de Neve para ensinar as crianças a lerem as horas. Portanto, queremos dizer que, às vezes, não são necessárias estratégias “mirabolantes” ou que necessitem de altos investimentos. O que vale nesse momento são as relações que se estabelecem e que dialogam com o desejo de aprender das crianças.

Estreitamento da relação família-escola

Tendo o estudante como foco da aprendizagem, é importante que família e escola sejam parceiras no acompanhamento do processo de escolarização do estudante, conhecendo e contribuindo para que ele possa se desenvolver integralmente.

O estar junto é importante, pois, quando a relação é pautada no respeito e na confiança, os processos de ensino-aprendizagem se tornam mais significativos para ambas as partes. Tanto a família quanto a escola, contribuem para que este seja um espaço de aprendizagem.

O acompanhamento da frequência, o incentivo com as tarefas de casa, e a percepção da escola enquanto lugar do aprender contribui para o sucesso escolar do estudante.

A Escola Classe 314 Sul, também em Brasília, atingiu 7,1 na Prova Brasil (a base do exame) e tem nos seus pilares de ensino a participação dos pais em reuniões, com uma frequência de 80%.

Investir em formação

Para o melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas é importante que os profissionais da Educação tenham acesso a formação continuada e diálogo constante com as equipes de gestão e pedagógica, para discutir sobre as melhoras estratégias de ensino para superação das dificuldades de aprendizagem identificadas.

Sabendo disso a Secretaria Municipal de Educação vem disponibilizando uma Rede de formação com vagas em muitas áreas do conhecimento, com o objetivo de contribuir para a melhora da aprendizagem.

A formação busca investir na troca de experiências, conhecimentos sobre possíveis metodologias de trabalho criativas, um olhar diferenciado sobre o cotidiano da escola, estimulando o trabalho coletivo, a parceria família-escola, conhecimentos sobre o como o estudante aprende e como realizar intervenções pedagógicas para que ele se desenvolva no tempo previsto, bem como atividades para que ele continue avançando. Ou seja, uma Rede, que tem o estudante como foco da ação pedagógica.

A escola Pingo de Gente, em Licínio de Almeida (BA), investiu em capacitação dos professores e ficou entre as oito melhores da Bahia no IDEB de 2013, com 6,9 no Ensino Fundamental I – a maior nota do estado – e 5,3 no Ensino Fundamental II.

Essas são algumas reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, que se discutidas no coletivo da escola, podem contribuir para a melhoria do ensino, e, portanto, dos índices das avaliações externas.

Ressaltamos que a melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é consequência de um trabalho coletivo, planejado, avaliado e reestruturado de acordo com as necessidades da escola. O importante é utilizar o índice para repensar como se dá o ensino e a aprendizagem.

A partir da contextualização das avaliações externas, das reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem, e sobre o IDEB, foram propostas ações à equipe de monitoramento, objeto de trabalho no último trimestre de 2019. Tal programa de ações teve como objetivo realizar um estudo da Matriz de referência do SAEB, dos Referenciais Curriculares de Contagem, e de atividades com base em questões anteriores da Prova Brasil, para que juntos, pudessem auxiliar as unidades escolares na elaboração de estratégias que possibilitassem à comunidade escolar a compreender a avaliação do IDEB e interpretar seus dados de forma significativa.

A partir dessas reflexões, foi apresentado um cronograma de atividades pedagógicas a serem realizadas pela equipe de monitoramento junto às unidades escolares, no período de abril a outubro.

Foram encontros para estudos sobre avaliações sistêmicas, e sobre o como os resultados obtidos nessas avaliações, em especial a Prova Brasil, que pudessem auxiliar na tomada de decisões sobre os processos de aprendizagem.

Para isso, foi contextualizado o “Boletim de desempenho do SAEB 2017”, para acesso aos dados obtidos nos anos de avaliação para o IDEB, bem como apresentamos três atividades (momentos de discussão) para que a equipe

de monitoramento pudesse, a partir de dados específicos de cada escola, realizar, junto as unidades escolares, a análise dos itens a partir dos descritores e habilidades previstas na Matriz de Referência do SAEB e dos Referenciais Curriculares de Contagem.

Boletim de desempenho do Saeb 2017

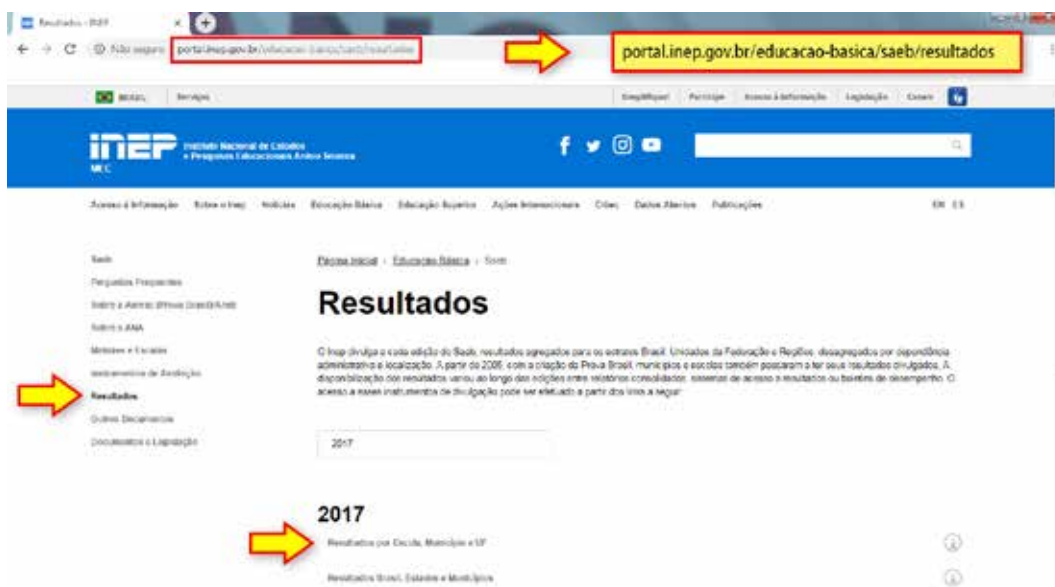
O Boletim de desempenho do SAEB 2017 apresenta a contextualização e descrição da avaliação sistêmica; indicadores contextuais (índice de nível socioeconômico e índice de adequação da formação docente); dados da taxa de participação na avaliação; distribuição dos estudantes por nível da escala de proficiência por área; médias de desempenho e comparação de resultado entre edições.

No tutorial disponível no site https://youtu.be/vSWFB_xqj18 podemos entender a dinâmica de organização do Boletim de desempenho. Essa animação faz parte da narrativa sobre os resultados do Saeb 2017.

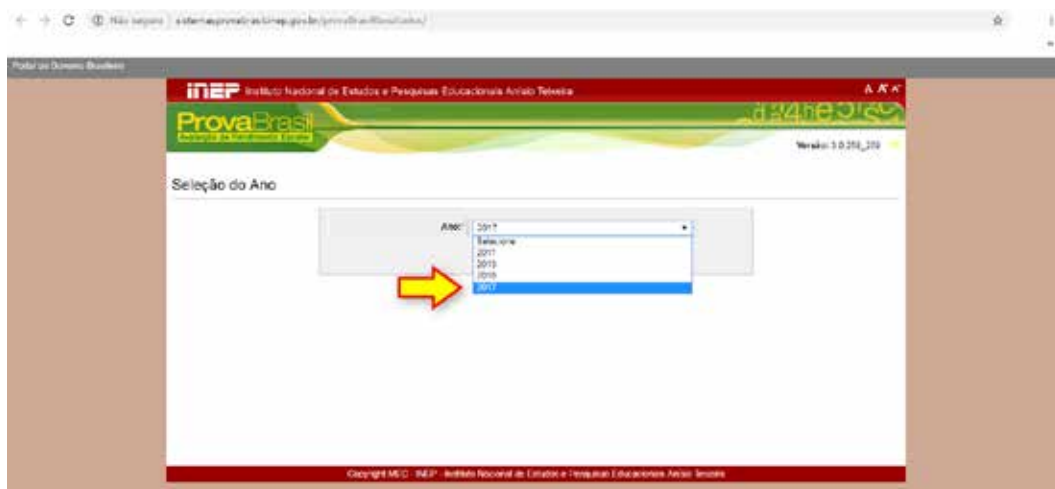
Caso seja de interesse, passamos algumas instruções para acesso aos resultados do Boletim de desempenho:

1º. - Acesse o site: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>. Segue abaixo passo-a-passo:

- Acesse o site, clique nos itens Resultados e Resultados por Escola, Município e UF.



2º. - Realize a seleção do ano (2017) para acesso ao Boletim de Desempenho do Saeb.



3º. - Digite o código da Escola (Código do INEP).




DESEMPENHO DA SUA ESCOLA | PROVA BRASIL
2017

EM
CONTAGEM - MG
XXXXXXXXXX
Código do INEP

A PROVA BRASIL/SAEB tem como objetivo a produção de informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa - ênfase em leitura, e em Matemática - ênfase em resolução de problemas. Apresenta, ainda, indicadores contextuais sobre as condições em que ocorre o trabalho da escola, os quais devem ser considerados na análise dos resultados.

Os resultados de desempenho nas áreas avaliadas são expressos em escalas de proficiência. As escalas de Língua Portuguesa (Leitura) e de Matemática da Prova Brasil são compostas por níveis progressivos e cumulativos. Isso significa uma organização da menor para a maior proficiência. Ainda, quando um percentual de alunos foi posicionado em determinado nível da escala, pode-se pressupor que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, eles provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores.

Ao analisar os resultados da escola, a equipe escolar poderá verificar o percentual de alunos posicionados em cada nível da escala de proficiência, conferindo a descrição das habilidades referentes a esses níveis, para refletir pedagogicamente sobre tais resultados.

Poderá, ainda, analisá-los tendo como referência um perfil de "Escolas Similares", que expressa os resultados de um grupo de escolas com características semelhantes, ou seja, que pertencem à mesma microrregião geográfica, localizam-se na mesma zona (urbana ou rural) e possuem valores do indicador de nível socioeconômico próximos.

Em caso de dúvidas para interpretar os resultados de sua escola, contate o Inep no e-mail provabrasil.resultados@inep.gov.br.

Indicadores Contextuais

O Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Adequação da Formação Docente produzem informações sobre o contexto em que cada escola desenvolve o trabalho educativo.

O Indicador de Nível Socioeconômico possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato ou nível social, apontando o padrão de vida referente a cada um de seus níveis. Esse indicador é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos. Para melhor caracterizar as escolas foram criados seis grupos, de modo que, no Grupo 1, estão as escolas com nível socioeconômico mais baixo e, no Grupo 6, com nível socioeconômico mais alto.

O Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental bem como no ensino médio, na escola. Apresenta o percentual de disciplinas, em cada etapa, que são ministradas por professores com formação superior de Licenciatura (ou Bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. No caso dos anos iniciais, considera-se adicionalmente a formação em Licenciatura em Pedagogia (ou Bacharelado com complementação pedagógica).

Nível Socioeconômico	Formação Docente		
	Anos Iniciais do EF	Anos Finais do EF	Ensino Médio
Grupo 3	96.70%	72.20%	Não foi possível calcular.

Participação na Avaliação

O quadro a seguir mostra os Estudantes Presentes (total de estudantes presentes na etapa avaliada no dia de aplicação do teste e consistentes com o Censo 2017); os Alunos matriculados no Censo (Quantidade de Alunos matriculados na etapa avaliada conforme Censo 2017) e a Taxa de Participação da Escola (total de presentes dividido pela quantidade de matriculados no Censo).

	5º Ano do EF	9º Ano do EF	3ª Série do EM
Estudantes Presentes	46		
Quantidade de alunos matriculados	56		
Taxa de participação	82.14%		

A partir da análise dos dados apresentados no Boletim de desempenho, a unidade escolar poderá se utilizar da escala de proficiência do SAEB para identificar os níveis alcançados pelos estudantes no ano de referência, e para tanto, elaborar propostas de intervenção para que todos os estudantes consigam desenvolver as habilidades não consolidadas no tempo previsto.

Os resultados apresentados na escala de desempenho, que varia de 0 a 500,

são capazes de descrever, por nível, as competências e as habilidades desenvolvidas pelos estudantes, por escola. Para cada disciplina é apresentada uma escala, única e acumulativa, para todos os anos avaliados: a lógica é de que quanto mais o estudante caminha ao longo da escala, mais habilidades terá acumulado. Portanto, é esperado que estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental alcancem médias numéricas menores que os de 9º ano e estes alcancem médias menores que as alcançadas pelos estudantes do 3º ano do ensino médio.

Também poderão ser acessadas as Escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática SAEB 2018, nos sites abaixo descritos:

Escala de proficiência de Língua Portuguesa - 5º ano do Ensino Fundamental: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/LP_5EF.pdf

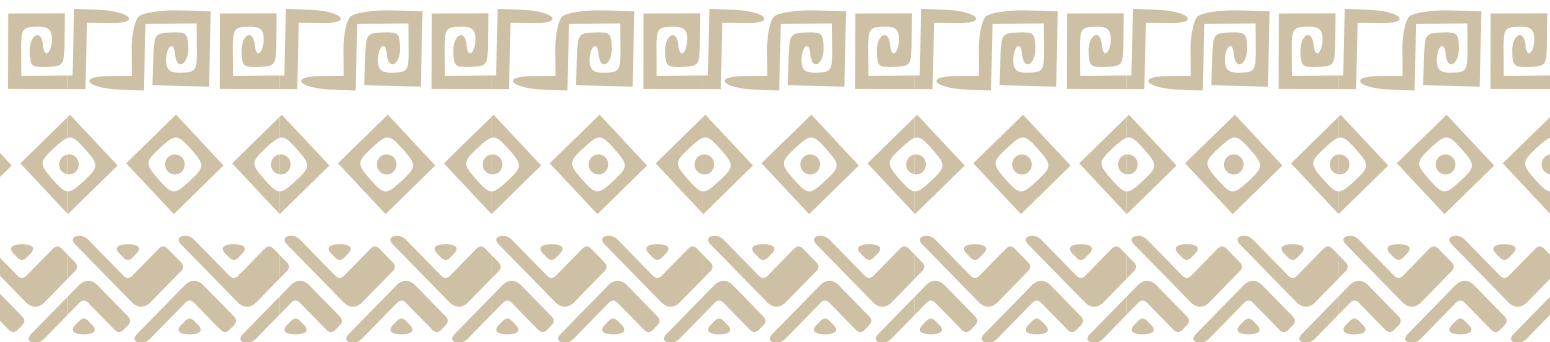
Escala de proficiência de Matemática - 5º ano do Ensino Fundamental:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/MT_5EF.pdf

Escala de proficiência de Língua Portuguesa - 9º ano do Ensino Fundamental: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/LP_9EF.pdf

Escala de proficiência de Matemática - 9º ano do Ensino Fundamental: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/MT_9EF.pdf

Tal como as demais, essa avaliação Externa de desempenho é realizada por agente externo à escola e é aplicada em larga escala. É uma ferramenta que pretende fornecer elementos para a formulação e o monitoramento de políticas públicas, bem como o redirecionamento de práticas pedagógicas. Essa avaliação é também denominada



avaliação sistêmica ou em larga escala. Sistêmica, quando se refere a uma rede ou sistema de ensino, o que ocorre, na maioria dos casos. Em larga escala, quando envolve um grande número de alunos.

As avaliações em larga escala nas escolas têm sido motivo de estudos e pesquisas. É importante que os profissionais da escola possam estabelecer as relações entre os indicadores educacionais obtidos nas avaliações externas e o desempenho apresentado pelos estudantes nos processos internos, ou seja, nas avaliações realizadas pelos professores no cotidiano escolar.

Entretanto, há que se fazer um alerta de que as avaliações externas não acompanham os sujeitos individualmente, daí ser essencial a avaliação interna, que permita saber o desempenho de cada um e também analisar as práticas pedagógicas e as condições gerais da escola. É a articulação de todas essas informações que dará um retrato completo para gestores e docentes melhorarem o processo de ensino e garantirem o direito à aprendizagem de cada criança e jovem.

As avaliações internas também devem ser elaboradas na perspectiva das avaliações externas, não no sentido de treino, mas com questões contextualizadas, que incentivem a leitura e interpretação de diferentes tipos de texto e situações práticas.

Crítérios de avaliação

Os critérios de avaliação são estabelecidos com base nas competências e habilidades a serem desenvolvidas e consolidadas no Ensino Fundamental, propostos para cada área de conhecimento, assim como as aprendizagens esperadas nos Referenciais Curriculares do Município de Contagem. No entanto, os critérios de avaliação não devem confundir-se com essas competências e habilidades. É importante que a definição desses critérios seja refletida, coletivamente, pelos professores, pedagogos e dirigentes da escola, considerando a realidade de cada sala de aula, uma vez que são relevantes, no momento de planejar, as experiências de aprendizagem e as atividades avaliativas.

Nessa premissa, definir critérios significa ter parâmetros democráticos de apreciação sobre o desempenho dos estudantes, que pode ser expresso sob a forma de habilidades ou saberes essenciais imprescindíveis para o prosseguimento em etapas posteriores. Critérios estes, que devem ser previamente estabelecidos pela equipe pedagógica e apresentados aos estudantes.

Diante disso, cabe ao pedagogo e ao dirigente essa articulação e definição quanto ao processo avaliativo, seguindo as definições da SEDUC:

Art. 17 A avaliação no Ensino Fundamental será realizada com base nos seguintes princípios pedagógicos:

I – orientar a prática do professor no sentido de oferecer ao estudante o devido suporte no seu caminho de aprender e desenvolver-se;

II – organizar-se como um processo dinâmico, de caráter diagnóstico, formativo e contínuo, que abrange as diversas dimensões da prática educativa, tendo como objetivo fundamental a consolidação das aprendizagens de todos os estudantes;

III – ajustar-se aos objetivos de aprendizagem, aos conteúdos de ensino planejados e trabalhados e aos procedimentos pedagógicos utilizados, permitindo ao professor obter dados consistentes sobre as aprendizagens de cada um de seus estudantes.

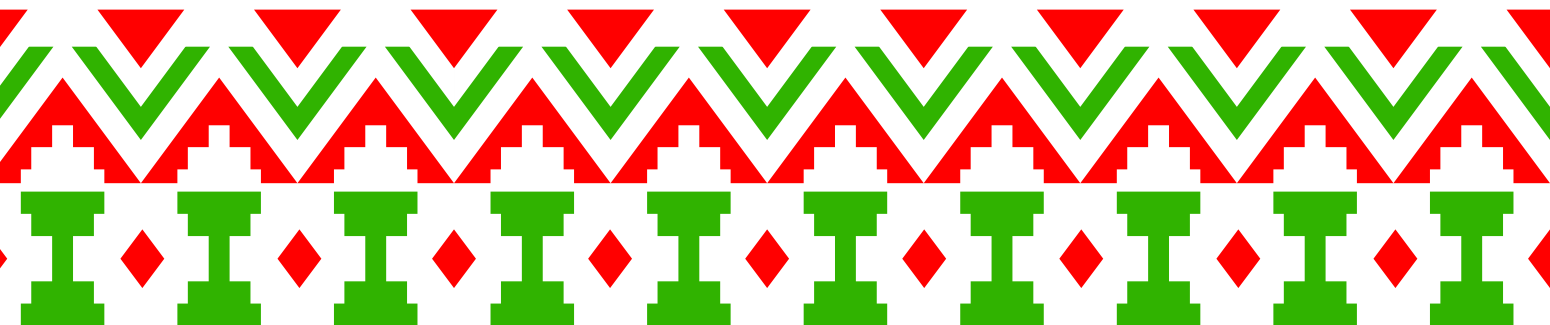
Art. 18 O registro final do desempenho escolar anual no Ensino Fundamental Regular será constituído do somatório das 3 (três) notas trimestrais.

§ 1º O primeiro trimestre valerá 30 (trinta) pontos e o segundo, bem como o terceiro trimestres, 35 (trinta e cinco) pontos.

§ 2º Em cada trimestre, os pontos serão distribuídos em, no mínimo, 3 (três) diferentes instrumentos de avaliação, observando o equilíbrio da atribuição de pontos em cada instrumento, conforme orientação da equipe pedagógica da unidade escolar.

(...)

Art. 20 A evolução das aprendizagens dos estudantes deverá ser monitorada, mensalmente, por professores e pedagogos, por meio de instrumentos de monitoramento, por ano escolar, por turma e por componente curricular, permitindo a elaboração de intervenções pedagógicas ajustadas às necessidades de aprendizagem e desenvolvidas no tempo adequado.



§ 1º Os dados levantados deverão ser sistematizados, para estudo comparativo. A análise deve ser realizada pelos professores, pedagogos e dirigentes;

§ 2º Professores e pedagogos deverão realizar reuniões para a elaboração de intervenções pedagógicas ajustadas às necessidades de aprendizagem identificadas.

Fonte: Diário Oficial de Contagem - Edição 4250, de 21 de dezembro de 2017, página 12.

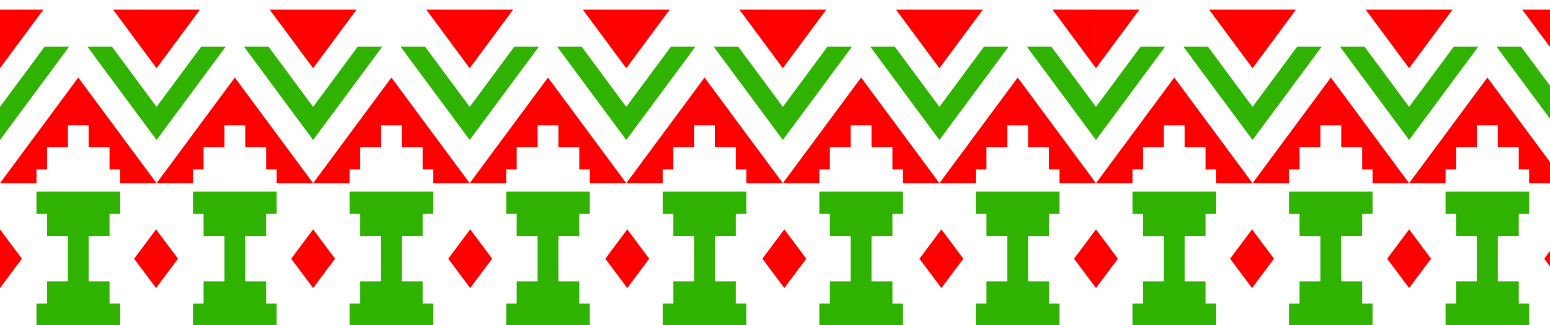
QEdU Provas

Ainda como avaliação externa, o Município de Contagem aplicou em 2018 e 2019, com aplicação única, o QEdU provas - plataforma que visa, a partir de aplicações de provas online, oferecer às escolas um consolidado qualificado do desempenho dos estudantes, possibilitando uma análise consistente dos resultados e permitindo a construção de estratégias de trabalho mais condizentes com as reais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes.

Em 2019, selecionamos para o projeto QEdU provas 21 escolas da Rede, garantindo a participação daquelas que já faziam parte do projeto em 2018, mantendo como critério de escolha as escolas que apresentam laboratórios de informática em funcionamento.

A avaliação sistêmica aconteceu com 3.173 estudantes da Rede Municipal de Contagem.

Registramos a seguir, a relação das escolas e o quantitativo dos estudantes da Rede que participaram do QEdU provas no ano de 2019.



		5º ano		9º ano	
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
EM	Albertina Alves	3	80	2	57
EM	Carlos Drumond	4	85	3	90
EM	Costa Belém	2	48	2	42
EM	Cordelina	4	104	2	59
EM	Sales	3	88	2	51
EM	Ivan Diniz	5	146	3	81
EM	Ovídio Guerra	3	79	2	56
EM	Machado de Assis	4	115	4	119
EM	Otacíir	3	65	2	40
EM	Alcântara	2	56	2	33
EM	Luiz da Cunha	2	63	2	51
EM	Domingos Diniz	4	98	3	57
EM	Geraldo Basílio	3	65	2	63
EM	Hilton Rocha	4	119	2	42
EM	Wancleber Pacheco	4	111	3	81
EM	Professora Lígia	1	18	1	18
EM	Maria Olintha	6	178	3	90
EM	Vasco Pinto	4	102	4	89
EM	José Ferreira	5	157	3	75
EM	Virgílio de Melo Franco	2	46	1	29
EM	Walter Fausto	3	92	2	35
TOTAIS		71	1915	50	1258
TOTAL ALUNOS 5º ANO		1915			
TOTAL ALUNOS 9º ANO		1258			
TOTAL GERAL		3173			
MÉDIA POR TURMA		26,22			

As avaliações foram compostas por 15 questões de Português e 15 questões de Matemática cada, seguindo o modelo da Prova Brasil. Tais questões foram construídas pela equipe técnica do Ensino Fundamental da SEDUC e revisada pela equipe da QEdU.

SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - SIMAVE

Ainda sobre avaliação sistêmicas, em 27 de maio/2019 foi encaminhado para o email institucional das escolas, com cópia para equipe de monitoramento da SEDUC, arquivos contendo os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB 2018, bem como login e senha nominal, para acesso ao portal do SIMAVE.

Esse sistema de avaliação fornece dados bastante robustos sobre a educação mineira porque, além de diagnosticar a rede de ensino, no âmbito do estado, traz consigo informações, de desempenho e de contexto, de cada escola, em particular.

Nesse sentido, as escolas precisam se apropriar dos dados, compreendê-los e refletir sobre como usá-los, num aspecto gerencial e pedagógico e por isso, é importante estudar os resultados como são produzidos e o que eles significam.

Para mais informações, indicamos acessar os sites: <http://simave.educacao.mg.gov.br/> e <http://www.simave.caedufjf.net/revista/>.

É essencial que a escola faça a análise dos resultados com o seu coletivo, possibilitando a discussão com vistas às ações pedagógicas com foco na consolidação das habilidades.

É importante também que se faça a análise comparativa da escola com resultados de Minas Gerais e do Município de Contagem.

Passamos abaixo os resultados apresentados pelo Município de Contagem no ano de 2018:

SIMAVE – PROALFA – 2º ANO

DISCIPLINA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
ANO DE APLICAÇÃO	2018	2018
 Minas Gerais	550,1	539,0
 Município	536,4	534,0

SIMAVE – PROALFA – 3º ANO

DISCIPLINA	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA		ESCRITA	
ANO DE APLICAÇÃO	2016	2017	2018	2017	2018	2017	2018
 Minas Gerais	581,1	581,3	579,3	576,6	573,1	725,0	710,5
 Município	560,1	565,7	564,2	559,8	553,5	719,9	639,1

SIMAVE – PROEB – 5º ANO

DISCIPLINA	LÍNGUA PORTUGUESA				MATEMÁTICA			
ANO DE APLICAÇÃO	2013	2014	2016	2018	2013	2014	2016	2018
 Minas Gerais	205,0	210,4	218,2	216,5	225,5	225,6	228,2	226,7
 Município	199,7	203,1	216,4	215,5	212,4	209,1	216,5	218,8

SIMAVE – PROEB – 9º ANO

DISCIPLINA	LÍNGUA PORTUGUESA				MATEMÁTICA			
ANO DE APLICAÇÃO	2013	2014	2016	2018	2013	2014	2016	2018

 Minas Gerais	255,6	254,5	250,4	252,1	259,0	261,3	255,0	256,4
 Município	247,4	246,6	243,6	244,7	245,9	246,1	245,3	245,2

No ano de 2019, as avaliações do SIMAVE aconteceram nos dias 12 e 13 de novembro de 2019 com participação efetiva de todas as escolas de Ensino Fundamental.

Com referencia às avaliações (internas e externas) das quais realizamos uma explanação, é necessário refletir sobre parte integrante desse processo, que muitas vezes aparece como apêndice: o Conselho de Classe:

Conselho de Classe

O conselho de classe é um momento importante para que dirigentes, pedagogos e professores troquem experiências, dialoguem sobre as especificidades do trabalho pedagógico e deliberem situações específicas. Portanto, requer organização e objetivos claros, para não se perder o foco e para tornar as discussões mais qualificadas.

Consiste em reuniões regulares entre o coletivo da escola, com a presença de dirigentes, pedagogos e coletivo de educadores que trabalham com as crianças e jovens da escola. Nelas, são analisados diversos aspectos do desempenho dos estudantes a fim de se deliberar a respeito de estratégias que poderão trazer melhorias no processo pedagógico.

O conselho de classe é deliberativo e, portanto, precisa de uma organização sobre os processos relacionados ao desempenho escolar dos estudantes. Requer que o coletivo de professores apresente documentos de acompanhamento das aprendizagens, para que as decisões sejam pautadas considerando as especificidades das turmas/estudantes.

Registre o encontro

A equipe pedagógica deve enfatizar junto ao coletivo de professores quanto ao registro do Conselho de Classe. Esse registro deve ocorrer de maneira

resumida o que foi discutido e decidido na reunião por meio de Ata. O pedagogo pode utilizar outros registros para possibilitar a discussão, alinhamento e definições dos professores.

Essas informações serão úteis para lembrar aos profissionais, ao longo da próxima etapa, das novas estratégias que deverão ser adotadas por eles. Além disso, elas ajudarão a construir uma visão de longo prazo sobre os assuntos abordados, servindo de fonte de consulta sempre que necessário. Sobretudo, eles serão úteis para validar e respaldar a gestão em decisões concernentes aos estudantes.

À guisa de conclusão

Como processo educativo, esse documento não se encontra pronto e acabado, nem mesmo traz saberes e certezas, uma vez que foi pensado e escrito a muitas mãos, saberes e sentimentos; fruto de vivências e pesquisas humanas, incompletos que somos.

Nossa intenção é a busca constante pela melhoria da qualidade da educação oferecida pelo município, que impulsiona a necessidade de estudo e revisões periódicas dos documentos orientadores.



PROGRAMA DE BIBLIOTECA E LEITURA 'CONTAGEM DAS LETRAS'



4. INTRODUÇÃO

A IFLA, Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, afirma em seu Manifesto da Biblioteca Escolar, aprovado pela UNESCO em 1999, que a missão dessa instituição é disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos, que permitam a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação.

Para que o estudante utilize a informação em prol de seu desenvolvimento intelectual, cultural e social, é necessário que ele possua habilidades para tratá-la. Nesse sentido, compete à escola, a missão de instrumentalizá-lo para o uso correto da informação. Assim, indispensável se torna, no espaço escolar, o desenvolvimento de propostas de trabalho que possibilitem ao estudante, efetivamente buscar, selecionar, analisar e dar significado à informação. Ações que permitam a esse sujeito, a partir do uso efetivo da informação, o direito de compreensão do mundo em que vive, bem como o reconhecimento e apropriação de seu papel, direitos e deveres na sociedade.

A Secretaria Municipal de Educação, consciente a respeito dessa realidade e também do importante papel da biblioteca escolar nesse contexto, ou seja, no processo de formação do estudante, enquanto leitor crítico, tem empreendido ações para transformar as bibliotecas da Rede Municipal, em espaços reais de leitura, propícios à aprendizagem. E, nessa busca pela afirmação desses ambientes como fonte de conhecimento, informação e cultura para estudantes e educadores, podem ser destacados, como os mais significativos investimentos da instituição, aqueles relacionados, principalmente, à contratação de profissionais, à formação desses sujeitos, ao atendimento e ao fun-

cionamento das bibliotecas e, também, à formação e desenvolvimento dos acervos.

Diante disso, para possibilitar o contato do estudante com o texto literário, a disseminação da leitura e da literatura, a dinamização das bibliotecas escolares e a formação de seus profissionais, bem como a divulgação e promoção do livro nas comunidades escolares, foram definidas para o Programa de Biblioteca e Leitura da SEDUC, três eixos estratégicos de atuação, sendo:

- I- Políticas de acesso à leitura;
- II- Processo contínuo de formação de sujeitos leitores;
- III- Políticas que promovam práticas leitoras.

Sobre essas três linhas de ação, indispensável se torna a exposição das concepções adotadas a respeito de cada uma delas, assim como a natureza das atividades a serem desenvolvidas para implementá-las na Rede Municipal de Educação. Partindo - se desse pressuposto, esclareçamos, pois, o primeiro eixo de trabalho voltado para o encontro real entre o leitor e o texto.

Democratizar o acesso à leitura não se resume a abrir as portas das bibliotecas ou distribuir mais livros nas escolas, por exemplo. Trata-se, sobretudo, de uma política que universalize, seja nos espaços públicos, comunitários, ou e em parceria com a iniciativa privada, a leitura em suas mais diferentes manifestações, proporcionando aos sujeitos o contato enriquecedor com os livros através de acervos físicos e virtuais. (COSTA NETO, 2016).

O processo contínuo de formação de sujeitos leitores pressupõe a compreensão da leitura e da escrita como direito a ser garantido a todos e a todas. Em uma sociedade letrada, homens e mulheres analfabetos terão menos possibilidades de exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, cabe mencionar a observação realizada por COSTA NETO (2016)

Enquanto prática social individual ou coletiva, a leitura estimula o pensamento crítico, levando a ler a realidade por diferentes perspectivas, sem amarras, livremente.

Tais percepções nos levam a compreender que “antes de chegar à escola, o primeiro contato da criança com a leitura deve acontecer no seio familiar através do estímulo de pais e familiares ao ato de ler, entendendo que a leitura

não está atrelada apenas à decodificação de textos escritos” (PORTO, 2014). No entanto, “é na escola que o indivíduo tem contato mais direto e contínuo com procedimentos sistematizados de ensino da leitura. Na escola, desde as séries iniciais até os anos finais da educação básica, em diferentes estágios e modalidades, a leitura é trabalhada como elemento fundante do processo educacional” (GALVÃO, SILVA, 2017). Nesse contexto, (SOUZA, 2006, p. 30 apud PORTO, 2014) afirma que

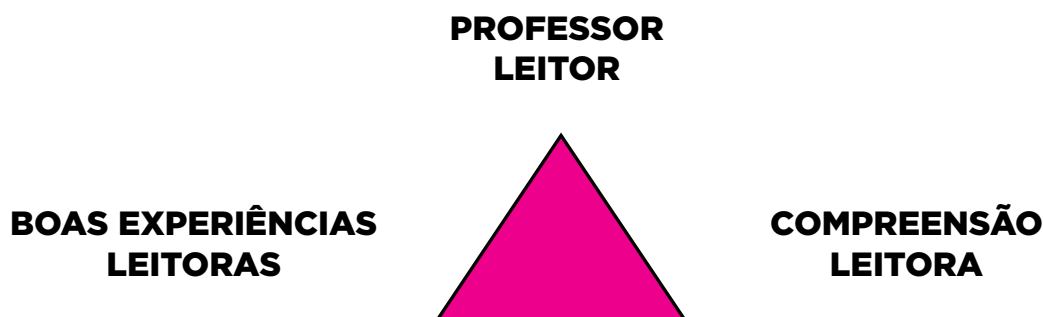
[...] além da família, é inegável o papel da escola como instância de formação do leitor.

É ela, espaço socialmente reconhecido como o local onde se dá o acesso ao conhecimento produzido pelo homem, que se torna locus privilegiado para a formação leitora, principalmente para aqueles a quem não foram oferecidas pela família as condições necessárias para tal formação. Para muitos, a escola (e principalmente a escola pública) é o único local onde poderão ter acesso ao livro, compartilhar vivências de leitura, enfim, enriquecer-se pela experiência humana da leitura. Além disso, numa sociedade empobrecida como a que vivemos, não pode a escola prescindir de seu papel de divulgar e possibilitar o acesso aos bens simbólicos e culturais que circulam nesse espaço social.

Assim, além do papel da escola e da família no processo de aprendizagem da leitura pelos estudantes é preciso também destacar o papel do professor como o profissional responsável pela elaboração de práticas, assim como o desenvolvimento de estratégias que permitam ao educando aprender a ler e entender os diferentes tipos de textos disponíveis na sociedade. Pois, de acordo com GOUVEIA (2017)

Reconhecer a necessidade da leitura e falar sobre a sua importância não é suficiente para formar bons leitores. No Brasil, 27% dos brasileiros (entre 15 e 64 anos) são considerados analfabetos funcionais, isto é, não compreendem o que leem, não têm condições de participar plenamente do universo da cultura escrita. Não basta oferecer materiais escritos e dizer que ler é importante. Ler é compreender. A formação de leitores pressupõe professores leitores e boas experiências leitoras (neste pequeno texto, restrinjo minhas considerações à leitura literária, mas ressalto que as condições para enfrentar o problema do analfabetismo funcional, e para formar um leitor pleno, passam, necessariamente, pelo trabalho com textos não literários).

Nesse sentido, GOUVEIA (2017) supõe a formação de sujeitos leitores por meio da seguinte tríade:



Entretanto, a despeito do professor como sujeito leitor, PORTO (2014), observa a seguinte realidade

Se, por um lado, acreditamos na ideia de que o professor precisa ser leitor para formar leitores, por outro, temos de estar cientes de que nem todos os docentes assumem-se como leitores assíduos. Em referência ao hábito de professores quanto à leitura, um primeiro dado alarmante está exposto nos resultados do questionário da Prova Brasil 2011, os quais apontam que 21% dos professores dizem que leem às vezes e 34% nunca entram em contato com um livro, conforme salienta reportagem de 2013 da *Gazeta do Povo*. Tais questionários ainda apontam que o uso frequente da biblioteca não é um hábito sequer para metade do corpo docente e que a leitura preferida é a de textos de jornais e revistas que, em geral, trazem textos mais concisos e menos complexos e, portanto, menos exigentes para o leitor.

Por meio da análise desses dados, pode-se considerar um comprometimento da qualidade das práticas de promoção da leitura, da literatura, do livro e da própria biblioteca no ambiente escolar. Desse modo, para viabilizar o terceiro eixo de atuação do Programa de Biblioteca e Leitura, ou seja, o desenvolvimento de políticas de promoção da leitura, a Secretaria Municipal de Educação, necessita conceber projetos e planos que levem em conta alguns requisitos, como os apontados por (ZILBERMAN apud CHARAO, 2014) que diz

Se o professor não é leitor, ele não vai formar leitores.

[...] O desafio imposto às redes de ensino que assumem para si a tarefa de fazer da escola um lugar de formação de leitores é, primeiro, fazer com que os professores passem à categoria de leitores.

[...] Para ensinar seus alunos a gostar de ler, um professor precisa do quê? Material de leitura apropriado para a faixa etária da sua turma, por certo. Uma estratégia para apresentar esse material aos alunos de forma atraente e significativa, também. Mas antes de tudo isso, o professor precisa ler. O problema é que esse personagem, o professor leitor, não é facilmente encontrado nas escolas brasileiras. As políticas de formação de leitores devem atentar para essa questão, para poder garantir, assim, mais finais felizes.

Diante dessas constatações, a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Programa de Biblioteca e Leitura busca desenvolver ações que promovam o acesso ao livro por estudantes e educadores nas unidades escolares.

Em relação à disseminação da leitura, da literatura e da frequência da comunidade escolar às bibliotecas escolares, atividades como a formação continuada de profissionais de biblioteca, professores, pedagogos, dirigentes, entre outros, constitui-se como prática permanente do Programa de Biblioteca para a circulação dos bens da cultura letrada nos espaços escolares.

Para conciliar os saberes apresentados nas diferentes formações realizadas com a prática dos docentes e dos profissionais de biblioteca, especialmente, esses públicos são sistematicamente incentivados a desenvolverem projetos de leitura, leitura literária e de pesquisa, como caminho para a formação de estudantes cada vez mais leitores do mundo e da palavra, em conformidade ao mencionado por Paulo Freire, na emblemática abertura do Congresso Brasileiro de Leitura realizado em Campinas em 1981, na qual o educador declarou

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele (A palavra que eu digo sai do mundo que estou lendo, mas a palavra que sai do mundo que eu estou lendo vai além dele). [...] Se for capaz de escrever minha palavra estarei, de certa forma transformando o mundo. O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo”. (FREIRE, 1981).

Nesse sentido, iniciemos a apresentação das atividades desenvolvidas pelo Programa de Biblioteca e Leitura “Contagem das Letras”, para a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca escolar, assim como as formações organizadas para os mediadores de leitura (professores, profissionais de biblioteca, pedagogos, entre outros) com vistas à expansão de práticas de promoção de leitura “de qualidade” nos espaços escolares, que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Educação de Contagem.

As ações serão discutidas em tópicos, incluindo um breve comentário sobre os sujeitos atendidos pelo Programa de Biblioteca, considerações sobre a biblioteca escolar e o currículo, assim como o planejamento, metodologias e avaliações realizadas para a estruturação, acompanhamento e melhoria de todo o trabalho desenvolvido pelo órgão.

Diante disso, prossigamos com a contextualização sobre os sujeitos, público alvo do Programa de Biblioteca e Leitura, as características de suas práticas e a respectiva representatividade dessas ações sobre a formação de leitores no espaço escolar.

SUJEITOS DA LEITURA

“Aceitar que numa sociedade podemos ter gente que nunca vai ter a menor oportunidade de acesso a uma leitura literária é uma forma perversa de compactuarmos com a exclusão. Não combina com quem pretende ser democrático”. (ANA MARIA MACHADO apud SOUZA , 2017)

Para que a cidade de Contagem se torne uma Cidade Leitora, precisamos pensar em rede, compreendendo que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo têm um importante papel a cumprir, ligado à promoção de uma educação de qualidade, que compartilhe os saberes socialmente valorizados sem diferenciar por classe social ou qualquer outra forma de segregação.

Desse modo, torna-se urgente voltarmos nosso olhar para a diversidade cultural que se encontra na escola em estado de efervescência sem, contudo, nos ater a limitações ou aceitá-las: é essencial acreditarmos em nossa própria capacidade de lidar com os desafios, superando obstáculos e alcançando metas. Em outras palavras, a reflexão sobre a prática e o fazer profissional são decisivos para a qualidade do nosso trabalho. Ao nos colocarmos na po-

sição de profissionais reflexivos, atentos ao fazer diário, lidamos frontalmente com questões de diversas ordens como, por exemplo, “Qual o meu papel enquanto sujeito educador?”, “Minhas ações têm colaborado para a melhoria da qualidade do ensino?”, “As relações que estabeleço no meu ambiente profissional estão ajudando no meu desenvolvimento?”, “Meus saberes, ou seja, com minha formação estou conseguindo atender às expectativas do público com o qual estou lidando?”. Essas são algumas indagações possíveis – e necessárias para que pensemo-nos no dia a dia escolar para além da imagem de indivíduos isolados, cujo trabalho não depende e não tem relação com as práticas e rotinas do outro.

Ao vislumbrarmos a escola como espaço educativo, consideramos, igualmente, que os indivíduos, que convivem em seu dia a dia, têm valores, expectativas, crenças e desejos, por vezes, muito distintos, mas que, de alguma forma, se convergem no contexto escolar. Por isso, a articulação entre os sujeitos é de suma importância, uma vez que expressa o compromisso coletivo pela emancipação e empoderamento das crianças, jovens e adultos contagenses. Nesse sentido, a reflexão de cada um dos profissionais da educação, quanto ao seu fazer, é necessária dada a complexidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar, que vai desde a escolha de um livro didático, mediação de leitura, análise da trajetória de vida de cada estudante até resolução de conflitos; bem como seu tempo, estilo e ritmo de aprendizagem.

Há um papel fundamental do Poder Público no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a interação dos sujeitos que compõem a comunidade escolar na promoção do bem-estar dos estudantes e professores em atividades dentro e fora da sala de aula; fomento as práticas de leitura para além dos muros da escola; promoção do desenvolvimento de tecnologias em educação; assegurando os padrões de qualidade de ensino, bem como, políticas de democratização do acesso ao ensino e de inclusão social.

Em síntese, o trabalho nos define e a reflexão acerca dele incide diretamente na qualidade desse trabalho, porque pensar a prática é agir (o pensamento é ação, a qual se busca ser sempre organizada para que seja exitosa), e mais, o



trabalho é o que consolida quem somos, o nosso papel dentro da sociedade, da escola e da família. Se reconhecer como profissional é assumir compromissos, responsabilidades advindas de uma identidade construída na medida em que nos consideramos sujeitos ativos do processo educativo e dominantes dos saberes necessários ao desempenho de nossas funções.

A BIBLIOTECA ESCOLAR E O CURRÍCULO:

“O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à existência humana. É antes um modo de organizar uma série de práticas educativas”. (GIMENO SACRISTÁN apud GRUNDY, 2000, p. 14).

Compreendendo que a aprendizagem não se resume à sala de aula: aprendemos na quadra, no laboratório de informática, no auditório, no pátio, na biblioteca. Podemos, ainda, aprender, em aulas externas, visitas guiadas a espaços culturais, museus, praças, parques, cinemas, monumentos etc. Mesmo que tenhamos uma proposta curricular com orientações bem definidas, cada escola a assumirá de acordo com suas especificidades.

Em outros termos, sabemos que cada unidade de ensino é um microcosmo, um universo repleto de desafios e potencialidades. Por isso, as ações sistêmicas de cada um dos profissionais envolvidos é tão importante, porque, é na articulação entre os diversos atores que acontece o aprendizado, de modo integral, assim como a vida, que é um pulso contínuo, ao contrário da sua fragmentação em currículos, propostas e disciplinas engessadas que não dialogam entre si.

Nesse contexto, ao pensarmos a biblioteca escolar precisamos entendê-la, enquanto parte da escola, ou seja, parte de algo maior, não pode ser apenas um espaço fixo, descolado das propostas pedagógicas da escola e da sala de aula; mas, pelo contrário, deve ser pensada como um equipamento a serviço do ensino e da aprendizagem que não está isolado. A biblioteca escolar assume a função de um ambiente de aquisição de conhecimentos, não somente por parte dos estudantes, mas também dos profissionais da educação, já que conta em seu acervo, além de obras literárias, de referência, pesquisa, prática de ensino etc.

Compreendida como espaço educativo, e com grande dinamismo, ela pode

extrapolar seu espaço físico de diversas maneiras, seja por contar com um acervo móvel, ações de intervenção em outros espaços da escola, abrigar diferentes recursos, como mapas, maquetes, representações variadas, entre outros. Essa capacidade de mobilidade da biblioteca só é possível quando aqueles que a frequentam e aqueles que nela atuam se dispõem a modificar suas práticas e, principalmente, a visão que têm dela. Segundo afirma Luis Percival Leme Brito:

“A biblioteca é imprescindível em uma proposta de escola onde faz sentido estudar. Não nos interessa que as pessoas leiam, mas que aprendam e se construam como pessoas em relação à vida”.
<https://biblioo.cartacapital.com.br/toda-biblioteca-deve-ter-uma-escola/>

O que pretendemos ressaltar aqui é a relação da biblioteca com o próprio saber. Enquanto ele for compreendido como privilégio, direito de poucos, ela será, da mesma forma, estática, pobre. Precisamos valorizá-la e oferecer ao estudante diversas formas de contato com o conhecimento, seja por meio do acervo de livros, pesquisas virtuais, debates e encontros literários e atividades capazes de chamar a atenção e despertar o interesse por novos saberes que podem ser adquiridos nesse espaço tão rico como a biblioteca escolar.

Se a escola mantiver a percepção de que a biblioteca é mero depósito de livros, lugar para levar turmas na ausência de professores, sala de reuniões etc., ela não cumprirá sua finalidade, que é ser ponto de encontro, com o saber e com outras pessoas. Além disso, reafirmamos, a biblioteca não pode se resumir a um *espaço*, sendo necessário que ela esteja disponível a todos onde quer que seja, a partir, especialmente das ações dos seus profissionais. Evidentemente, o despertar da atenção para a valorização da biblioteca sempre dependerá, da mesma forma, do interesse e do trabalho do professor, não apenas de língua portuguesa e literatura, mas das outras disciplinas, cujos conhecimentos, também, estão ali representados e podem (devem) ser buscados.

Não é, evidentemente, uma tarefa simples, pois altera o modo como nos comportamos, vislumbramos e usamos a biblioteca escolar. Contudo, se desejamos defender a tese da escola como espaço educativo, ativo na formação dos sujeitos, precisamos necessariamente valorizar todos os indivíduos, seu trabalho e os espaços postos a serviço do ensino.

Salientamos que, assim como não basta contar com uma biblioteca escolar

equipada, mas sem uso, também não é suficiente o trabalho do profissional que dela cuida, de forma isolada, seja para mediar leitura, organizar acervos e atividades etc., dado o grande volume de trabalho. A equipe pedagógica precisa incentivar os professores a propor momentos na biblioteca e a participação em eventos propostos pela equipe de biblioteca.

O trabalho em conjunto, da equipe pedagógica, gestão escolar, professores e auxiliares de biblioteca necessita estar em consonância com um planejamento sério, construído por todos e que realmente seja possível, com vistas a atender às demandas da própria escola, dos estudantes e suas famílias. Decerto, e como já mencionado, o saber é adquirido na relação entre os indivíduos, nas trocas que eles realizam por meio das práticas sociais e discursivas relativas ao processo de ensino-aprendizagem e que são, consideravelmente, incrementados pelo uso efetivo da biblioteca.

Portanto, o momento agora é, finalmente, o de assumirmos esse compromisso com a educação, a escola e a qualidade do atendimento da biblioteca escolar, a qual será, desse modo, um espaço, não apenas de leitura, mas de busca por novos conhecimentos construídos na própria relação com os objetos do saber e com os demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

PLANEJAMENTO:

“O Planejamento não é um acontecimento, mas um processo contínuo, permanente e dinâmico que fixa objetivos, define linhas de ação, detalha as etapas para atingí-los e prevê os recursos necessários a consecução desses objetivos”. (ALMEIDA, 2011. p. 2). Assim, com os objetivos de fomentar a leitura e a escrita no cotidiano escolar, tornar efetivo os serviços e atividades desenvolvidos nas bibliotecas escolares, realizar formação continuada dos profissionais da educação, por meio de subsídios teóricos e práticos, promover atividades culturais que despertem o gosto pela leitura, assim como, levar os estudantes a frequentar a biblioteca e outros espaços de leitura como lugares do saber, o Programa de Biblioteca e Leitura estabelece, anualmente, dois planos de ação.

O primeiro plano define as atividades que o Programa desenvolverá na Secretaria de Educação, nas unidades escolares da Rede Municipal e Conveniada de Educação, visando a democratização do acesso ao livro, leitura, biblioteca e literatura; formação de mediadores de leitura; promoção de práticas de leitura nas unidades de Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Diante da extensão territorial do Município que se divide em 8(oito) regionais administrativas educacionais, Contagem conta com um sistema composto por 86 bibliotecas escolares gerenciadas por 168 profissionais com nível médio de escolaridade, jornada semanal de trabalho de 25 horas, distribuídos em até 3(três) turnos, de acordo com as modalidades de educação atendidas pelas unidades escolares. Assim, a fim de garantir um padrão de funcionamento mais qualitativo desses espaços, a Secretaria Municipal de Educação estabeleceu diretrizes a serem observadas pelos profissionais de biblioteca e unidades escolares por meio da Instrução de Serviços Conjunta nº 001/2012 em parceria com a FUNEC – Fundação de Ensino de Contagem.

Nesse sentido, o Programa de Biblioteca e Leitura, atendendo as orientações da Secretaria, desenvolve um segundo planejamento global de trabalho para as bibliotecas escolares da Rede Municipal e seus profissionais com a possibilidade de ampliação das atividades constantes nesse documento a partir dos objetivos, propostas e características de cada unidade escolar.

Desse modo, o Programa de Biblioteca e Leitura desenvolve ações voltadas tanto para a promoção de práticas de leitura, para o acompanhamento e assessoria às bibliotecas escolares, bem como a formação continuada para os educadores da Rede Municipal

É importante ressaltar que em 2020, após a reinstalação da Biblioteca da SEDUC, o Programa de Biblioteca e Leitura incluirá em seu planejamento atividades para a retomada do funcionamento desse sistema de informação, a partir de uma nova concepção de acesso à informação para os educadores em diferentes suportes tais como: impressos, virtuais, digitais e outros. Devolvendo à comunidade escolar um importante equipamento de conhecimento nas áreas de educação, leitura, literatura e afins.



P R O G R A M A D E B I B L I O T E C A E L E I T U R A	EIXO 1 Políticas de acesso à leitura.	Ampliação dos acervos das bibliotecas Kit Literário- SEDUC PNLD - MEC (didático e literário) Parcerias com editoras
	EIXO 2 Processo contínuo de formação de sujeitos leitores	Curso de formação aos educadores
	EIXO 3 Políticas que promovam práticas leitoras	Projetos de leitura e literatura Biblioteca Sala de aula Escola

4.1. EIXO 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

Essa interface promove a transformação do estudante, como sujeito de direitos, que cresce como protagonistas de sua história, valorizando as oportunidades do saber.

Entregar ao estudante um livro de valor literário, com o qual ele cresça e que preencha as suas expectativas, é tornar a leitura sinônimo de espontaneidade, liberdade e prazer.

Contudo, a significação de acesso ao livro literário e outras formas de expressão da leitura oportunizam ao estudante o contato direto com esse material, despertando seu interesse para o ato de ler e levando-o ao gosto pela leitura, este garantido, também, por outras interfaces do programa.

O que se deve assegurar aos estudantes, em seus diversos espaços, é o direito de ler, oportunizando materiais que eles possam ter acesso em seu cotidiano.

AÇÕES:

1. Distribuição de Gibitecas;
2. Distribuição de Kits Literários para biblioteca e cantinhos de leitura;
3. Acompanhamento do processo de distribuição do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) aos estudantes e aos educadores nas unidades escolares;
4. Doação de obras literárias às unidades escolares;
5. Atualização de listagens de compra de livros e outros materiais não bibliográficos;
6. Discussão permanente para o estabelecimento de verba específica para as salas de leituras e bibliotecas escolares da Rede Municipal e Conveniada de Educação Infantil;
7. Definição de diretrizes para execução do processo de inventário anual de coleções para as bibliotecas escolares.
8. Realização de estudos sobre a informatização das bibliotecas escolares em parceria com a FUNEC, UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

4.2. EIXO 2 - Processo Contínuo de Formação de Sujeitos Leitores

A importância de cursos de formação, aos profissionais voltados para o campo da Literatura e aos outros mediadores de leitura, se consagra por dar condições eficientes de atendimento qualitativo aos estudantes.

A capacitação desses profissionais, conscientes da importância da literatura como um meio de valorizar a leitura, forma o sujeito para melhor compreender a arte literária e como ela se articula com a vida social.

Segundo CANDIDO (2004) a literatura é um direito de todos, pois ela faz parte da formação humana e para a cidadania plena. É nessa perspectiva, que fundamentamos ações para a realização de cursos de formação aos profissionais, ligados diretamente ao atendimento de biblioteca e aos voltados para a prática de ensino-aprendizagem, tendo como fim a formação de um sujeito-leitor.

Os cursos devem ser ofertados, também, para promover, identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de projetos de leitura, que tais profissionais já executam em seu meio de trabalho e a novas ideias que vão permeando o ano letivo, para aprimorá-las e ampliá-las a outros espaços. As formações oportunizam melhorias visíveis nos planos executados por todos que se comprometem em levar as experiências vividas e aprendidas para o seu universo de trabalho. É através desses profissionais capacitados pela formação oferecida, em seus diversos segmentos envolvidos pela leitura, que serão motivados a pensar estratégias diversificadas e de valor considerável às ações diárias, sentindo-se, assim, protagonistas de suas histórias a realizarem projetos que visem o incentivo à leitura.

Por meio da Rede de Formação concebida pela Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Biblioteca e Leitura estabelece a reflexão sobre saberes, experiências, práticas e diálogos relacionados à leitura, ao livro, à biblioteca e à literatura a partir das seguintes estratégias:

AÇÕES

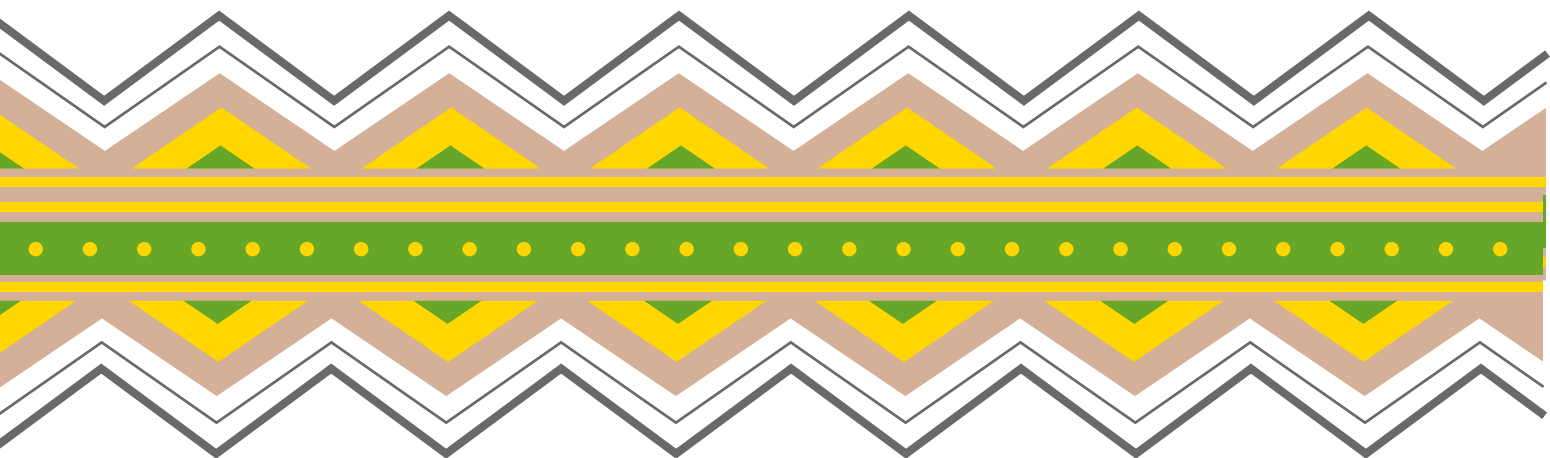
1. Organização de formações para educadores (as): profissionais de biblioteca, professores, pedagogos, agentes de educação infantil e dirigentes da Rede Municipal de Educação, Conveniada de Educação Infantil e da Fundação de Ensino de Contagem - FUNEC relacionadas à leitura, à leitura literária e ao livro.

Capacitações oferecidas:

- ▶ Mediação e Técnicas Básicas de Contação de Histórias;
 - ▶ Oficina de Mediação de Leitura Literária
 - ▶ Novembro Negro: o Feminino em Pauta
2. Organização de formações relacionadas à organização, ao funcionamento, à promoção, ao uso e à integração da biblioteca escolar à proposta pedagógica das unidades escolares.

Capacitações oferecidas:

- ▶ Oficina Introdutória de Biblioteca Escolar
- ▶ Biblioteca Escolar como Espaço Educativo e Fundamental na Formação de Sujeitos Leitores, na Aprendizagem e na Construção do Conhecimento;
- ▶ Promoção do Dia B - Dia da Biblioteca
- ▶ Inventário de Coleções.

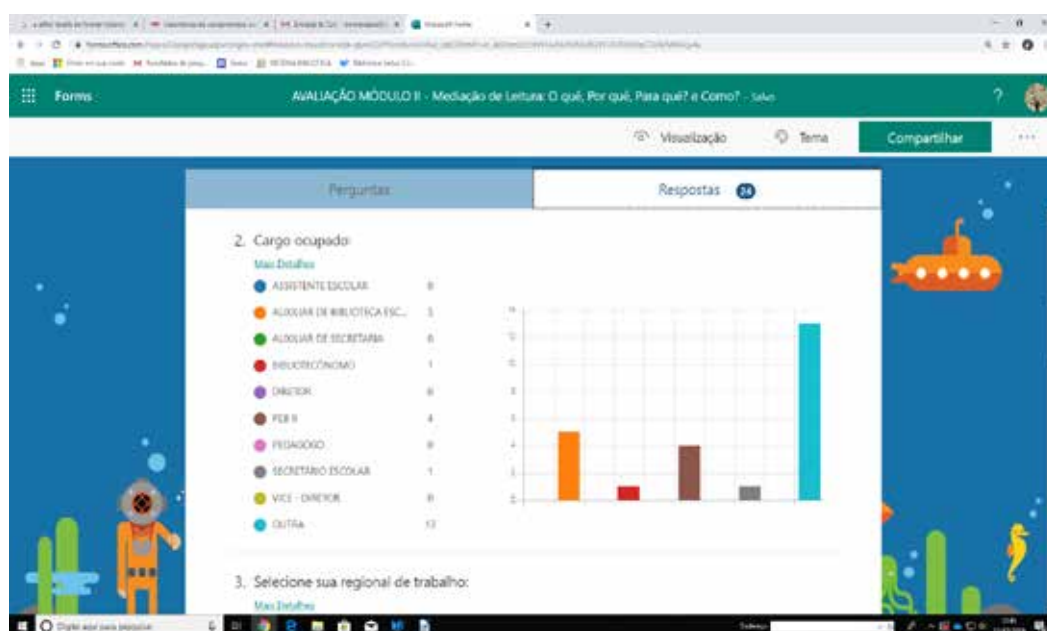


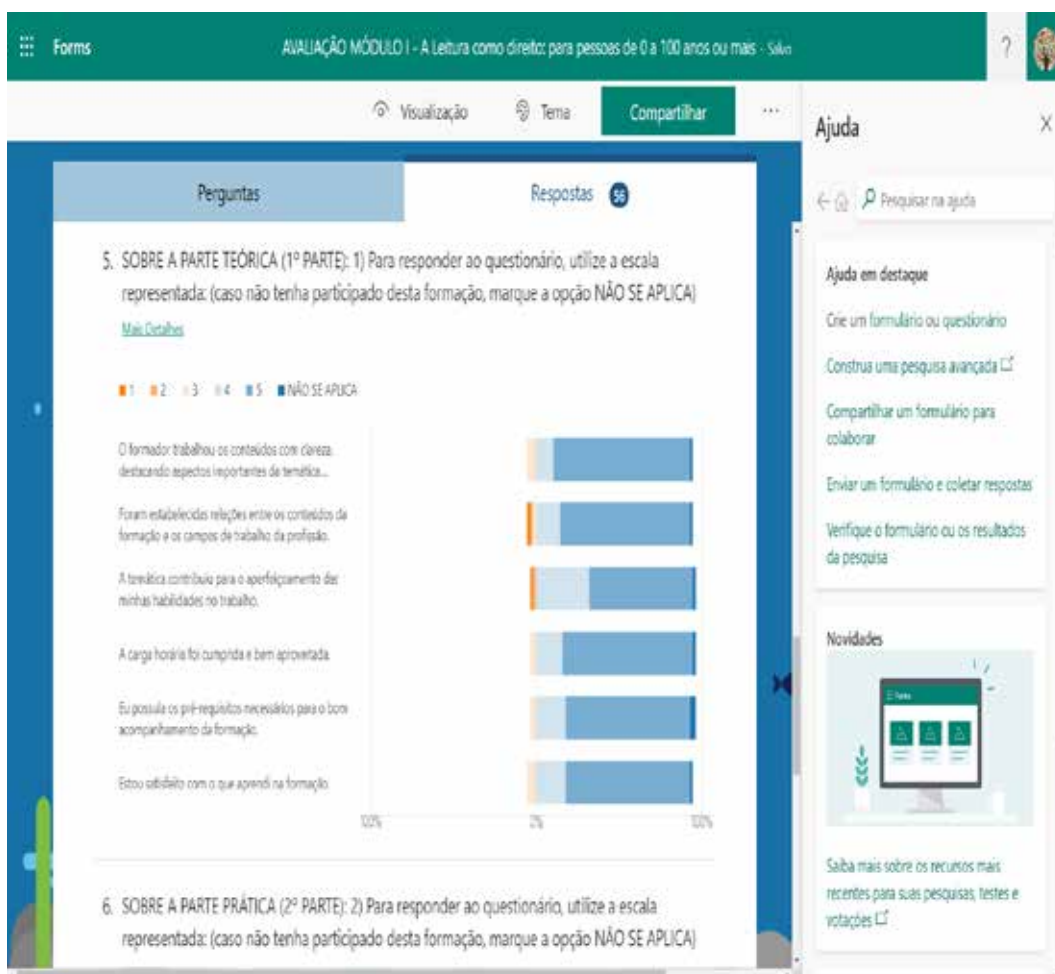
O Programa de Biblioteca realiza sistemática e, anualmente, formações exclusivas para os Auxiliares de Biblioteca. Para o ano de 2019, a Secretaria de Educação solicitou ao Programa a realização de uma formação sobre leitura envolvendo um público misto. Para tanto, foi então organizado e planejado um o curso “Leitura, Biblioteca e Literatura na Contagem das Letras: Desafios na Formação de Leitores” dividido em 04 (quatro módulos), com as seguintes temáticas:

1. A leitura como direito para pessoas de 0 a 100 ou mais.
2. Mediação de Leitura: o quê? Por quê? Para quê? Como?
3. Biblioteca, Cantinho de Leitura e Salas de Leitura: espaços reais de leitura?
4. Quem Mexeu nos Meus Acervos: como a escolha dos textos literários pode influenciar na qualidade das práticas de mediação.

Por se tratar de uma formação diferenciada foram organizadas 08 turmas, sendo 04 para os profissionais da Educação Infantil e a outra metade das turmas para os educadores do Ensino Fundamental, totalizando 112 (cento e doze) horas de formação geral, ao longo dos dois semestres de 2019.

O Programa de Biblioteca e Leitura avaliou suas práticas após a conclusão de cada módulo, a partir de questionários eletrônicos, com perguntas relacionadas ao desempenho dos formadores, a qualidade do material utilizado, a metodologia adotada e outros. Apresentamos a seguir alguns dados sobre o desempenho do órgão durante a formação.





4.1. EIXO 3 – Políticas de Promoção de Práticas Leitoras

O contato da Secretaria de Educação, por meio do Programa de Biblioteca e Leitura, junto às escolas abre caminhos para a integração de projetos literários/artísticos e valorização da leitura em seus saberes e espaços diversificados, visto a literatura como uma instância que se relaciona intimamente com a cultura.

Assim, os projetos de trabalho desenvolvidos pelas escolas devem ser divulgados, a fim de serem reconhecidos e valorizados por todos os membros

da comunidade escolar. Nesse sentido, a proposta é interligar a Literatura e a Cultura, diante de suas inúmeras linguagens, nas atividades escolares, proporcionando acessos mais amplos para o campo da leitura: trabalhos produzidos pelas escolas, cujos acessos não sejam apenas o ambiente da escola para essas produções, mas buscar a ampliação desses espaços para as bibliotecas, como centros geradores de cultura. E, dentro da realidade e possibilidades da Secretaria de Educação e das próprias unidades escolares publicizar esses projetos em novos ambientes, tais como: centros culturais, praças e outros espaços públicos e privados da Cidade.

Diante disso, o Programa de Biblioteca e Leitura tem se empenhado no sentido de assegurar o desenvolvimento de ações de incentivo à escrita e à execução de projetos de leitura, de literatura e de pesquisa nos espaços escolares. A fim de despertar o interesse dos profissionais da educação para o desenvolvimento dos projetos citados, a equipe do Programa de Biblioteca, tem adotado várias estratégias mínimas em seu plano fomento à leitura nas unidades escolares, assim enumeradas:

1. Definição de temática geral para o projeto.
2. Planejamento das atividades a serem realizadas.
3. Estabelecimento de cronograma para a execução das atividades.
4. Realização de formação específica sobre o tema selecionado, que auxilie os educadores no pensar, no fazer e na execução de seus projetos individuais ou coletivos.
5. Incentivo à escrita e execução da proposta de trabalho (projeto)
6. Exposição das ações do projeto no espaço escolar, assim como em espaços públicos de acordo com a disponibilidade de agenda da Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e outras instituições da iniciativa privada.
7. Divulgação dos projetos para toda a Rede Municipal de Educação por meio de registro dos projetos executados em catálogos, coletâneas, revistas e outros suportes em meio impresso ou eletrônico.

E a partir dessas estratégias, os últimos resultados do plano de fomento à leitura nas unidades escolares, alcançados pelo Programa correspondem às três propostas de trabalho organizadas pelo setor, que foram acolhidas por vários educadores e executadas em diferentes unidades escolares na Rede Municipal de Educação. Compreendendo - se, desse modo:

1. a publicação do Pequeno Manual de Mediação de Leitura,
2. a realização do 3º Dia B – da Biblioteca na Rede Municipal de Educação,
3. o desenvolvimento dos Desafios Literários propostos aos educadores participantes da formação 2019 do Programa de Leitura sobre a temática “Leitura, Biblioteca e Literatura na Contagem das Letras: Desafios na Formação de Leitores”.

Nesse sentido, comentemos um pouco sobre essas práticas, os sujeitos envolvidos em sua execução, o público-alvo, assim como os desdobramentos das atividades no espaço escolar.

PEQUENO MANUAL DE MEDIAÇÃO DE LEITURA:

“A literatura é a arte da palavra, mas não apenas isso: ‘A literatura existe através da linguagem, ou melhor, apesar da linguagem’. (Jorge Luís Borges)

Disponível em:

<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/a-arte-palavra-literatura.htm>>

A Secretaria Municipal de Educação investe na aquisição de obras literárias como forma de ampliar o acervo e fomentar a leitura nas escolas da Rede. As obras adquiridas são destinadas para estudantes, turmas, das bibliotecas escolares e para a leitura da comunidade escolar.

Após conversas com professores, auxiliares de biblioteca, pedagogos e agentes da educação infantil, nos momentos de Formação Continuada, a equipe do Programa de Biblioteca e Leitura comprometeu-se a apresentar orientações acerca da utilização das coleções adquiridas pela Secretaria de Educação.

A partir daí elaboramos uma publicação que intitulamos: Pequeno Manual de Mediação de Leitura. Essa publicação, além de trazer reflexões e conceitos sobre estratégias de leitura literária no ambiente escolar a partir da análise das obras literárias adquiridas, buscando extrair as mais diversas possibilidades de leitura, apresenta algumas sugestões sobre como mediar a leitura.

Porém, consideramos sempre o potencial dos profissionais que acreditam no

papel da literatura enquanto instrumento transformador da sociedade, por isso a proposta do Pequeno Manual não é a de ser uma fonte definitiva de trabalho com a leitura literária, mas sim, mais um instrumento à disposição dos mediadores de leitura que segundo Yolanda Reis são: “aquelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que um livro e um leitor se encontrem”. Afinal, esses que desempenham a importante tarefa de mediação da leitura literária e que se colocam neste lugar de aproximação do leitor e do livro precisam sempre dialogar intimamente e sistematicamente com o texto literário.

3º DIA B DA BIBLIOTECA ESCOLAR:

Entendemos que os profissionais de bibliotecas têm um importante papel a cumprir, como sujeitos educativos, no que se refere à promoção de uma educação de qualidade. Assim, devem ter acesso a conhecimentos e saberes que ampliam o olhar sobre a diversidade cultural, étnica e social, presentes na escola e na sociedade e; desta forma, assumir compromissos e responsabilidades com uma educação inclusiva.

Pensando nisso, o Programa de Biblioteca e Leitura “Contagem das Letras” da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Diretoria de Relações Étnico-Raciais e em atendimento à Lei 10.639/03 que, alterada pela Lei 11.645/08, tornou “obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio”; promoveu, no ano de 2018, formação específica para os profissionais de biblioteca com: palestras, rodas de conversa e seminários, com temáticas que contemplassem a Educação para as relações étnico-raciais dando destaque ao protagonismo das mulheres negras nas sociedades.

A partir dessa formação os profissionais de biblioteca, assim como os demais profissionais de educação nas unidades escolares, foram convidados a planejar, em parceria com as equipes pedagógicas, atividades que dialogassem com os temas discutidos e desenvolverem ações, envolvendo o universo da leitura, do livro, da literatura e da biblioteca.

Como culminância dos projetos desenvolvidos, entre os dias 22 e 30 de novembro de 2018, as bibliotecas escolares do município realizaram a **3ª Edição do DIA B da Biblioteca**, com a temática: **“Novembro Negro: O Feminino em Pauta”**, reafirmando a importância de valorização da cultura negra no ambiente escolar, dando destaque ao protagonismo da mulher negra.

Após a execução dessas práticas a secretaria de Educação organizou um caderno que reúne as ações realizadas, durante o DIA B-Dia da Biblioteca, em cada unidade escolar. O objetivo dessa publicação, além de dar visibilidade aos trabalhos é que as práticas ali expostas possam servir de inspiração e alento a todos os que acreditam em uma educação que contribua, de maneira efetiva para a construção de uma sociedade justa e democrática.

OS DESAFIOS LITERÁRIOS - PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DE LEITURA DA FORMAÇÃO 2019

A literatura é a arte da palavra e configura-se como direito essencial de todo o ser humano. Nessa perspectiva, o Programa de Biblioteca e Leitura fez um convite aos educadores da Rede Municipal de Contagem para que, juntos, durante a formação do ano de 2019, refletíssemos sobre como os espaços e as práticas de mediação de leitura contribuem na formação de uma comunidade leitora.

Por compreendermos que não se pode ensinar aquilo que não se conhece ou que não se domina, entendemos que, para ensinar a ler, é fundamental que, professor, profissionais de biblioteca, pedagogos sejam sujeitos leitores e tenham diversificadas experiências de leitura que lhes permitam produzir e negociar sentidos coerentes e relevantes, sustentar posições e identificar lugares de fala. Nesse sentido, nossa formação foi organizada em quatro módulos com o objetivo de nos compreendermos como sujeitos leitores, fazermos uma autoavaliação de nosso desempenho e as implicações deste “ser ou não leitor” acerca de nossas práticas pedagógicas.

Durante as formações a metodologia utilizada foi a de trabalharmos, na primeira parte de cada módulo, conceitos teóricos sobre a leitura e a mediação, a literatura, o livro e a biblioteca. Já na segunda parte, partíamos para as práticas. Assim, organizamos: rodas de conversas, seminários literários, dramatizações, apresentações de vídeos, contações de histórias, horas do conto, releituras de obras, cantinhos de leitura entre outras.

Ao final de todos os módulos apresentávamos aos cursistas um **Desafio Literário**, cujo a proposta era fazer com que, os educadores pudessem reproduzir práticas leitoras tanto nas unidades escolares como em outros espaços de leitura por eles frequentados (momentos em famílias, praças, local de trabalho, parques, encontro de amigos...), conhecessem os acervos das bibliotecas das unidades escolares, bem como os acervos de programas governamentais enviados para as escolas como os do PNAIC (Programa Nacional de Alfabe-

tização na Idade Certa) que por vezes encontram-se guardados em caixas e sem uso, ampliassem o repertório de leituras literárias e se percebessem ou não como leitores de direito dos diversos tipos de textos que circulam na nossa sociedade.

Durante a formação ensinamos e aprendemos. Temos a convicção de que como nos ensina Fabiano dos Santos: “Para ser um agente de leitura a pessoa tem primeiro que gostar de ler, ter vontade e compromisso social de compartilhar esse gosto e sua experiência de leitura com um outro tanto de gente, formando leitores em ambientes diversos como bibliotecas públicas municipais, escolas, fábricas, empresas, associações, comunidades e dentro das casas, no seio de famílias que abrem suas portas para que os livros e a leitura possam entrar em suas vidas”.

Assim, apresentamos os temas trabalhados nos Módulos e o Desafio Literário proposto ao final de cada um deles:

Módulo	Temática módulo	Desafio Literário
I	A Leitura como Direito para pessoas de 0 a 100 ou mais	▪ Ler e compartilhar um conto de: Machado de Assis, Edgar Allan Poe ou Augusto dos Anjos. ▪ Ler e compartilhar um conto de: Cecília Meireles, Conceição Evaristo ou Clarice Lispector. ▪ Compartilhar a leitura de um livro para ser lido em um dia. ▪ Compartilhar a leitura de um livro para todas as idades.
II	Mediação de Leitura: O quê, Por quê? Para quê, Como?	Criar, durante uma semana um cantinho de leitura em sua Unidade escolar.
III	Bibliotecas, Cantinhos de Leitura e Salas de Leitura: Espaços reais de leitura?	Indique cinco obras literárias que não podem faltar em uma biblioteca.
IV	Quem mexeu nos meus acervos: Como a qualidade dos textos literários pode influenciar nas práticas de mediação	▪ Formar uma dupla. ▪ Selecionar uma obra para leitura. ▪ Analisar a obra a partir dos critérios estabelecidos na ficha de avaliação organizada pelo Programa de Leitura. ▪ Discutir os resultados.

A despeito da avaliação positiva das formações, avaliamos que há desafios que o ano de 2020 nos apresenta. O projeto proposto baseia-se no contexto

que vivemos, em um país em que 27% dos brasileiros (entre 15 e 64 anos) são considerados analfabetos funcionais, isto é, não compreendem o que leem. Portanto, o investimento na formação de educadores leitores é compromisso com a mudança que ganha um destino e deixa de ser um querer solitário para se tornar a realização de um trabalho conjunto.

ALGUMAS PONDERAÇÕES

Para que o Programa de Biblioteca e Leitura “Contagem das Letras” desempenhe com mais eficiência e eficácia suas atividades, distribuídas em seus três eixos de trabalho (democratização do acesso à leitura, formação de mediadores e fomento à realização de práticas leitoras) alguns desafios necessitam ainda ser superados pelo órgão. É preciso considerarmos a criação de propostas de formações específicas à Biblioteconomia, com vistas à melhoria dos serviços e atividades desenvolvidos na área.

Um segundo aspecto a ser observado diz respeito à própria extensão da Rede Municipal de Educação, que exige a manutenção de um número suficiente de servidores, em diferentes cargos, para atendimento à complexidade dos trabalhos e dos projetos a serem desenvolvidos. Sobre esse tema é preciso também serem consideradas as potencialidades do Município, ou seja, seu posicionamento em região estratégica do Estado de Minas Gerais, seu representativo parque industrial, assim como sua expressiva densidade demográfica, que pressupõem, contagens leitores críticos, que possam agir e contribuir para o desenvolvimento da Cidade.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação, vem se esforçando a fim de garantir a qualificação de novos profissionais, com vistas à melhoria da qualidade das práticas realizadas, assim como aquelas futuramente a serem implementadas para a promoção do livro, da leitura, da literatura, bem como da biblioteca escolar em Contagem.

Sobre a biblioteca PIERUCCINI, 2010 afirma que

a biblioteca é um dispositivo complexo, constituído por elementos heterogêneos: arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamento, conteúdos materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por ela guardados, constituindo-se elementos de sua natureza.

A partir dessa reflexão, apesar do cenário econômico dos municípios, estados

e do próprio país apresentar-se problemático em relação às questões relacionadas ao planejamento orçamentário em cada uma dessas esferas governamentais, compreendendo a formação de sujeitos leitores como estratégia para o desenvolvimento social, político e econômico de um país, precisamos compreender o potencial das bibliotecas para a qualificação de um projeto educacional.

Desse modo, a definição de políticas públicas para o desenvolvimento das coleções das bibliotecas requer dos gestores um olhar específico. Pois, se temos por objetivo o desenvolvimento de uma Contagem cada vez mais leitora, esse propósito necessita de respaldo financeiro para que essa realidade, de fato, aconteça no Município.

A equipe do Programa de Biblioteca e Leitura está aberta ao diálogo com os gestores, dirigentes escolares, profissionais de biblioteca, professores, pedagogos, estudantes e demais interessados, em busca do reestabelecimento de recursos para o desenvolvimento das bibliotecas escolares.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação se empenha na consolidação de uma Política de Desenvolvimento de Acervo que contemple as unidades escolares da Rede Municipal de Educação e Conveniada de Educação Infantil, preferencialmente, amparada em leis que garantam as práticas de promoção de leitura e a consolidação de nossos propósitos na Contagem das Letras.



4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000. 112 p.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Educação**: Tempos e espaços, pessoas e aprendizagens Belo Horizonte: SMED, 2014. Texto adaptado.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1996)**. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.. Brasília: Congresso Nacional, [2003]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL, **Lei Nº. 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Diário Oficial da União, DF, 17 de maio de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. BRASÍLIA, [2006]. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96008/lei-11274-06>>. Acessado em: 17 dez. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Câmara dos Deputados, [2008]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2010/lei/12244>. Acesso em 22 set. 2015.

BRITTO, Luis Percival L. No lugar da leitura biblioteca e formação. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015. 96 p.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2004.

CASTRILLON, Sylvia. **Biblioteca escolar, qual o sentido?** Disponível em: <<https://revistaemilia.com.br/biblioteca-escolar-qual-o-sentido>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CHARÃO, Cristina. **Formação do professor leitor é o primeiro desafio de políticas de incentivo à leitura nas escolas.** Revista Escola Pública, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/5744-formacao-do-professor-leitor-e-o-primeiro-desafio-de-politicas-de-incentivo-a-leitura-nas-escolas>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

CONTAGEM. **Lei Orgânica do Município de Contagem de 20 de março de 1990.** Contagem: Câmara Municipal, [1990]. Disponível em <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/lei_organica_com_emenda_35.pdf>. Acesso em 17 dez. 2019.

COSTA NETO, Leonardo Antônio et al. **Profissionais de biblioteca como sujeitos educativos: identidade e fazer profissional.** Contagem: Secretaria Municipal de Educação, 2016. 13 p.

DIRETRIZES da IFLA/ UNESCO para bibliotecas escolares. Portugal: 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Artmed Editora, abril de 1986.

FORTALECIMENTO das bibliotecas é defendido em fórum do livro. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/11/22-forum_livro_mana.html>. Entrevista Fabíola Faria. Acesso em: 05 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GALVÃO, André L. M., SILVA, Antônio C. da. **A motivação para a leitura na escola**: contribuições do ensino de literatura. Revista Digital dos Programas de Pós- Graduação do Departamento de Letras da e Artes da UEFS, Feira de Santana, n. 18, v.3, p. 27-42, set. - dez. 2017.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998. 352 p.

GOUVEIA, Beatriz. **A formação em leitura na escola**: o direito à literatura e a construção de mundos possíveis. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/colégio-anglo21/a-formacao-em-leitura-na-escola-o-direito-a-literatura-e-a-construcao-de-mundos-possiveis/>>. Acesso em 10 jan. 2019.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil** 4ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2018. Disponível em: <<http://plataforma.prolivro.org.br/ipl-na-bienal-inaf-2018-e-retratos-da-leitura-no-brasil/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Caed Digital**: Programa Mais Alfabetização. Plataforma do sistema de monitoramento do programa de apoio à alfabetização instituído pelo Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<https://maisalfabetizacao.caeddigital.net/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum**, 2019. Site de apresentação da Base Nacional Comum Curricular, assim como o histórico de sua concepção e orientações para implementação. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 06/2005**. Reexame do Parecer CNE/CEB 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_05.pdf>. Acesso em 17 dez. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 03/2005**. Define as normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf>. Acesso em 17 dez. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 18/2005**. Orientações para a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os Arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb018_05.pdf>. Acesso em 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDDE Interativo**. Ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, através do Programa Dinheiro Direto na Escola, em parceria com as Secretarias de Educação. Disponível em: <<http://pddeinterativo.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MUNDO EDUCAÇÃO. **A arte da palavra**: a literatura. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/a-arte-palavra-literatura.htm>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PERRENOUD, P. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIERRUCCINI, Ivete. **Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento**: parâmetros para as bibliotecas escolares. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2010.

PORTO, Ana Paula T., PORTO, Luana T. **Da formação de professores à formação de leitores**: desafios para uma prática eficiente de leitura na escola. Revista de Ciências Humanas – Educação, Frederico Westphalen v. 15, n. 25, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1595>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. Minas Gerais. **Instrução de Serviço Conjunta Nº 01/2012**. Dispõe sobre as diretrizes gerais de funcionamento das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação e da Fundação de Ensino de Contagem. Diário de Contagem, Contagem, 27 set. 2012. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br>>. Acesso em: 11 set 2017.

REYS, Yolanda. **Mediadores de leitura**. Disponível em: <<https://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioclae/verbetes/mediadoresdeleitura>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE/MG). **Portal do Simave**. Portal informativo sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), uma política pública da (SEE/MG), com o propósito de fomentar mudanças em busca da melhoria da qualidade e equidade da educação. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinariedade**: o currículo integrado. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM. **Blog: Estuda Contagem**, 2019. Página informativa das ações e documentos norteadores da política municipal de educação no município de Contagem. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SILVA, C S. R. da. In: **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores.

SOUZA, Célia Ferreira. **Saberes e sabores**: das narrativas literárias africanas aos leitores jovens e adultos. Curitiba: Appris, 2017. 187 p.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a Ler e Escrever**: uma proposta construtivista; trad. Ana Maria Neto Machado – Porto Alegre: Artmed, 2003.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2010.



5. Anexos







CARTEIRA DE PROJETOS



Alexis José Ferreira de Freitas

PREFEITO

William Vieira Batista

VICE-PREFEITO:

contagem.mg.gov.br |  /PrefeituraContagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA: SUELI MARIA BALIZA DIAS

SUBSECRETÁRIA DE ENSINO: DAGMÁ BRANDÃO SILVA

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E OPERAÇÕES: SÉRGIO MENDES PIRES

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO

DAGMÁ BRANDÃO SILVA

CRISTIANA CHAVES DE OLIVEIRA

LUDMILLA SKREPCHUK SOARES

ROSÂNGELA DA SILVA

SHEILA MOTA BRANDÃO

COORDENAÇÃO

ANA CRISTINA GONÇALVES CARVALHO

GLÁUCIA ROSA DA SILVA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/SEDUC

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz

Industrial - Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

Sumário

1. Apresentação	121
PROJETOS INSTITUCIONAIS SEDUC	123
2. Laboratório de Ensino de Matemática (LEM).....	124
3. Rádio Educativa Coruja	126
4. Projeto Camaleão: arte na escola.....	128
5. Laboratório de Ciências.....	129
6. Clubes de Leitura	130
7. Jogos Matemáticos.....	132
8. Projeto Escola Sem Fronteiras.....	133
9. Projetos dos Educartes	135
10. Projeto Mediação de Conflitos	136
11. Articulação Comunitária.....	137

PROJETOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....139

12. Educação Conectada..... 140

13. Escola do Adolescente 141

14. Programa Novo Mais Educação142

**15. Procon Mirim: Programa Estadual de Proteção e Defesa do
Consumidor de Contagem (Procon-MG) - MP144**

16. Programa Forças no Esporte (PROFESP) 146

17. - Programa Contagem Livre das Drogas147

18. - Programa Saúde na Escola148

PROJETOS DESENVOLVIDOS COM EMPRESAS PRIVADAS..... 149

19. Belgo Bekaert Fundação ArcelorMittal..... 150

20. Grupo Arcor Brasil.....155

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM.....157

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM - PDA ENSINO
FUNDAMENTAL158**



1. Apresentação

Apresentamos à Rede Municipal de Contagem uma carteira de projetos que tiveram sua construção de diversas formas e por diferentes atores. Alguns deles são projetos que nasceram nas Escolas Municipais e, por alcançarem uma avaliação muito positiva por parte da comunidade escolar, ampliamos a possibilidade que eles aconteçam também em outras escolas da nossa Rede. Apresentamos também alguns projetos que foram construídos nos Educarter e que desejamos que possam criar lastro em outros espaços, e, por fim, projetos da Seduc que chegam com o propósito de dialogar com os/as equipes pedagógicas das escolas.

Esses projetos têm como intenção contribuir com a ação dos professores e estudantes, promovendo um conjunto de práticas pedagógicas que visam o desenvolvimento das habilidades previstas nos Referenciais Curriculares de Contagem, bem como, a interação professores e estudantes para que tenham sentido e força na potencialização da função primeira da escola que é a aprendizagem.

Partindo da premissa de que, a partir dos projetos, é possível mobilizar os estudantes para que se reconheçam como sujeitos da ação e do conhecimento e que estes são, também, espaços de aprendizagem, que têm por finalidade a formação de coletivos de professores, o estímulo e a ampliação da participação dos estudantes em atividades que contribuam para a formação escolar, a qualidade de vida e a formação humana cidadã. Visa, ainda, promover a interação entre os estudantes nas escolas por meio de vivências e experiências nos diversos campos do conhecimento.

Cada projeto apresentado funciona com uma coordenação definida que, em encontros mensais com as escolas participantes, potencializará a formação de coletivos de professores para a ação na escola, fortalecendo a Rede e apoiando os grupos diversos em torno de uma temática.

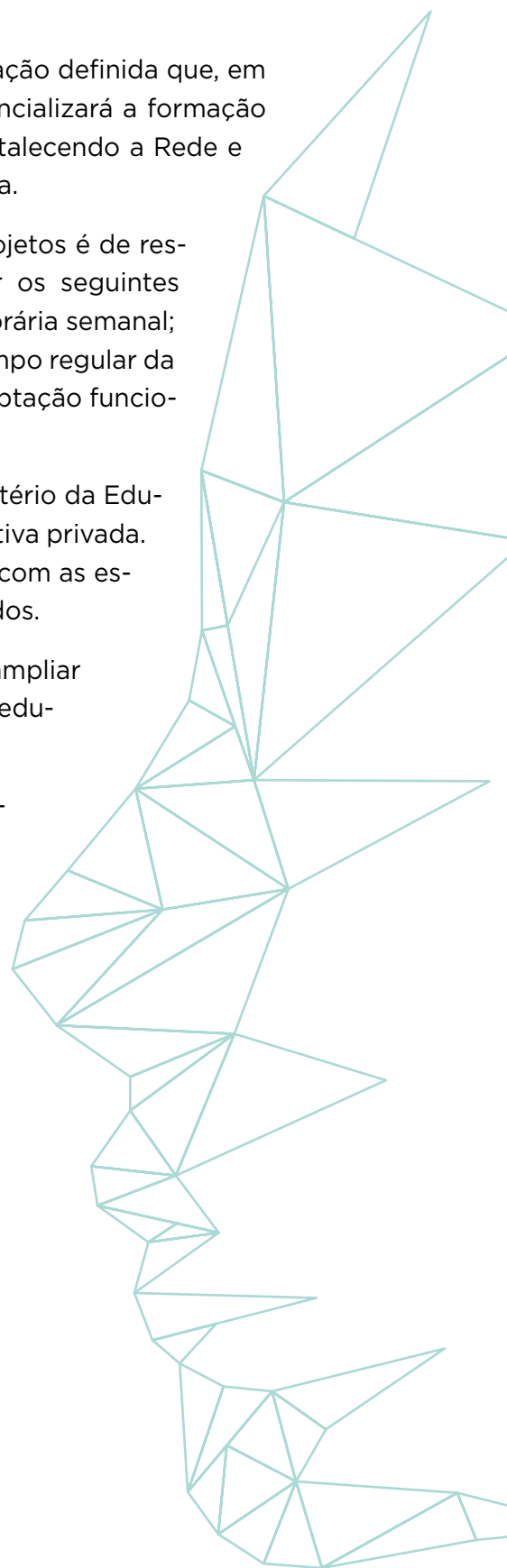
A indicação de profissional para o trabalho com os projetos é de responsabilidade da equipe gestora. Poderão participar os seguintes profissionais: professores com resíduos na sua carga horária semanal; professor da disciplina específica para o trabalho no tempo regular da aula, seja PEB I, PEB II ou PEB III; professores em readaptação funcional ou servidor indicado pela equipe gestora.

Apresentamos ainda, projetos em parceria com o Ministério da Educação - MEC e outros projetos em parceria com a iniciativa privada. Para estes últimos, as parcerias já foram estabelecidas com as escolas e apresentamos aqui para o conhecimento de todos.

Entendemos que o objetivo maior do espaço escolar é ampliar o conhecimento dos estudantes e dos profissionais da educação e este desafio é para todos.

Colocamo-nos juntos nesta construção que, com certeza, poderá promover bons frutos para toda comunidade escolar de Contagem.

Sueli Maria Baliza Dias
Secretária Municipal de Educação



PROJETOS INSTITUCIONAIS SEDUC



2. Laboratório de Ensino de Matemática (LEM)

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

O Laboratório do Ensino de Matemática (LEM) é um projeto desenvolvido inicialmente, em 2010, na E. M. José Ferreira de Aguiar, com o propósito de desenvolver atividades de experimentação e resolução de problemas que despertem o interesse e a curiosidade dos estudantes. Tal trabalho possibilita que vivenciem situações de observação, investigação, análise e interpretação de resultados, além dos inúmeros tipos de registros que estas interações proporcionam.



Dessa maneira o LEM se concretiza como um espaço no contexto escolar, com características de uma sala ambiente, se configurando em um local institucionalizado, que além de ter uma materialidade e ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem da matemática escolar, se transforma em local de crescimento docente, contribuindo para a sua formação em serviço.

A interação professor-aluno no LEM pode auxiliar, melhorar, ampliar ideias e conhecimentos matemáticos, aprimorar e contribuir para aproximação da relação teoria e prática. Para isso, são apresentadas metodologias diversificadas e diferentes materiais, atendendo estudantes de todos os ciclos.

O trabalho desenvolvido no LEM e as suas perspectivas de formação docente foram estudados e discutidos em pesquisa no mestrado profissional/UFMG, congressos nacionais e internacionais de Educação Matemática como o CIBEN 2017, realizado na Espanha; ENEM realizado em São Paulo 2017; Simpósio de Juiz de Fora 2016; Simpósio UFOP 2018. Foi publicado na revista Brasileira de Educação Básica em 2018, sendo uma proposta que está em constante discussão.



3. Rádio Educativa Coruja

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

O Projeto foi criado na escola Municipal Glória Marques Diniz, em 2003 buscando inserir a linguagem do veículo de comunicação ao processo de aprendizagem.

Objetiva estimular alunos da rede pública de ensino a desenvolver conhecimentos acerca da linguagem radiofônica, articulada com práticas pedagógicas e de pesquisa, interdisciplinaridade, promovendo articulações entre os professores e contribuindo para a formação integral dos estudantes, com ênfase no respeito à diversidade e no estímulo à iniciativa e ao protagonismo da juventude.

É um instrumento de apoio pedagógico para alunos do ensino regular e da educação de jovens e adultos.

O projeto oferece uma disciplina fora da grade-padrão, em que os estudantes não só desenvolvem e aprendem técnicas de apuração e redação jornalística como também passam a ser sujeitos de seus discursos e podem se expressar e dar vazão aos seus anseios e sonhos, desenvolvendo competências essenciais à sua formação, como leitura, interpretação, pesquisa cooperação, ampliação do referencial de mundo e elevação da autoestima.

Os estudantes aprendem sobre história do rádio, técnicas de edição, produção de textos e locução, e a criar programas curtos a partir de temas discutidos. Articula rádio, música, explorando gêneros como jazz, blues, samba, maracatu e chorinho.

Tudo isso em um aprendizado lúdico e significativo, que promove melhorias em todos os sentidos, desde o aproveitamento escolar até a prática da cidadania.





4. Projeto Camaleão: arte na escola

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

O **Projeto Camaleão**: arte na escola desenvolve seu projeto de arte educação no Sistema de Ensino de Contagem. Idealizado pelas professoras Adriana Alves Fonseca e Nádia Rodrigues S. da Cruz da Escola Municipal Prof.^a Maria de Matos Silveira, o “Camaleão” vêm construindo uma brilhante história na educação e arte de Contagem desde 2005.

O Projeto Camaleão se organiza através de módulos semestrais, com um espetáculo artístico coletivo no encerramento do ano. São dois encontros/oficinas de uma hora e meia por semana, no contraturno dos estudantes atendidos em cada escola.

Nas oficinas são feitas atividades de consciência e rítmica corporal, voz, lateralidade, oralidade, leitura, musicalidade, ritmo, dança, teatro. Todas estas atividades colaboram para o desenvolvimento pessoal e social de cada estudante.

O Camaleão leva arte e cultura para diversas regiões de nossa cidade e agora vem a oportunidade de encantar a todas as escolas do município.



5. Laboratório de Ciências

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

No contexto de Ciências Físicas, Biológicas e Programa de Saúde, as aulas práticas são imprescindíveis, pois os estudantes podem colocar em prática as informações vistas nas salas de aula, o que facilita e estimula o aprendizado. O resultado é a fácil compreensão e assimilação do aprendido.

As atividades realizadas em um laboratório com orientação e supervisão do professor, dão suporte para o desenvolvimento de habilidades investigativas e ainda ampliam a integração dos estudantes entre eles e com os professores.

O projeto, desenvolvido inicialmente na E. M. Sócrates Mariani Bittencourt, de Laboratório de Ciências, agora é apresentado à toda Rede Municipal, para as escolas interessadas, uma vez que as atividades neles desenvolvidas despertam o interesse dos estudantes não apenas por serem lúdicas, mas por ultrapassarem os limites das experiências científicas e proporcionam o crescimento e desenvolvimento do indivíduo em todo contexto educacional.





6. Clubes de Leitura

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

Espaço de construção de sentidos e autonomia de leitores

Clube de leitura:

Substantivo Masculino

1. Conjunto de pessoas que compartilham os resultados de uma experiência solitária de leitura. Tem seus ancestrais ilustres como os salões franceses e os grupos de mulheres nos EUA.
2. Reuniões periódicas que auxiliam aqueles que querem manter o hábito da leitura ou os que desejam adquiri-lo.

Para Paulo Freire, o aprendizado da leitura não se reduz a um ato mecânico e descontextualizado, mas deve ser uma abertura ao diálogo sobre o mundo e com o mundo (Freire, 1984; Freire & Macedo, 1989).

Leitores para suscitar o interesse pela leitura. Precisam-se de ambientes que legitimem o desejo de ler e a construção de uma relação crítica, consciente e dialógica entre texto e leitor.

Contrato

O presente contrato, pretende pactuar o direito da leitura por prazer. O leitor terá o direito de ter convicções e dúvidas, verbalizar suas opiniões, expor sua percepção e sentimentos, relacionando ao seu contexto de vida. É dever do leitor ser crítico e ter atitude de respeito a opinião dos outros.

Venha ser o mediador de leitura da sua escola.

Esperamos você para nossos encontros mensais de formação a fim de traçar estratégias de como mobilizar toda a comunidade escolar para a leitura.

Nesse clube não faltarão: verbete, convite, poema, bilhete, contrato, propagandas e outros gêneros textuais. Esperamos por você!!!

Editorial SEDUC

**O Projeto "Clubes de
Leitura"**

...convida todos para desmitificar a escola enquanto espaço de leituras "obrigatórias".

Vamos construir um trabalho de leitura deleite.

Participe dessa possibilidade de fruição estética e viagem pelo mundo da leitura.

Viajar pela leitura

Sem rumo, sem intenção.

Só para viver a aventura que é ter um livro nas mãos.

É uma pena que só saiba disso quem gosta de ler.

Experimente!

Assim sem compromisso, você vai me entender.

Mergulhe de cabeça na imaginação!

Clarice Pacheco

Assim como a proposta do poema de Clarice Pacheco vamos viajar pela leitura. Que tal um passaporte de leitura no qual os gêneros textuais lidos são carimbados nesse documento? Ou um álbum de figurinhas com os nomes e registros dos livros lidos pelos estudantes? Que tal um café literário, café com letras ou uma tertúlia literária?

O Projeto "Clubes de Leitura"

...convida todos para desmitificar a escola enquanto espaço de leituras "obrigatórias".

Vamos construir um trabalho de leitura deleite.

Participe dessa possibilidade de fruição estética e viagem pelo mundo da leitura.

Dia: Todo dia!

Horário: Sempre



7. Jogos Matemáticos

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

E se pudéssemos aprender a amar a matemática antes que o mundo dissesse que não? Um ambiente desafiador favorece o gosto pela Matemática? Como temos encarado o erro dos nossos estudantes? Valorizamos o raciocínio daquele estudante que não encontrou a resposta correta? Estamos percebendo o erro como uma oportunidade única de real entendimento da matemática? Possibilitamos que os estudantes sejam criativos e flexíveis na sua maneira de pensar?

Tais questionamentos há muito no inquietam. Para respondê-los buscamos fundamentação teórica internacional em Educação Matemática nos estudos de Jo Boaler. A autora afirma que todos são capazes de aprender matemática em altos níveis e propõe reflexões profundas sobre as metodologias de ensino usadas em nosso dia-a-dia. Para ela, pais, gestores e professores, podem ajudar os estudantes a transformar suas ideias e experiências com a matemática ao desenvolver neles uma “mentalidade de crescimento” (ao acreditarem que podem se desenvolver naquilo que se propõe, conseguem colocar mais energia no processo de aprendizagem, tendo assim, melhores resultados).

O projeto propõe mais do que utilizar jogos matemáticos como recurso didático, fundamentar os docentes para uma intervenção no sentido de desafiar seus estudantes a construir e apresentar jogos e estratégias de resolução.

O desafio é pensar na confecção dos jogos com materiais de baixo custo e/ou recicláveis, promovendo entre os estudantes a discussão sobre as questões ambientais. O professor será incentivado a elaborar um planejamento instigante a partir desta experiência. Parafraseando Robert Kaplan, se me der uma resposta, eu esquecerei, mas se me fizer uma pergunta, eu descobrirei.



8. Projeto Escola Sem Fronteiras

Coordenação: Diretoria de Educação das Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos e Cidadania - SEDUC

Público-alvo: Escolas da rede municipal de ensino que possuem estudantes estrangeiros matriculados.

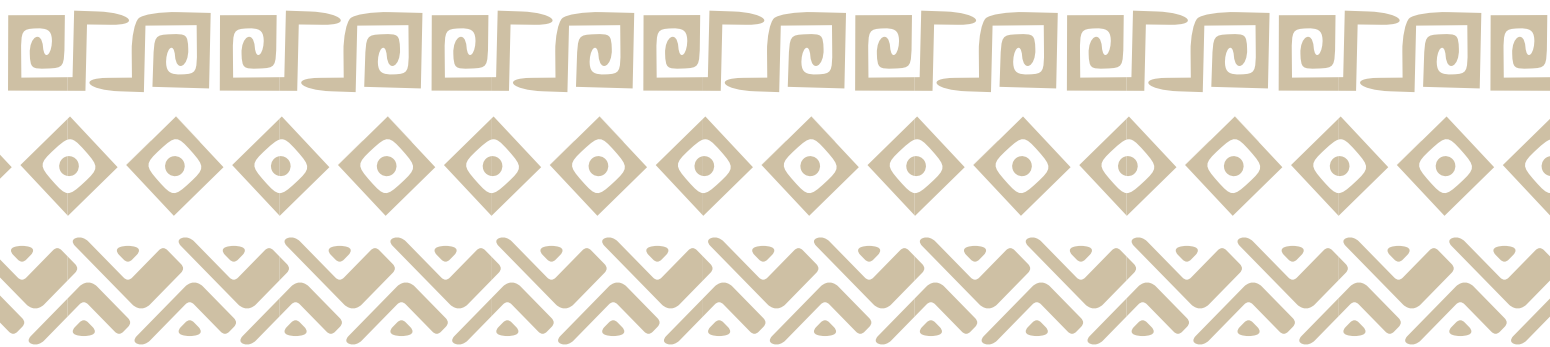
O projeto tem por objetivo garantir o acolhimento adequado aos imigrantes quanto ao acesso, permanência e progressão escolar viabilizando o diálogo entre a escola, familiares e comunidade através do ensino da língua portuguesa. O Relatório da pesquisa “Estudos sobre a Migração Haitiana no Brasil e Diálogo Bilateral” (FERNANDES e CASTRO, 2014), demonstra que no período de 2010 a 2014, o município de Contagem passou a receber o maior número de imigrantes da região Metropolitana de Belo Horizonte, uma população estimada em duas mil pessoas, sobretudo de nacionalidade haitiana.

O Projeto Escola Sem Fronteiras estabelece o atendimento a estudantes imigrantes matriculados na rede municipal de ensino de Contagem. É dividido em três eixos:

1. Assessoramento às escolas com estudantes imigrantes (tradução de bilhetes, tradução de reuniões entre família e escola);
2. Ensino da língua portuguesa;
3. Programa de Língua Estrangeira para adultos (PLE).

As aulas de português são ministradas por monitores nas respectivas escolas onde os estudantes estão matriculados. As aulas podem ser no turno ou contraturno com carga horária de 4h por semana.

ESCOLAS ATENDIDAS
Escola Municipal Newton Amaral
Escola Municipal Isabel do Nascimento
Escola Municipal Domingos José Diniz Costa Belém
Escola Municipal Professor Hilton Rocha
Escola Municipal Joaquim Teixeira Camargos
Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha
Escola Municipal Maria Silva Lucas. PLE
Escola Municipal Otacir Nunes dos Santos
Escola Municipal Walter Lopes





9. Projetos dos Educartes

Desenvolvendo Habilidades Emocionais

Coordenação: Superintendência de Educação Integral

Criados pela lei 4523 de 04 de maio de 2012, os Educartes, surgem como espaços de educação integral e integrada voltados para atendimento de crianças, jovens estudantes e também a comunidade.

Funcionam com atividades complementares em período de contraturno escolar. Os estudantes participam de oficinas que contemplam cinco eixos: esporte, cultura e arte, sustentabilidade, tecnologia e apoio pedagógico.

Em 2019, o Projeto **Desenvolvendo Habilidades Emocionais** propõe atender adolescentes entre 11 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade social das escolas municipais de Contagem e dos espaços educativos. Através de diálogos e reflexões com os jovens, buscamos o desenvolvimento do comportamento social positivo, valorizando e estimulando as relações grupais, construindo acordos de convivência, intervindo em situações de conflito e promovendo o desenvolvimento emocional do estudante.



10. Projeto Mediação de Conflitos

Coordenação: Superintendência de Educação Integral e Diretoria de Clima Escolar

A mediação pode ser conceituada como um método de resolução de conflitos, no qual um mediador imparcial e neutro facilita a comunicação entre as pessoas em busca de uma solução para o problema. Pode ser usada em muitos âmbitos e o escolar é um deles. É um processo flexível e pode ser adaptado às necessidades específicas de um centro escolar, levando em conta a natureza dos conflitos e o objetivo do programa.

Caracteriza-se como ótima ferramenta para melhorar a convivência no ambiente e na comunidade escolar e objetiva tratar, principalmente, os casos de indisciplinas recorrentes, que ultrapassam o pedagógico, os casos de violência e atos infracionais de menor gravidade no âmbito escolar.

Será oferecido para todas as escolas do município de Contagem.



11. Articulação Comunitária

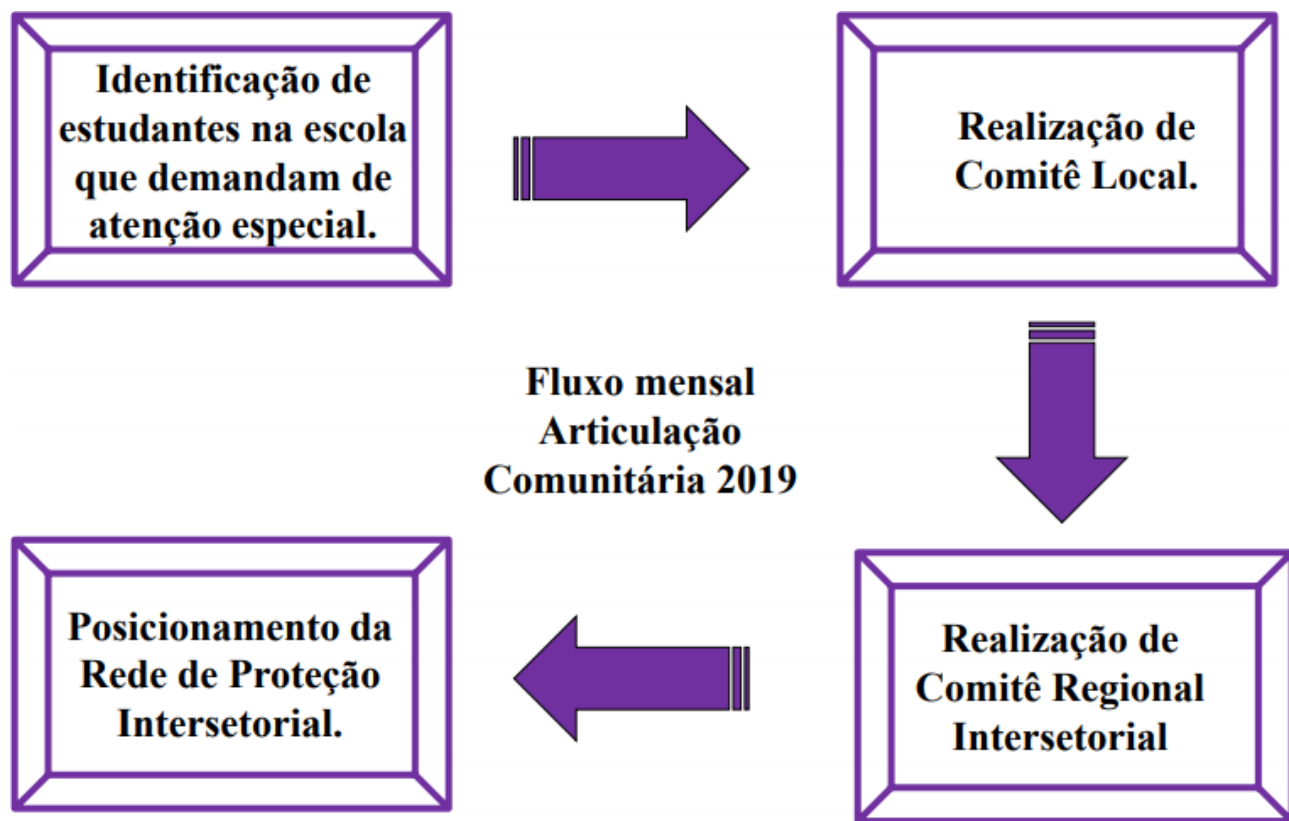
Coordenação: Superintendência de Educação Integral

O Projeto de Articulação Comunitária a ser realizado no ano de 2019 no município de Contagem, pretende envolver estudantes e famílias das 68 escolas de Ensino Fundamental, lideranças comunitárias e diversos equipamentos, sendo apresentado pela Superintendência de Educação Integral.

Objetiva atender a estudantes das escolas municipais em situações de baixo rendimento, vítimas de abusos, de abandono, negligência, vulnerabilidade emocional, infrequência, identificados pelos profissionais das escolas envolvidas.

Propõem-se a realização de encontros intersetoriais, de fluxo mensais, por regionais: Sede, Vargem das Flores, Petrolândia, Industrial, Riacho, Nacional, Eldorado e Ressaca, quando serão apresentadas situações de 01(um) estudante por escola para apoio imediato de outros órgãos e secretarias e onde farão os encaminhamentos necessários da rede de proteção, com a utilização dos equipamentos públicos.

Buscando, com isso resolver com mais agilidade esses problemas e melhorar o rendimento escolar desse estudante.





PROJETOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS



12. Educação Conectada

Coordenação: Superintendência de Educação Integral

É um Programa de Inovação proposto pelo MEC para acelerar a incorporação de tecnologia e inovação nas escolas públicas brasileiras por meio de uma oferta balanceada de conexão à internet, conteúdos educacionais digitais e formação de professores.

Tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Das 68 escolas de Ensino Fundamental do município de Contagem, 66 já receberam a verba para a implantação e está na fase inicial para todas as UMEIs.



13. Escola do Adolescente

Coordenação: Superintendência de Educação Integral

O Programa Escola do Adolescente, lançado pelo MEC em 27 de novembro de 2018, busca promover a melhoria da aprendizagem, combatendo a repetência e o abandono nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Em Contagem, por intermédio da Superintendência de Educação Integral, das 47 escolas municipais que atendem do 6º ao 9º ano, 45 realizaram adesão ao Programa, buscando construir um ambiente escolar atrativo para os adolescentes e seus contextos e efetivo na garantia da aprendizagem.

A partir de formações oferecidas aos gestores e professores, pretende-se aprofundar os conhecimentos sobre o universo adolescente, os desafios e as oportunidades para os anos finais do Ensino Fundamental e construção de um plano de ação para os desafios dessa etapa.





14. Programa Novo Mais Educação

Coordenação: Superintendência de Educação Integral

O Programa Novo Mais Educação visa ampliar a jornada escolar de crianças e adolescentes, com complementação de quinze horas semanais no turno e contraturno escolar, com atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer, priorizando o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática.



As diretrizes do Programa Novo Mais Educação são: a integração do programa à política educacional da rede de ensino e às atividades do Projeto Político Pedagógico da escola; o atendimento prioritário a estudantes e escolas de regiões mais vulneráveis, estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem e escolas com piores indicadores educacionais; o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do programa.

Com o objetivo de melhores resultados na aprendizagem, ficam reservadas oito das quinze horas semanais para as atividades de Apoio Pedagógico, sendo quatro para Língua Portuguesa e quatro para Matemática. As sete horas restantes serão distribuídas para outras três atividades escolhidas livremente pela escola. A proposta é atender, prioritariamente, estudantes que apresentam alfabetização incompleta ou letramento insuficiente, conforme resultado de avaliações próprias.

Em 2019, nove escolas foram contempladas com o Programa, de acordo com critérios estabelecidos pelo MEC. Sendo elas:

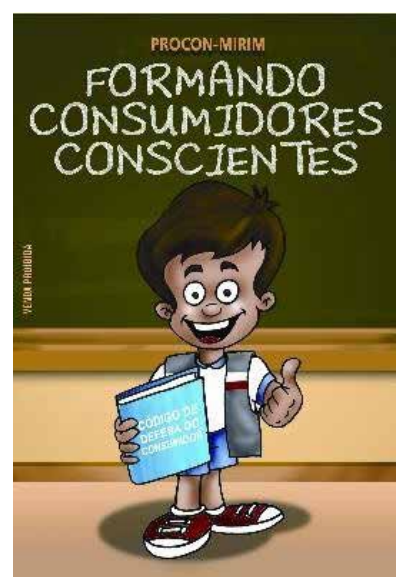
EM Dona Cordelina Silveira Mattos
EM Giovanini Chiodi
EM Ivan Diniz Macedo
EM Maria Silva Lucas - CAIC
EM Paulo César Cunha
EM Professor Ricardo Braz Gomes Barreto
EM Professora Ana Guedes Vieira
EM Professora Lúcia Magalhães
EM Sandra Rocha



15. Procon Mirim: Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor de Contagem (Procon-MG) – MP

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

Esse programa visa despertar nas crianças entre 7 e 12 anos o interesse pelos direitos e deveres do consumidor, possibilitando a formação de consumidores capazes de decisões mais conscientes em suas relações de consumo. O objetivo é desenvolver com os estudantes o conhecimento que será levado aos pais durante as práticas de consumos, como compras de lanches em escolas, videogames, compras online de joguinhos e principalmente pelo acesso ao mundo digital.



Escolas participantes

REGIONAL	ESCOLA	MÊS
RESSACA	E.M. Maria de Matos Silveira	ABRIL
	E.M. Padre Joaquim de Souza Silva	
INDUSTRIAL	E.M. Jenny de Andrade Faria	MAIO
	E.M. Pedro de Alcântara Júnior	
NACIONAL	E.M. Vereador Benedito Batista	JUNHO
	E.M. Professor Wancleber Pacheco	
RIACHO	E.M. Carlos Drummond de Andrade	AGOSTO
	E.M. René Chateaubriand Domingues	
PETROLÂNDIA	E.M. do Bairro Tropical	SETEMBRO
	E.M. Professor Hilton Rocha	
SEDE	E.M. Doutor Sabino Barroso	OUTUBRO
	E.M. José Lucas Filho	
VARGEM DAS FLORES	E.M. Professora Ana Guedes Vieira	NOVEMBRO
	E.M. Ver. José Ferreira de Aguiar	
ELDORADO	E.M. Francisco Borges da Fonseca	DEZEMBRO
	E.M. Joaquim Teixeira Camargos	

Contato:

Rariúcha Amarante Braga Augusto - Superintendente - PROCON Contagem/
MG Secretária de Assuntos Jurídicos do Fórum dos Procons Mineiros - FPM

Av. José Faria da Rocha, 1016 - Glória - Contagem/MG - CEP. 32.315-040
Tel.:(31) 3352-3060 / E-mail: procon@contagem.mg.gov.br



16. Programa Forças no Esporte (PROFESP)

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

O PROFESP é um programa em parceria com o 12º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, que visa retirar crianças de áreas de grande vulnerabilidade social, para complementar sua formação educacional e social através da oferta de atividades esportivas, pedagógicas, alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, ações cívicas sociais, palestras e campanhas educativas, orientações de civismo, de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais.

Ao Comando do Exército caberá ministrar aulas de iniciação esportiva universal para todas as crianças envolvidas; realizar encontros pedagógicos vinculados ao reforço escolar de todas as crianças envolvidas e disponibilizar o transporte de todas as crianças envolvidas até o local onde serão promovidas as atividades.

Escolas participantes
Escola Municipal Francisco Sales da Silva Diniz
Escola Municipal Professora Dona Cordelina Silveira Mattos



17. – Programa Contagem Livre das Drogas

Coordenação: Superintendência de Projetos Especiais e Parcerias

Projeto Intersetorial da política sobre álcool e outras drogas, articulado pelo com as secretarias: saúde, Desenvolvimento social, transporte, cultura, esporte e juventude, defesa social, comunicação e transparência, obras, desenvolvimento e serviços urbanos, recursos humanos, Direitos humanos e Cidadania, trabalho e geração de renda.

O projeto é consoante com a perspectiva da redução de danos e pressupõe o fortalecimento dos fatores de proteção e redes de parcerias, envolvendo as famílias, organizações sociais e comunitárias, as escolas, serviços de saúde e de assistência social, os conselhos de políticas públicas, organizações governamentais e não governamentais, a partir de três grandes eixos: prevenção, repressão e reinserção social.

Serão realizadas diversas ações e atividades educativas em 39 escolas de ensino fundamental da Rede de Educação de Contagem, definidas a partir da necessidade de trabalho com a temática, em parceria com a Patrulha escolar da Guarda Municipal de Contagem, a Polícia Militar, por meio do Proerd - Programa Nacional de Resistência às Drogas e o Projeto Caindo na Real e Ações de Saúde, no escopo do Programa Saúde na Escola.



18. – Programa Saúde na Escola

Coordenação: Programa Saúde na Escola - SEDUC

Política Intersetorial entre saúde e educação, tem como foco a saúde dos estudantes e trabalha com ações de prevenção a doenças e agravos e a promoção da saúde integral.

O município de Contagem fez adesão ao programa para o biênio 2019/2010 para 39 unidades de ensino fundamental, definidas a partir da necessidade de trabalho com a temática em pauta.

Estão previstas ações de imunização (vacinação), avaliação antropométrica para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento dos escolares, combate à pediculose, alimentação saudável, prática de atividades físicas, sexualidade e afetividade, gravidez precoce e DST/AIDS, combate a dengue, Zica e Chikungunya, escovação supervisionada (saúde bucal), cuidados corporais, cultura de paz e cidadania.

PROJETOS DESENVOLVIDOS COM EMPRESAS PRIVADAS



19. Belgo Bekaert Fundação ArcelorMittal

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

O foco principal dos projetos apresentados pela Belgo Bekaert Fundação ArcelorMittal é a formação de crianças e adolescentes para que se tornem cidadãos mais conscientes, produtivos e participantes.

Atenta às necessidades locais, a Fundação promove projetos nas áreas de educação, cultura, promoção social e esporte, em parceria com o poder público e instituições do terceiro setor. O objetivo é reforçar as políticas públicas locais e promover resultados efetivamente transformadores e de longo prazo, como a transferência de metodologias aos municípios atendidos.



**MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA:
ÁGUA – ECONOMIZAR
PARA NÃO FALTAR**



Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente

Tema: “Meio Ambiente e Ciência: Água – economizar para não faltar”

A proposta do projeto é conscientizar os estudantes que a água é fundamental na manutenção da vida no planeta, que há água em tudo que consumimos (água virtual), que há um sistema integrado (natural e artificial) no qual a água é extremamente relevante e frágil e, qual o nosso papel no cuidado desse recurso. A ideia é estimular que os jovens pensem nos problemas locais e que compreendam que as soluções têm repercussões globais.

Cronograma conforme datas pré-definidas pela Fundação ArcelorMittal:

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRAZO
Convite às escolas para a capacitação. Período de inscrição	Belgo Bekaert/ SE- DUC	12/04/2019
Capacitação dos educadores	Belgo Bekaert	24/04/2019
Entregar material didático às escolas	Belgo Bekaert	Até 30/04/2019
Realizar os projetos nas escolas	Escolas	Abril a 06/09/2019
Entregar os projetos na Belgo Bekaert	Escolas	Até 06/09/2019
Realizar julgamento da Etapa Local - informar as escolas pré-selecionadas	Belgo Bekaert	Até 20.09.2019
Apresentação dos projetos pré- selecionadas (julga- mento dos projetos)	Escolas Belgo Bekaert	Até 04/10/2019
Realizar julgamento da Etapa Nacional	Fundação	Outubro
Divulgar os resultados da Etapa Local e Nacional	Belgo Bekaert / Fundação	Até 31/10/2019
Realizar a premiação da Etapa local e Nacional	Belgo Bekaert / Fundação	Novembro

Material do aluno
1º ao 3º ano



Material do aluno
4º e 5º anos



Material do aluno
6º ao 9º ano



Guia do educador





Ver e Viver

O programa Ver e Viver busca detectar e tratar problemas visuais em alunos do Ensino Fundamental. Testes de acuidade visual são aplicados por educadores e profissionais de saúde capacitados e, em caso de necessidade, os estudantes são encaminhados a consultas médicas.

O programa, que inclui a doação de óculos, influencia diretamente o rendimento escolar de crianças e adolescentes que poderiam ter a aprendizagem prejudicada por algum problema visual.

Em 2019, Contagem iniciará o programa no primeiro semestre, finalizando com a entrega dos óculos no início do segundo semestre, com um total de atendimento previsto de 1.000 estudantes de duas escolas municipais.

Cronograma

Atividade	Responsável	Prazo
Definir as duas escolas a serem beneficiadas	SEDUC	Março de 2019
Capacitação dos educadores	Belgo Bekaert	Segunda quinzena de abril
Realizar triagem dos alunos nas escolas	Escolas	Até 17/05/2019
Enviar resultado da triagem para a Belgo Bekaert	Escolas	Até 20/05/2019
Realizar as consultas oftalmológicas	Belgo Bekaert	Até 07/06/2019
Realizar escolha das armações dos óculos	Ótica parceira da Belgo Bekaert	Até 14/06/2019
Entrega dos óculos para os alunos nas escolas	Belgo Bekaert	Setembro/2019

Vida + Segura: prevenção dos riscos de acidente doméstico

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental

Segundo levantamento da ONG Criança Segura, com dados do Ministério da Saúde, os acidentes (trânsito, afogamento, sufocamento, queimadura, quedas e intoxicação) são as principais causas de morte de crianças entre um e 14 anos.

Todos os anos aproximadamente 3,7 mil crianças morrem e outras 113 mil são hospitalizadas. A melhor maneira de prevenir e evitar as sérias consequências dos acidentes é disseminar a informação e promover atitudes seguras. Portanto, a conscientização sobre os riscos existentes dentro de casa é o primeiro passo.

A ArcelorMittal Brasil tem desenvolvido o Vida + Segura, projeto que visa alertar e esclarecer às famílias e à comunidade escolar sobre os riscos no ambiente doméstico. Aos filhos de empregados e alunos de escolas públicas estão sendo apresentados ao projeto, que por meio de uma proposta lúdica, reforça os principais riscos de acidentes domésticos com crianças.

Definir uma escola do 1º ao 5º ano.

Informar quantidade de alunos por ano escolar. Entrega do material no primeiro semestre.





20. Grupo Arcor Brasil

Coordenação: Diretoria do Ensino Fundamental - SEDUC

Uma das convicções do Grupo Arcor é a de que a educação representa o caminho mais seguro e eficaz para a criação de oportunidades iguais para todos, de modo que o significado de cidadania seja plenamente alcançado.



Nesse sentido, o Instituto Arcor Brasil, em seus dez anos de existência, trilhou a sua vocação de contribuir com programas e projetos essencialmente voltados para a construção de uma educação de qualidade, integral e inclusiva.



Programa Aprendendo com Prazer, para Crescer Saudável

O Programa Aprendendo com Prazer, para Crescer Saudável, voltado a promover hábitos de vida saudáveis, especialmente no que diz respeito à vida ativa e à alimentação saudável.

Busca apoiar projetos que estimulem práticas como: atividades fora da sala de aula (no pátio da escola, na praça, em espaços públicos, etc) que envolvam deslocamentos, na sala de aula e/ou jogos didáticos; passeios com os alunos para realização de atividades com movimento em espaços verdes, clubes, campinhos de futebol, espaços perto da escola (práticas esportivas variadas, atividades aquáticas).

Projetos Aprovados	
Escola	Projeto
EM Dona Cordelina Silveira Mattos	Saudável Mundo Novo: recriando hábitos
EM Professor Hilton Rocha	Saúde e alimentação - Atitude e ação
EM Professora Lígia Magalhães	Hábitos saudáveis para uma vida ativa
EM Sônia Braga da Cruz Ribeiro Silva	Brincar e comer: uma mistura saudável
EM Vasco Pinto da Fonseca	Desvendando novos hábitos

Período: agosto de 2018 a novembro de 2019. Contato: Milena Porrelli Drigo Azal Coordenadora de Projetos Socioeducativos Fone: (11) 3046-6831

www.institutoarcor.org.br

email: institutoarcorbrasil@arcor.com

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Lino de Mouro, nº. 101 - Bairro Inconfidentes
Contagem/MG - CEP: 32260.090

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM - PDA ENSINO FUNDAMENTAL

ESCOLA MUNICIPAL ...
(Nome completo da Escola)

Foto da escola

Contagem, ____ de _____ de 201____.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

O compromisso de garantir a aprendizagem de todos os estudantes deve ser o objetivo central de todas as escolas. Nessa busca, diretores, pedagogos e professores devem dedicar atenção aos processos de ensino-aprendizagem, com o objetivo de elevar os níveis de proficiência de todos os estudantes e, de modo muito especial, daqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. O alcance dessa meta requer o aprimoramento do planejamento escolar no sentido de constantemente (re)elaborar e implementar propostas de intervenção pedagógica. Considerando a necessidade de auxiliar os gestores das escolas municipais nessa tarefa, a Secretaria Municipal de Educação apresenta, a seguir, orientações para a elaboração de um Plano de desenvolvimento da Aprendizagem, tendo como objetivo primordial o estabelecimento de metas de melhoria da aprendizagem dos estudantes e do fluxo escolar para o período de 2019 a 2021. Para elaborar os planos de melhoria da aprendizagem, as escolas deverão mobilizar e envolver seus profissionais num processo de reflexão sobre a realidade escolar, diagnosticando, com base nos resultados de avaliações (internas e externas), fragilidades e potencialidades que interferem no desempenho dos estudantes para propor ações que permitam (re)adequar os planejamentos de ensino dos professores e (re)estruturar a organização do trabalho escolar.

O QUE É O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM?

O Plano de desenvolvimento da Aprendizagem refere-se a um conjunto de ações discutidas e elaboradas pelas equipes escolares, as quais têm como foco a melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem, para garantir a todos o direito de aprender. Consiste na adequação do planejamento do ensino e da organização do trabalho escolar, considerando as necessidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes ao longo de suas trajetórias escolares, detectadas por meio das diversas avaliações internas (realizadas pelos professores no cotidiano escolar) e externas (Proalfa, Proeb, Prova Brasil). Ao elaborá-lo, as escolas municipais deverão prever ações de intervenção pedagógica para todos os ciclos do ensino fundamental, com ênfase no 1º ciclo.

Ao planejar essas propostas, diretores, pedagogos e professores precisam ter como foco objetivos e visão educacional compartilhados, ou seja, um con-

senso a respeito dos objetivos e valores da escola e de suas práticas, de modo a revelar consistência em compromissos assumidos pelo coletivo. Na construção do planejamento, deverão ser considerados os processos de ensino e aprendizagem e os resultados das avaliações internas e externas para:

- Identificar os níveis de aprendizagem de cada estudante, detectando as capacidades consolidadas, quais precisam ser consolidadas e quais são as dificuldades de aprendizagem apresentadas;
- Planejar as atividades didáticas, considerando diferentes níveis, ritmos e necessidades de aprendizagem presentes em cada agrupamento de estudantes, de modo a permitir que todos possam avançar no processo de aprendizagem;
- Estabelecer metas objetivas para o alcance de melhores resultados em termos de aprendizagem dos estudantes;
- Proporcionar um ambiente de aprendizado organizado, atraente e intelectualmente desafiador.

OBJETIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

O Plano de desenvolvimento da Aprendizagem deverá contemplar os seguintes objetivos:

- Garantir a todos os estudantes o direito de aprendizagem, por meio da implementação de um conjunto de ações de intervenção pedagógica, discutidas e elaboradas pelos coletivos de profissionais das escolas municipais, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades e habilidades contidas nas Proposições Curriculares da Rede/ Na Base Curricular de Minas Gerais;
- Elevar os níveis de aprendizagem dos estudantes, especialmente em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático;
- Assegurar atendimento diferenciado e diversificado a todos os estudantes e de mod
- O especial àqueles que apresentam baixo desempenho.

Como a equipe escolar participará na elaboração e na implementação do Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem?

O envolvimento e o compromisso do coletivo dos profissionais responsáveis pelas atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas são importantes para o êxito na elaboração e na implementação dos planos de intervenção pedagógica. Independentemente do segmento (diretor, coordenador, professor), o papel mediador das relações interfere nas ações que são favoráveis ao projeto da escola. Assim, o profissional da educação deve ter firmeza e objetividade, autoridade profissional nos processos de ensino e aprendizagem, além de compartilhar responsabilidades (gestão participativa). Respeitadas as atribuições legais específicas de seus cargos efetivos, poderão participar da elaboração e execução do Plano de desenvolvimento da Aprendizagem: diretores, pedagogos, professores, bibliotecários, auxiliares de biblioteca, professores em readaptação funcional.

Apresentamos, então, uma breve caracterização das ações a serem desenvolvidas pela comunidade escolar:

Diretores escolares:

- Coordenar e mobilizar a equipe escolar no processo de construção do Plano de desenvolvimento da Aprendizagem que melhor atenda à realidade da escola;
- Articular a apropriação dos resultados da escola nas avaliações internas e externas com as ações de planejamento pedagógico, tendo como foco a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
- Monitorar e acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas no âmbito do desenvolvimento do Plano de desenvolvimento da Aprendizagem e garantir o aporte de recursos necessário para a sua execução;
- Promover periodicamente com a equipe escolar momentos de reflexão sobre o desempenho dos estudantes e resultados obtidos após a intervenção pedagógica, para redefinição das ações.

Pedagogos:

- Coordenar e articular, de modo corresponsável com a direção da escola, o processo de elaboração do Plano de desenvolvimento da Aprendizagem, tendo como referência os resultados das avaliações internas e externas;
- Coordenar e articular, com os professores, o planejamento e a implementação das ações de intervenção pedagógica, garantindo que a melhoria da aprendizagem dos estudantes seja o foco para o (re)dimensionamento das atividades didático-pedagógicas, priorizando aqueles que apresentam baixo desempenho;
- Promover os momentos de reflexão, estudo e trocas de experiência entre os professores para viabilizar o replanejamento da ação pedagógica e a adoção de medidas práticas que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
- Conhecer os princípios norteadores das Proposições Curriculares da Rede, bem como BNCC para garantir a articulação e integração de ações que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização do trabalho pedagógico;
- Acompanhar e monitorar a implementação das ações de intervenção pedagógica, garantindo a coerência com os princípios da equidade, da relevância, da pertinência, da eficácia e da eficiência, assessorando e orientando a ação dos professores quanto à avaliação e aos registros da intervenção pedagógica.

Professores:

- Avaliar o desempenho dos estudantes, analisando os resultados pedagógicos das avaliações internas e externas, para traçar o perfil pedagógico das turmas, identificar as habilidades específicas a serem trabalhadas e o nível de desempenho desejável a ser alcançado pelos estudantes;
- Propor atividades de intervenção pedagógica na sala de aula, considerando as diferenças de níveis, ritmos e necessidades de aprendizagem dos estudantes para melhor atendê-los;
- Desenvolver, com apoio dos pedagogos, uma rotina diária de trabalho pedagógico em sala de aula que incorpore metodologias e atividades didáticas inovadoras, como as sequências didáticas, por exemplo;

- Manter atualizados os registros das atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da intervenção pedagógica;
- Participar de momentos coletivos de planejamento pedagógico e de avaliação/reflexão dos resultados alcançados pela intervenção pedagógica.

Profissional de biblioteca (Bibliotecário e/ou auxiliares de biblioteca):

Com relação à participação dos profissionais de biblioteca no Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem, é preciso considerá-los como parceiros nas atividades desenvolvidas pelo professor, havendo possibilidades de atuação desde o planejamento até a execução das ações. Ressalte-se que esses profissionais também podem propor, tendo como referência as orientações do pedagogo e do próprio professor, algumas atividades em que atuem como mediadores de leitura, que são especialmente importantes no processo de alfabetização. São elas:

- Clube de leitura: um grupo de estudantes é convidado a participar de encontros semanais, quinzenais ou mensais para debater sobre um livro e/ou um texto (crônica, conto, poesia, etc.);
- Leitura compartilhada com grupos de estudantes;
- Saraus de poesia: um grupo de estudantes é convidado a selecionar e recitar/ musicar poemas (Uma dica importante é com relação à decoração do espaço, algo que atrai bastante o público infantil e infanto-juvenil. Sugere-se que essa atividade seja coletiva, envolvendo os profissionais e os estudantes.);
- Contação de histórias;
- Teatro e/ou esquetes teatrais: dramatização de textos literários pelos estudantes e profissionais;
- Exposições diversas: ação que viabiliza e valoriza a produção artística dos estudantes (As manifestações podem ocorrer por meio de mostras fotográficas, literárias e/ou museológicas.);
- Oficinas diversas: atividades de reconto, de ilustração de textos, dentre outras;
- Atividades de estímulo à busca e à localização da informação em variadas

fontes de pesquisa, como enciclopédias impressas ou digitais, dicionários, etc. (Além disso, atividades que tenham como objetivo ensinar os estudantes a utilizar na prática sites de busca.);

- Atividades com gêneros literários (livro de imagens, poesia, conto, trava-línguas, adivinhação, crônica, romance, cordel, haikai, dentre outros) e outros gêneros textuais (jornais, revistas, etc.);
- Atividades com histórias em quadrinho;
- Produção de jornal (da escola ou da biblioteca) envolvendo os próprios alunos nas diversas etapas. Nas atividades que tenham o livro literário como norteador da ação, recomenda-se que sejam utilizados os livros que compõem o kit escolar da Rede.

Outros profissionais:

- No esforço para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, as escolas poderão incorporar outros profissionais como professores em readaptação funcional que puderem atuar com pequenos grupos de estudantes, assistente escolar, AEE, entre outros, desde que, vale enfatizar, sejam respeitadas as atribuições legais específicas do cargo que ocupam ou a situação funcional em que se encontram.

Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem?



Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Aprendizagem, a comunidade escolar deverá seguir os passos apresentados abaixo:

O quê? (Capacidades) Quem? (Estudantes) Como? (Estratégias) Para quê? (Metas) Quando? (Período) Quem? (Responsável)

Identificar coletivamente quais as capacidades e habilidades os estudantes já consolidaram e em quais apresentam maior defasagem, com base nas avalia-

ções internas e externas. Identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes, com especial atenção aos que apresentaram defasagem no desenvolvimento de capacidades. Descrever as estratégias de intervenção pedagógica a serem desenvolvidas com os estudantes. Apontar os resultados que deverão ser alcançados ao longo da gestão 2019/2021. Estabelecer um cronograma para a execução do Plano de desenvolvimento da Aprendizagem, especificando as atividades de atendimento dos estudantes. Indicar os profissionais que ficarão responsáveis pela intervenção pedagógica.

Passo 1 → O quê? (Capacidades)

Momento em que os pedagogos e professores irão, a partir dos dados das avaliações internas e externas, analisar o desempenho de cada estudante, refletir sobre os fatores que interferiram diretamente nos resultados da escola e identificar não apenas capacidades e habilidades que foram ou não trabalhadas e/ou consolidadas, mas também quais metodologias e estratégias didáticas foram mais ou menos eficazes, quais conteúdos foram mais bem desenvolvidos e quais práticas avaliativas foram mais ou menos proveitosas. Para desenvolver um bom trabalho nessa etapa, será necessário o uso de documentos como as Proposições Curriculares da Rede, matrizes de referência das avaliações externas e análise dos resultados da turma nas avaliações internas.

Passo 2 → Quem? (Estudantes)

Com base nas análises feitas no passo anterior, pedagogos e professores irão traçar o perfil pedagógico das turmas, identificando quais são as necessidades específicas de aprendizagem de cada grupo de estudantes e orientando as decisões sobre as melhores estratégias de intervenção pedagógica, de agrupamento dos estudantes e de organização dos tempos e espaços a serem implementadas.

Passo 3 → Como? (Estratégias)

Nessa etapa, a equipe escolar deverá cuidar de importantes tarefas pedagógicas como:

- O planejamento de sequências didáticas: o uso de sequências didáticas como uma metodologia de ensino que tem possibilitado aos professores

planejar melhor as atividades didáticas e desenvolver aulas mais dinâmicas e articuladas, tendo em vista a diversidade de níveis, ritmos e necessidades de aprendizagem dos estudantes, tornando as atividades mais desafiadoras, estimulantes e motivadoras;

- A organização dos agrupamentos de estudantes: formas mais flexíveis de organização de agrupamentos se mostram necessárias em ações de intervenção pedagógica, pois permitem o acesso a uma ampla variedade de oportunidades de aprendizagem e de propostas de trabalho que atendem de modo mais qualitativo às diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes (A criação de agrupamentos flexíveis pode ser feita, tendo como referência diferentes critérios de composição e de extensão, devendo ser definida pelas equipes escolares não apenas em função do perfil dos estudantes envolvidos, mas também das atividades didáticas a serem propostas, das características dos espaços disponíveis e dos tempos necessários para a sua realização.);
- A reorganização dos espaços escolares: a disponibilidade de espaços de aprendizagem das escolas não pode ficar restrita às salas de aula, bibliotecas, brinquedotecas, salas de informática, quadras, pátios, etc., também devem fazer parte das opções espaciais a serem consideradas pelos professores quando definem as estratégias de ensino para potencializar a aprendizagem dos estudantes (Espaços como esses possibilitam a realização de atividades mais dinâmicas e interessantes, envolvendo, por exemplo, situações de pesquisa ou de vivência de jogos que podem e devem ser considerados como estratégias significativas de ensino.);
- A escolha/elaboração de materiais didáticos: materiais diversificados e adequados às atividades didáticas são recursos indispensáveis ao planejamento de ações de intervenção pedagógica, pois auxiliam o professor em sua prática e possibilitam a criação de situações de aprendizagem contextualizadas, mais significativas, lúdicas e prazerosas.

Passo 4 → Para quê? (Metas)

As metas a serem propostas no Plano de desenvolvimento da Aprendizagem devem traduzir, em termos de resultados finais, os objetivos que a escola espera atingir por meio das ações planejadas ao longo do período de 2019 a 2021. Elas devem ser quantificáveis para permitir avaliações mais precisas sobre o processo de implementação das ações no final do prazo estabelecido

para a execução de cada uma. Assim, ao elaborar os planos de intervenção pedagógica, as escolas deverão propor metas em relação aos seguintes critérios:

- **Aprendizagem:** - porcentagem de estudantes do 3º ano no nível recomendado do Proalfa; - porcentagem de estudantes do 3º ao 9º anos nos níveis satisfatório e avançado - porcentagem de estudantes do 1º ao 9º anos com pontuação igual ou superior a 60% no 1º, no 2º e no 3º trimestres.
- **Fluxo escolar:** - porcentagem de estudantes aprovados ao final do 2º, do 5º, do 7º e do 9º anos; - porcentagem de redução da taxa de infrequência do 1º ao 9º anos; - porcentagem de redução da taxa de reprovação escolar, por frequência e por aprendizagem, no final de cada ano-calendário; - porcentagem de redução da taxa de distorção idade/escolaridade no final de cada ano-calendário.

Passo 5 → Quando? (Período)

Para cada ação prevista no Plano de desenvolvimento da Aprendizagem, será necessário estabelecer um prazo para a sua execução, considerando a amplitude e a exequibilidade, assim como a disponibilidade de recursos humanos e materiais de cada escola.

Passo 6 → Quem? (Responsável)

A responsabilidade pela execução das ações propostas deverá ser atribuída a pelo menos um profissional, levando sempre em conta o perfil profissional e as limitações legais referentes ao cargo ou à situação funcional. Pactuação de metas O Plano de desenvolvimento da Aprendizagem elaborado pelas escolas comporá o Plano de Trabalho da Gestão da direção escolar eleita para a gestão de 2019 a 2021, devendo ser consolidado no formulário próprio em que serão registradas as metas a serem pactuadas com a SEDUC por meio de um termo de compromisso.

Para a elaboração do PDA é imprescindível a discussão, análise e preenchimento dos formulários em anexo.

ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (PDA)

1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (PDA)

Formulário para registros das ações com o foco na melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem.

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Nome da Instituição. Endereço. CNPJ. E-mail institucional. Rede Social (se houver). Contatos (telefone fixo e/ou telefone móvel institucional).

2.2. IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

Nome completo. Contatos (telefone móvel e e-mail pessoal).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Discorrer de maneira sucinta sobre as características da unidade escolar e fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido em 2018. A unidade escolar avançou nas metas propostas? Quais foram os desafios encontrados? Quais soluções os profissionais encontraram para enfrentar os desafios? O que precisa ser pautado em 2019?

4. INDICADORES

4.1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIAÇÕES EXTERNAS

Neste item a unidade escolar deverá apresentar os dados e analisar os resultados obtidos nas avaliações externas.

4.2. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIAÇÕES INTERNAS

Apresentar os resultados das avaliações internas e indicar as possíveis ações para acompanhamento do processo de aprendizagem.

5. ESTUDANTES COM BAIXO RENDIMENTO EM 2018

5.1. LEVANTAMENTO E PROPOSTAS DE AÇÕES PARA ATENDIMENTO AOS

ESTUDANTES QUE APRESENTARAM BAIXO RENDIMENTO - ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

Neste item é necessário que a unidade escolar pontue os estudantes que apresentaram baixo desempenho em 2018 nos intermediários (1º, 3º, 4º, 6º e 8º anos) e em continuidade/retidos (2º, 5º, 7º e 9º anos) e as propostas de intervenção, considerando as potencialidades e necessidades de cada um em 2019.

6. ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

6.1. FLUXO DE ATENDIMENTO

Neste item a unidade escolar deverá registrar os estudantes com deficiência matriculados, bem como especificar sua deficiência.

6.2. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Por meio de **avaliação pedagógica**, o pedagogo, o professor do AEE e os professores responsáveis pelo estudante deverão registrar, a partir da observação exploratória, os aspectos relacionados às áreas sensorial, motricidade ampla, motricidade fina, intelectual, emocional e social.

7. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

7.1. PROPOSTAS DE AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Apresentar propostas pedagógicas que considerem em suas atividades cotidianas, a inserção do disposto na Lei Federal 10639/2003 e 11645/2008 que altera a LDB 9394/1996, que consta da obrigatoriedade de inserção da história da África, afro-brasileira e indígena na Educação Básica, ações para superação do racismo por meio da educação para relações étnico-raciais e de gênero, considerando a transversalidade da temática no projeto político pedagógico.

8. CALENDÁRIO ESCOLAR 2019

Neste item a unidade escolar deve anexar o calendário escolar 2019 aprovado pela Diretoria de Funcionamento Escolar da SEDUC.

9. ATA E LISTA DE PRESENÇA

Neste item a unidade escolar deve registrar em ata(s) o(s) encontro(s) realizado(s) para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Aprendizagem (PDA), juntamente com a(s) Lista(s) de Presença.

1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (PDA)

O quê? (Capacidades)	Quem? (Estudantes)	Como? (Estratégias)	Para quê? (Metas)	Quando? (Período)	Quem? (Responsável)

Contagem, ____ de _____ de 20____

Carimbos:

Escola/Dirigente

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

2.2 - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

UNIDADE ESCOLAR	ESCOLA MUNICIPAL				
Endereço	Rua / Avenida				
	Número		Complemento		Bairro
	Cidade	CONTAGEM	Estado	MINAS GERAIS	Cep
CNPJ					
E-mail institucional	em. _____@edu.contagem.mg.gov.br				
Blog e/ou Facebook					
Contatos	Telefone fixo: (31)			Telefone móvel institucional: (31)	
Diretor	(Registrar nome completo)				
	Telefone móvel: (31)		E-mail:		
Vice-diretor	(Registrar nome completo)				
	Telefone móvel: (31)		E-mail:		
Vice-diretor	(Registrar nome completo)				
	Telefone móvel: (31)		E-mail:		
Coordenador EJA	(Registrar nome completo)				
	Telefone móvel: (31)		E-mail:		

- 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the central portion of the page. It is intended for the user to provide content related to the heading '3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM'.

4. INDICADORES

4.1 - ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIAÇÕES EXTERNAS

▪ SAEB / SIMAVE

SAEB						SIMAVE								
IDEB						PROALFA	PROEB							
							ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS
2013	2015	2017	2013	2015	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
						PORTUGUÊS			PORTUGUÊS					
						MATEMÁTICA			MATEMÁTICA					

▪ PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

▪ Avaliação Diagnóstica - Língua Portuguesa

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D04	D05	D11
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3					
1º Ano	Língua Portuguesa								

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D03	D04	D05	D06	D07	D08	D09	D10	D11	D12	D14	D16	D18	D20	D21	D15	D19	D13
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3																				
2º Ano	Língua Portuguesa																							

▪ Avaliação Diagnóstica – Matemática

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D07	D09	D10	D11	D12	D14	D15
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3									
1º Ano	Matemática												

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D04	D06	D07	D08	D09	D10	D12	D13	D14	D15	D20	D21	D22	D03	D16
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3																	
2º Ano	Matemática																				

▪ Avaliação de Percurso – Língua Portuguesa

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D07	D09	D10	D11	D12	D14	D15
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3									
1º Ano	Língua Portuguesa												

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D04	D06	D07	D08	D09	D10	D12	D13	D14	D15	D20	D21	D22	D03	D16
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3																	
2º Ano	Língua Portuguesa																				

▪ Avaliação de Percurso - Matemática

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D01	D02	D07	D09	D10	D11	D12	D14	D15	D16	D17
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3											
1º Ano	Matemática														

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D04	D05	D06	D07	D08	D09	D10	D11	D12	D13	D14	D15	D16	D17	D18	D19	D20
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3																	
2º Ano	Matemática																				

▪ Avaliação de Saída (Somativa) - Língua Portuguesa

ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			D02	D03	D04	D05	D07	D08	D09	D10	D11	D12	D13	D14	D15	D16	D18	D19	D20	D01	D06	D17
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3																				
1º Ano	Língua Portuguesa																							

2º Ano	ETAPA	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			
			NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
Língua Portuguesa					D04	
					D06	
					D08	
					D09	
					D10	
					D11	
					D12	
					D13	
					D14	
					D16	
					D17	
					D19	
					D20	
					D21	
					D07	

▪ Avaliação de Saída (Somativa) - Matemática

1º Ano	ETAPA			
Matemática	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES		
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
		D01		
		D02		
		D04		
		D05		
		D06		
		D07		
		D09		
		D10		
		D11		
		D12		
		D13		
		D15		
		D16		
		D17		
		D03		
		D08		
		D14		

2º Ano	ETAPA				
Matemática	DISCIPLINA	Nº ESTUDANTES			
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
					D01
					D05
					D06
					D07
					D08
					D09
					D10
					D11
					D12
					D14
					D15
					D17
					D19
					D21
					D22
					D04
					D13
					D18
					D20

4.2 – ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AVALIAÇÕES INTERNAS

TOTAL				10	09	08	07	06	05	04	03	02	01	N°											
															Identificação da Turma										
															Professor Referência										
															Pedagogo										
															Tur-no										
															1º trim.	Total de Estudantes por Turma									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	ARTE									
															2º trim.										
															3º trim.	CIÊNCIAS									
															1º trim.										
															2º trim.	EDUCAÇÃO FÍSICA									
															3º trim.										
															1º trim.	GEOGRAFIA									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	HISTÓRIA									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	INGLÊS									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	PORTUGUÊS									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	MATEMÁTICA									
															2º trim.										
															3º trim.										
															1º trim.	ENSINO RELIGIOSO									
															2º trim.										
															3º trim.										

- 5. ESTUDANTES COM BAIXO RENDIMENTO EM 2018
- 5.1 - LEVANTAMENTO E PROPOSTAS DE AÇÕES PARA ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES QUE APRESENTARAM BAIXO RENDIMENTO - ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO OU EM CONTINUIDADE/RETIDOS

Estudante	Data de Nascimento	Ano Turma (2018)	Disciplina	Habilidades não consolidadas	Proposta de intervenção	Responsável(is)
Assinatura e Matrícula do Dirigente:				Carimbos: Escola/Dirigente	Data: Contagem, ____ de ____ de ____.	
Assinatura e Matrícula do Pedagogo:						

6. ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

6.1 - FLUXO DE ATENDIMENTO

ESTUDANTE	DATA DE NASCIMENTO	ANO TURMA 2019	PROFESSOR REFERÊNCIA	DEFICIÊNCIA	ESTAGIÁRIO CUIDADOR	OBSERVAÇÃO
Assinatura e Matrícula do Dirigente:				Carimbos: Escola/Dirigente		Data:
Assinatura e Matrícula do Pedagogo:						Contagem, ____ de ____ de ____.

6.2 - AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA		LOGO DA ESCOLA
NOME DA UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL (Registrar nome completo sem abreviações)		
NOME DO ESTUDANTE:		DATA:
TURMA:		DEFICIÊNCIA:
AVALIAÇÃO		
Assinatura e Matrícula do Dirigente:		Carimbos: Escola/ Dirigente
Assinatura e Matrícula do Pedagogo:		

7. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

- PROPOSTAS DE AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

8. CALENDÁRIO ESCOLAR 2019

9. ATA E LISTA DE PRESENÇA

ATA DE REUNIÃO ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM (PDA) - 2019		LOGO DA ESCOLA
NOME DA UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL (Registrar nome completo sem abreviações)		
DATA:	CARGA HORÁRIA:	
TEMA(S):		
SÍNTESE		

Secretaria de
Educação



contagem.mg.gov.br | **f** /**PrefeituraContagem**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz Industrial - Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

